

Belém e São Bento nas Relações Externas Pós-Coloniais Portuguesas (1976-1982)

Manuel Campos Robalo Leite de Magalhães

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Manuel Campos de Magalhães, Belém
e São Bento nas Relações Externas Pós-
Coloniais Portuguesas (1976-1982),
2012

Outubro, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Pedro Aires de Oliveira.

Ao meu pai.

Agradecimentos.

Em primeiro lugar, cumpre agradecer ao meu orientador, o Prof. Doutor Pedro Aires de Oliveira, por todo o apoio, científico e humano, prestado na conclusão do trabalho que se apresenta. A paciência e o zelo com que acompanhou a prossecução do mesmo foram, sempre, imprescindíveis.

É imperativo deixar, também, um agradecimento muito especial às coordenadoras do projecto de investigação em que me encontro inserido – a Prof.^a Doutora Ângela Barreto Xavier (ICS-UL) e a Prof.^a Cristina Nogueira da Silva (FD-UNL) –, pela amizade, incentivo académico e pela disponibilidade de que me permitiram auferir para a conclusão desta etapa.

Aos meus pais, ao meu irmão, à Augusta, às minhas amigas e amigos, por tudo o que me deram e por tudo aquilo que, por causa da dissertação, não lhes pude dar.

[RESUMO]

[Belém e São Bento nas Relações Externas Pós-Coloniais Portuguesas (1976-1982)]

[Manuel Campos de Magalhães]

PALAVRAS-CHAVE: Europa, África, Política Externa Portuguesa.

Este trabalho partirá do binómio Europa – África, tentando perceber-se como foram pensadas, implementadas e geridas as relações externas com os países africanos saídos do Império Português que se desmoronava com o 25 de Abril de 1974, numa altura em que “a prioridade das prioridades” da política externa portuguesa era a integração europeia. O nosso país, até por razões geográficas, situa-se entre a África e a Europa (e o Oceano Atlântico). Será o confronto entre a inserção europeia e africana do nosso país que servirá de cenário a este estudo.

Procurar-se-á, assim, observar como geriram as autoridades nacionais (sobretudo o Governo e o PR) as relações com as ex-colónias africanas, numa altura em que, como se disse, os "partidos de Governo" (PS, PPD e CDS) priorizavam a adesão às Comunidades Europeia. Ter-se-á, também, em atenção os atritos que terá provocado a gestão da política externa para África entre os governos e o Presidente da República, numa altura em que o Presidente podia (à luz da CRP) e utilizou uma certa margem de manobra no que tocava às relações exteriores (sobretudo no que se referia aos países supra mencionados).

[ABSTRACT]

[“Belém” and “São Bento” in the Post-Colonial Portuguese Foreign Policy (1976-1982)]

[Manuel Campos de Magalhães]

KEYWORDS: Europe, Africa, Portuguese Foreign Policy.

This work builds from the binomium Europe-Africa, with the goal of understanding how the foreign relations with African countries - that were no longer part of the Portuguese Empire following the April Revolution in 1974 - were conceived,

implemented and managed in a context where the major priority of the Portuguese foreign policy was the European integration. Our country, if not for geographical reasons alone, is situated between Africa and Europe (and the Atlantic Ocean). The confrontation between Portugal's European and African insertions offers the scenery for this work.

Therefore, this work will seek to observe how the national authorities (especially the government and the President) managed the relations with the African ex-colonies, in a time when the governing parties (PS, PPD e CDS) gave priority to the accession to the European Community. Particular attention will be dedicated to the issues (derived from this management of foreign policy towards Africa) that have arisen between the governments and the President, in a time when the President could (according to the Portuguese Constitution) and indeed benefited from some leverage regarding foreign relations (especially towards the countries mentioned above).

Índice.

Introdução.	1
Capítulo I: As relações externas portuguesas entre a Europa e África: política, ideologia e actores.	9
I. 1. Enquadramento político-constitucional.	9
I. 2. Europeísmo vs Terceiromundismo – as principais opções da política externa portuguesa (1974-1982).	15
I. 2. 1. O Período Revolucionário.	15
I. 2. 2. Portugal e a Europa.	17
I. 2. 3. Terceiromundismo: Portugal e África.	22
I. 3. O estado das relações luso-africanas em 1976.	32
Capítulo II: Os governos “Soares” (I e II Governos Constitucionais).	42
II. 1. A política externa nos I e II Governos Constitucionais – prioridade europeia e relações com as ex-colónias.	42
II. 2. As iniciativas da Presidência da República – O começo das “diplomacias paralelas”.	55
II. 3. A cooperação portuguesa: da extinção do Ministério da Cooperação à ineficácia do Instituto para a Cooperação Económica.	63
II. 4. A queda de Soares e o estado das relações luso-africanas em 1978.	66
Capítulo III: Os governos de “iniciativa presidencial”.	69
III. 1. III e IV Governos Constitucionais – Aproximação com Angola, distância com Moçambique.	69
III. 2. Eanes comanda a “Política Africana” – a primeira grande aproximação.	75
III. 3. O governo “Pintasilgo” – Terceiromundismo na política-externa portuguesa?	83
Capítulo IV: Os governos AD.	90

IV. 1. Sá Carneiro e Freitas do Amaral – o confronto com as diplomacias paralelas e o pragmatismo nas relações africanas. 90

IV. 2. A resposta de Eanes. 99

IV. 3. Os VII e VIII Governos Constitucionais – A revisão constitucional e a aproximação Eanes-Balsemão. 105

Conclusão. 115

Bibliografia e Fontes. 124

Imprensa Escrita: 124

Legislação: 124

Programas do Governo: 124

Outros Documentos: 125

Tratados e Acordos Internacionais – Movimentos de Libertação: 125

Tratados e Acordos Internacionais – Angola (organizados por data): 125

Tratados e Acordos Internacionais – Cabo Verde (organizados por data): 126

Tratados e Acordos Internacionais – Guiné-Bissau (organizados por data):
129

Tratados e Acordos Internacionais – Moçambique (organizados por data):
133

Tratados e Acordos Internacionais – São Tomé e Príncipe (organizados por data): 134

Discursos, Memórias, Entrevistas e Textos dos principais intervenientes: 136

Bibliografia Crítica: 145

Introdução.

Quando propus ao Prof. Doutor Pedro Aires de Oliveira que orientasse a minha dissertação de mestrado, tinha o propósito de tratar o desenvolvimento das relações externas portuguesas no período que se seguiu à Revolução de 25 de Abril de 1974 e que decorreu até meados de 1976, momento em que começou a institucionalizar-se a democracia portuguesa. No fundo, gostaria de trabalhar sobre a forma como havia sido conduzida a descolonização, sobretudo através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e os resultados imediatos da mesma no plano do relacionamento português com as suas antigas colónias africanas. O Prof. Doutor Pedro Aires de Oliveira, que entretanto aceitara orientar o meu trabalho, desafiou-me a que me debruçasse sobre o período posterior, menos tratado, indagando acerca do modo como tinham sido pensadas, estruturadas e implementadas as relações externas portuguesas com os novos países africanos, tendo como pano de fundo a “prioridade das prioridades” da política externa definida pelos partidos do “arco governativo” (PS, PSD e CDS) como a integração nas Comunidades Europeias¹. Aceitei, inicialmente com entusiasmo moderado, confesso. Não obstante, depois da leitura de alguns autores fundamentais para o estudo da referida temática – Norrie MacQueen², Keneth Maxwell³, António José Telo⁴, Medeiros Ferreira⁵, Nicolau Andresen Leitão⁶, Scott B. MacDonald⁷, J. M.

1 Cfr., nomeadamente, Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, p. 199; Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 109-110; Teles, J. M. G. (1999) “A Revolução e a Política Externa”. In **Política Externa e Política de Defesa do Portugal Contemporâneo. II Curso Livre de História Contemporânea**. Lisboa: Edições Colibri., p. 32; Magone, J. M. (2004) **The Developing Place of Portugal in the European Union**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 28-29; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 263; MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, pp. 190-194; Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 64-67; Amaral, D. F. (2008) **A Transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 250-251.

2 MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, pp. 31-51; MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, pp. 181-199.

3 Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença; Maxwell, K. (ed.) (1991) **Portuguese Defense and Foreign Policy Since Democratization**. Lisboa: Centro Camões.

4 Telo, A. J. (2007/2008) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade. Vols. I e II**. Barcarena: Editorial Presença.

Magone⁸, entre outros –, pude ver o bem fundado da sugestão, interessando-me, verdadeiramente, pelo período que medeia entre os anos de 1976 e 1982 e pelas personagens actuates no mesmo, no campo das relações externas. Prossegui, assim, o trabalho com redobrado entusiasmo.

O estado da questão, na presente matéria, é muito marcado pelo contributo dos autores referenciados. MacQueen, provavelmente o académico que mais tem trabalhado o período sobre o qual se centra o presente trabalho, no artigo de 1985 a que fizemos referência – *Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement* –, traça o processo de aproximação portuguesa em relação aos novos países africanos, centrando-se na figura do Presidente Eanes e de alguns militares que se moviam na sua proximidade, com destaque para Melo Antunes. Aborda o comportamento de Soares, e o conflito entre este e a Presidência da República, mas não adianta muito relativamente à acção dos restantes seis governos que ascenderam ao poder depois da queda do II Governo Constitucional. Em *A Descolonização da África Portuguesa*, o mesmo autor, no último capítulo, volta a pegar na questão sobre que nos debruçamos. Reforça a ideia de que “Eanes prestou um importante serviço ao conservar pelo menos um certo grau de cooperação e cortesia nas relações luso-africanas nestes difíceis anos pós-coloniais” e reflecte sobre os conflitos entre Belém e S. Bento, relativamente à gestão da política africana, nos governos liderados por Soares e Sá Carneiro⁹. Localiza, também, a prossecução da aproximação africana no seio da política externa portuguesa geral, onde predominava a prioridade da adesão às Comunidades Europeias, e aponta para o diferente caminho trilhado em relação a Angola e Moçambique, por comparação com aquele prosseguido na aproximação aos restantes novos países africanos – com estes, mais pobres e sem disporem do “factor retornado”, foi mais fácil o estabelecimento de relações profícuas. Finalmente, o artigo de MacQueen, a que também fizemos referência, datado de 2003 – *Re-definin the ‘African Vocation’: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis* – foca,

5 Ferreira, J. M. (1984) “Descolonização e Política Externa Portuguesa”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 391-396; Ferreira, J. M. (1985) **Portugal em transe: notas de política internacional e política de defesa**. Aveiro: Pandora.

6 Leitão, N. A. (2007) **Estado Novo, Democracia e Europa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

7 MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers.

8 Magone, J. M. (2004) **The Developing Place of Portugal in the European Union**. New Brunswick: Transaction Publishers.

9 MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 263.

sobretudo, o imaginário ideológico dos personagens que actuaram na antiga África portuguesa, antes e depois da descolonização. Neste trabalho, MacQueen trata do processo de reaproximação em relação a África, centrando-se nas concepções ideológicas que se concentraram em torno de duas importantes figuras da democracia portuguesa: o Presidente Ramalho Eanes, representante do terceiro-mundismo do MFA, e Soares, pináculo do europeísmo. No restante, aponta para o trabalho do Presidente no processo de desanuviamento das relações luso-africanas, mas, no fim, citando Valentim Alexandre, avança uma interessante conclusão – a de que a visão, inspirado no *lusotropicalismo*, do Estado Novo, da especialidade da colonização portuguesa e da vocação do nosso país para servir de “ponte” entre o espaço africano e europeu, continuava a ter influência na forma como eram pensadas e geridas essas relações, sobretudo no seio do sector militar.

Moisés Venâncio e Stephan Chan, no *Portuguese Diplomacy in Southern Africa*¹⁰, traçam, num horizonte mais alargado – 1974-1994 – o relacionamento português com as suas maiores ex-colónias – Angola e Moçambique. Apesar de um tratamento relativamente resumido das questões, apoiam-se em fontes bastante diversas – bibliografia crítica, portuguesa e estrangeira, entrevistas e discursos dos principais actores políticos e um conjunto de fontes diplomáticas que não especificam. É muito útil, na medida em que o enfoque temporal é alargado e segue uma sequência cronológica que contém a indicação dos principais acontecimentos, não centrando a análise em nenhum dos protagonistas – como acontece um pouco com N. MacQueen em relação a Eanes. Reconhece a existência de duas correntes fundamentais na política externa portuguesa no período que medeia entre os anos de 1976 e 1982 – o terceiromundismo, pensado, sobretudo, por Melo Antunes, e preconizado por Eanes, mas que também influenciou os partidos do arco governativo, como o PS e PSD, e o europeísmo, a principal dimensão internacional do Portugal pós-revolucionário, prosseguida pelos referidos agrupamentos partidários. Segue a acção de Eanes em relação aos novos países africanos, mas reconhece, igualmente, o valioso contributo de Sá Carneiro e Balsemão, sobretudo no que concerne a Moçambique. As complicações no processo de reaproximação português em relação aos novos países africanos são atribuídas, sobretudo, à acção de Soares. Scott B. MacDonald, na obra *European*

10 Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs.

*Destiny, Atlantic Transformations*¹¹, reflecte sobre uma realidade mais ampla, embora a amplitude temporal seja semelhante – 1974-1992. Numa obra bastante mais extensa, trata da globalidade da política externa portuguesa, incluindo secções sobre as relações com os EUA, NATO, Brasil, bloco de Leste. O capítulo 6 é dedicado ao estabelecimento de laços diplomáticos com os países saídos do império português em 1974 e tem o sugestivo título de “The Past Shapes the Present: Portugal and Africa”. Nele, o autor, em relação a Angola, reconhece, sobretudo, até 1985, a acção de Eanes e, depois, a de Cavaco Silva. No que a Moçambique se refere, as iniciativas do Presidente da República são intercaladas com referências à actuação governativa, sobretudo dos governos de Sá Carneiro e Balsemão. No tocante aos restantes países africanos de língua portuguesa, atesta-se o bom relacionamento que foi atingido pouco depois da independência e o contributo que deram, sobretudo a Guiné-Bissau e Cabo Verde, para a melhoria das relações luso-angolanas e luso-moçambicanas. Relativamente ao processo de integração europeia, retratado com cuidado, realça, sobretudo, a acção de Soares e do Partido Socialista. Kenneth Maxwell¹², Vasco Rato¹³, Severiano Teixeira¹⁴, João Paulo Guerra¹⁵ e Freire Antunes¹⁶ são, igualmente, autores que têm trabalhado a formatação das relações externas portuguesas em relação a África no período sobre o qual se centra o trabalho em apreço – 1976-1982 – e contribuíram relevantemente para o mesmo, sobretudo, nas questões que dizem respeito ao impacto da descolonização na inserção internacional de Portugal e à estruturação e transformação das instituições política no ciclo pós-revolucionário. Dois trabalhos mais recentes, de António Raimundo¹⁷ e Bruno Reis¹⁸, este último ainda não publicado, ofereceram-nos perspectivas novas sobre que, como veremos, tivemos que nos debruçar.

11 MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers.

12 Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença.

13 Rato, V. (2008) “A Revolução de Abril na Política Externa”. In Almeida, J. M. e Ramos, R. (coordenação) **Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Séc. XIX-XX**. Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.

14 Teixeira, N. S. (2005) Entre a África e Europa: a Política Externa Portuguesa 1890-2000. In Pinto, A. C. (Coordenação) **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, pp. 62-91.

15 Guerra, J. P. (2009) **Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas**. Lisboa: Oficina do Livro.

16 Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora.

17 Raimundo, A. (2010) **Between Europeanisation and Domestic Influences: Portugal's Post-colonial Relations with Angola**. Paper prepared for the Fifth Pan-European Conference on EU Politics of the ECPR-SEGU, Porto, 23-26 June 2010.

Não resulta, não obstante, a investigação que se apresenta de uma resenha bibliográfica sobre o período em análise. Ainda que, possivelmente, de pequena monta e inseridos num projecto de estudo que se pretende prolongar em estádios académicos futuros, assumimos o propósito de avançar com alguns contributos para a pesquisa que vem sendo levada a cabo sobre a aproximação, ou reaproximação, portuguesa em relação ao antigo espaço colonial no período que se seguiu ao começo da estabilização da democracia nacional. Esta contribuição consubstanciar-se-á, espero, em primeiro lugar, numa visão centrada, sobretudo, em dois órgãos de poder que assumiram, a nível estatal, a condução da “política africana” – o Presidente da República e o governo –, procurando dar conta da maneira como a interacção, por vezes conflituosa, entre estes dois órgãos de poder influenciou, ou não, o relacionamento luso-africano. Depois, pretendemos, ainda que num trabalho com esta extensão não seja possível ir tão longe como seria desejável neste aspecto, dar uma visão o mais pormenorizada possível das iniciativas diplomáticas tomadas por Belém e S. Bento. Finalmente, pretendemos, a nível jurídico, político e ideológico, enquadrar bem o espaço de actuação de Eanes e dos executivos vigentes entre 1976-1982. Desta forma, é nosso objectivo, com base no estudo do Direito Constitucional português e da mundividência político-ideológica da altura – de que consubstanciam altos contributos o pensamento de Melo Antunes, Soares, Sá Carneiro, Maria de Lourdes Pintasilgo, etc. – dar conta da margem de manobra da Presidência da República e de S. Bento no que a África dizia respeito.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 havia definido um regime, de alguma forma, tributário dos conflitos e poderes emergentes no período revolucionário, em que, até 1982 – ano em que se dá a primeira revisão constitucional que modificaria muito o enquadramento político português e que marca o limite temporal deste trabalho –, a legitimidade democrática de órgãos como a Assembleia da República (e o governo, através desta) tinha de se compaginar com a tutela militar mantida através da actuação do Conselho da Revolução e do Presidente da República que, como militar sufragado pelo povo português, fazia a ponte entre o sector pretoriano e o civil. No campo das relações internacionais, o sistema de governo semipresidencialista ou de parlamentarismo racionalizado previsto pela Lei Fundamental, fazia com que fosse, de algum modo, difícil definir qual dos órgãos – governo ou Presidente da República –

detinha a prerrogativa última de definir a orientação genérica da política externa portuguesa. Este enquadramento constitucional, aliado à instabilidade governativa que marcou o período sobre o qual nos debruçamos, proporcionou a Eanes uma ampla margem de manobra no campo da actuação internacional, sobretudo no que às ex-colónias africanas dizia respeito. Não obstante, os responsáveis pelos vários executivos, designadamente os líderes do PS, PSD e CDS, não desejavam abrir mão do poder – que constitucionalmente consideravam pertencer-lhes – de decidir, em última instância, sobre o rumo internacional do país e criticavam aquilo a que chamavam as “diplomacias paralelas” do Presidente. Esta situação viria a provocar uma série de conflitos institucionais entre Belém e S. Bento¹⁹.

O trabalho que aqui se apresenta tem, assim, como propósito, por um lado, perceber como foi construído o relacionamento nacional com os novos países saídos do império que se desmoronava no seguimento do 25 de Abril, num momento em que a integração europeia era assumida pelos principais partidos políticos, com excepção do PCP, como objectivo primacial no campo internacional e, por outro, tentar lançar alguma luz sobre a actuação dos governos e do Presidente da República na aproximação luso-africana e os atritos que as respectivas iniciativas possam ter causado. Desta forma, torna-se essencial, em primeiro lugar, tentar aceder ao pensamento das diversas personalidades que actuaram neste campo. O acesso a este tipo de conhecimento foi levado a cabo, primacialmente, através da análise de todos os discursos publicados e disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional das personagens em questão, nomeadamente do Presidente da República, chefes de governo e ministros dos Negócios Estrangeiros, e das suas memórias, biografias, entrevistas e demais escritos pertinentes para os assuntos objecto da presente dissertação, num total de mais de 120 documentos. Os programas de governo dos oito Governos Constitucionais que exerceram funções entre 1976 e 1982 foram também objecto de enfoque especial, no sentido de averiguar as prioridades definidas pelos diversos executivos, comparando-as entre si e, posteriormente, com a respectiva actuação. A leitura de imprensa da época serviu, depois, como base principal de inquirição do impacto do desempenho dos referidos personagens no que às relações luso-africanas dizia respeito. Neste âmbito, foi

19 Reis, A. (1994) **Portugal. 20 Anos de Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 74-75; Canotilho, J. J. e Moreira, V. (1978) **Constituição da República portuguesa Anotada**. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 254-258; MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, pp. 190-191.

privilegiado o semanário *Expresso* – de que foram vistos todos os números entre Abril de 1976 e Dezembro de 1982 –, à época um dos mais pluralistas jornais portugueses, num contexto, importa recordá-lo, dominado por uma fortíssima presença do Estado nos órgãos da imprensa diária, escasso pluralismo no espectro radiofónico, e monopólio estatal na televisão. Foi, também, efectuada a listagem de todos os tratados e acordos internacionais assinados entre Portugal e os novos países africanos, como forma de avaliar a estatuição no campo jurídico das iniciativas diplomáticas. Todas as fontes foram confrontadas com o estudo da bibliografia crítica relevante para o período e temáticas objecto do presente trabalho.

Compromissos profissionais impediram-me de tratar, com a profundidade desejável, outros órgãos de imprensa escrita. Apesar dos constrangimentos, foi ainda possível consultar alguns números de *O Jornal*, os quais correspondem, na maior parte dos casos, ao período de governo de Maria de Lourdes Pintasilgo. A mesma ordem de razões impossibilitou-me de tomar a decisão de trabalhar os documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, teoricamente, estariam já disponibilizados para os anos que separam 1976 de 1982. O presente trabalho apresenta-se, assim, como uma primeira aproximação à temática que, se se proporcionar, deverá ser sujeita a melhoramentos em labutas posteriores.

Uma última advertência encerra esta introdução. Tem ela que ver com o facto de a dissertação que se apresenta se centrar, sobretudo, na visão e prática diplomática dos diversos governos que exerceram a sua actividade no período de 1976-1982 e do Presidente da República. Desta forma, não se aponta, de forma sistemática, para actividades levadas a cabo, no âmbito do relacionamento luso-africano, de outras instituições ou agrupamentos partidários – designadamente, a Assembleia da República, Conselho da Revolução, Partido Comunista Português –, a menos que se revelem essenciais ou importantes para a compreensão da actuação dos dois órgãos centrais no presente trabalho. Como tivemos oportunidade de referir, o núcleo da investigação que se apresenta corresponde ao tratamento de dois “conflitos”, um de nível institucional, ou micro, e outro macro, ou de orientação da política externa nacional. O primeiro diz respeito às relações entre Eanes e os membros dos executivos na questão do controlo e condução da política africana. O segundo relaciona-se com o confronto entre África e Europa na política externa nacional, isto é, na forma como a integração europeia poderá ter formatado a (re)aproximação em relação aos novos países africanos, num período

em que a generalidade dos executivos definia a adesão às Comunidades Europeias como a “prioridade das prioridades” ao nível da inserção externa de Portugal.

A hipótese que coloco, em primeiro lugar, é que os dois conflitos terão tido importância ao nível da transfiguração da política externa portuguesa, nomeadamente em relação a África, já que, quanto à Europa, o consenso parecer ser mais alargado. Depois, tendo em conta a instabilidade governativa que marcou o período de 1976 a 1982 – um Presidente da República e 8 governos, 6 primeiros-ministros – é crível que, se a diversidade tiver correspondido a diferenças na “política africana”, esta tenha passado, por alguma forma de condução ou orientação mais consolidada por Belém. Afinal, segundo me parece numa análise preliminar, o Presidente da República parecia estar sustentado, ideologicamente, com Melo Antunes, em bases mais firmes que aquelas que fundamentavam a política em relação a África dos diversos governos. Europa e África poderão, muito bem, ter aparecido, por outro lado, como complementos e não como opções excludentes. Finalmente, e em relação ao “conflito micro” a que fizemos referência, entre as instituições Presidente da República e governo, penso que é a questão que cumpre tratar com mais cuidado, já que envolverá, certamente, questões de política interna portuguesa bem mais extensas do que as relativas à orientação da política externa. Assim, tentaremos tratar este tipo de incompatibilidades institucionais, empreendendo no sentido de excluir outro tipo de divergências que não se refiram, exclusivamente, ao campo das relações externas, e, em relação às outras, retratá-las brevemente e com base em autores como António José Telo²⁰, Keneth Maxwell²¹ e António Reis²², procurando que não interfiram na análise que pretendemos levar a cabo. De resto, e pensando um pouco sobre esta conflituosidade institucional, parece-nos, tendo em conta a literatura preliminarmente consultada, que a mesma não terá tido uma influência, efectivamente, negativa, pelo menos no médio/longo prazo, no relacionamento luso-africano, tendo em conta a posterior criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e a série de iniciativas bilaterais e multilaterais no campo da cooperação que foram sendo postas em prática.

20 Telo, A. J. (2007/2008) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade. Vols. I e II.** Barcarena: Editorial Presença.

21 Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa.** Lisboa: Editorial Presença.

22 Reis, A. (1994) **Portugal. 20 Anos de Democracia.** Lisboa: Círculo de Leitores.

Capítulo I: As relações externas portuguesas entre a Europa e África: política, ideologia e actores.

I. 1. Enquadramento político-constitucional.

O período revolucionário português (entendido em sentido amplo) termina, no ano de 1976, com a entrada em funcionamento regular das instituições democráticas definidas na nova Constituição que principiou a vigorar a 25 de Abril desse ano. A Assembleia da República é eleita a 25 de Abril de 1976, gerando uma maioria relativa do Partido Socialista (de 34,88%, correspondente a 107 mandatos), contra 24,35% (73 deputados) do Partido Popular Democrático (a partir de 3 de Outubro de 1976, Partido Social Democrata) e 15,97 % (42 deputados) do CDS. Os comunistas conseguem 14,39 % (40 deputados) e a UDP (extrema-esquerda) elege, somente, um deputado (com o resultado de 1,68%). O Presidente da República, general Ramalho Eanes, apoiado por três dos principais partidos políticos – PS, PSD e CDS – é eleito a 27 de Junho de 1976 por uma ampla maioria de 61,59%. O I Governo Constitucional, liderado por Mário Soares e suportado pela maioria relativa socialista no Parlamento, é empossado a 23 de Julho de 1976. Assim, no Verão de 1976, a democracia portuguesa entra, ao nível das instituições, num período de consolidação.

Até 1982, todavia, subsiste, plasmado na Constituição, um regime que, para além da legitimidade democrática, se baseia na legitimidade revolucionária²³. É desta forma que, ao lado de órgãos de soberania escolhidos pelo sufrágio popular – Assembleia da República e Governo (com base nos resultados das eleições para o Parlamento) –, se encontra o Conselho da Revolução (com amplas competências em matéria militar, fiscalização da constitucionalidade das leis, garantia do regular funcionamento das instituições democráticas e aconselhamento do PR), escolhido pelos diversos ramos das Forças Armadas²⁴. O Presidente da República que, nos termos do II

23 Canotilho, J. J. e Moreira, V. (1978) **Constituição da República portuguesa Anotada**. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 248-249; Amaral, D. F. (2008) **A Transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 344.

²⁴ Cfr. art. 142.º e 143.º da CRP (versão de 1976).

Pacto MFA-Partidos, teria de ser um militar²⁵, mas sujeito ao voto popular, acumulava os dois títulos de legitimidade e servia de ponte entre o poder militar e civil. Este enquadramento constitucional que, nas palavras de Eduardo Lourenço²⁶, comporta “a marca dos conflitos, das contradições entre as diversas forças políticas e respectivos discursos que se defrontam no País entre 1974 e 1976”, estabelece, então, uma divisão fundamental entre o poder militar – alicerçado na legitimidade revolucionária, no caso do Conselho da Revolução, mas complementando-a com a democrática do Presidente da República (que acumulou, até 1981, o cargo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas) – e o poder civil – sustentando pela legitimidade democrática da Assembleia da República e (subsequentemente) do Governo. Neste contexto, as Forças Armadas permaneciam independentes do controlo governamental²⁷.

Relativamente ao sistema de governo, a CRP escolheu, novamente, uma solução de compromisso que a doutrina jurídica da altura tinha dificuldade em caracterizar, oscilando, a maioria, entre a definição como semipresidencialismo²⁸ ou parlamentarismo racionalizado²⁹. Mais importante, todavia, do que destrinçar com minúcia as diferenças entre as referidas posições, é perceber que os constitucionalistas concordavam na ideia de que, apesar de não caber ao Presidente da República a condução da política geral do país, prerrogativa do Governo³⁰, lhe estavam reservadas avultadas competências, nomeadamente, as de representação da República Portuguesa, presidência do Conselho da Revolução, comando Supremo das Forças Armadas (art.

²⁵ Aderimos à tese de Jorge Miranda (Miranda, J. (1978) **A Constituição de 1976. Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais**. Lisboa: Livraria Petrony, p. 28) e Keneth Maxwell (Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, p. 181) de que o II Pacto MFA-Partidos estabelecia, ainda que de forma implícita, que o primeiro Presidente da República seria um militar. Desta forma, os militares garantiam, respeitando a vontade da nação, a escolha de um dos seus para a chefia do Estado.

²⁶ Lourenço, E. (1989) “A Galáxia Ideológica no Pós-25 de Abril e as suas Raízes Culturais”. In Coelho, M. B. (coordenação) **Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-1987**, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 74).

²⁷ Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, p. 179.

²⁸ É o caso de Jorge Miranda, um dos artífices da Constituição, na sua tese de Doutoramento (Miranda, J. (1978) **A Constituição de 1976. Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais**. Lisboa: Livraria Petrony, pp. 419-422.) e Marcelo Rebelo de Sousa, que acentua, até, o pendor presidencialista do regime (Sousa, M. R. (1978) “O Sistema de Governo Português”. In Miranda, J. (coord.) **Estudos sobre a Constituição**. Lisboa: Petrony, pp. 587-592.

²⁹ É o caso de J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, este último, também, muito interventivo na elaboração da CRP (Canotilho, J. J. e Moreira, V. (1978) **Constituição da República portuguesa Anotada**. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 249, 254-261.)

³⁰ Cfr. art. 185.º, n.º 1 CRP

123.º CRP), dissolução da Assembleia da República, nomeação e exoneração do primeiro-ministro (art. 136.º CRP) e, sob proposta deste, nomeação dos ministros (art. 190.º CRP) e promulgação ou veto de actos legislativos (art. 137.º e 139.º CRP). Para além disto, o Governo e, pessoalmente, o primeiro-ministro, são responsáveis politicamente perante o Presidente da República (art. 193.º e 194.º CRP). A doutrina constitucional maioritária concordava, ainda, que a Constituição não impunha ao Presidente da República a manutenção de um Governo apoiado numa maioria parlamentar, se este não lhe merecesse confiança política, e que a fórmula do art. 190.º, relativo à escolha do primeiro-ministro, lhe atribuía um elevado grau de discricionariedade. Esta discricionariedade consubstanciava-se no facto de, apesar de o art. 190.º, n.º 1 da CRP impor que o Presidente da República tivesse em conta os resultados eleitorais, não lhe ser exigido que escolhesse o primeiro-ministro de entre os dirigentes do partido mais votado ou, sequer, que tivesse de contribuir para a formação de um Governo de base partidária³¹. Jorge Miranda, baseando-se na legitimidade conferida ao Presidente da República pela eleição directa por sufrágio universal, chegava, até, a admitir “a sobrevivência de um Governo contra o qual se tenha pronunciado a maioria da Assembleia, contando que o Presidente da República assim o decida”³².

É este contexto, em que, constitucionalmente, o Presidente ficava colocado numa posição de mediano entre o poder militar e civil e de complementaridade entre a legitimidade revolucionária e a democrática que faz com que Alfredo Barroso e José Vicente de Bragança refiram, numa tese a que consideramos dever aderir, que “o Presidente da República é um elemento essencial de equilíbrio no sistema político-constitucional português. A natureza da sua legitimidade, o conjunto de poderes que lhe são atribuídos pela Constituição e o facto de se tratar de um órgão de soberania unipessoal conferem-lhe uma influência política muito mais ampla do que aquela que poderia resultar da mera tradução formal dos seus poderes.”³³

31 Canotilho, J. J. e Moreira, V. (1978) **Constituição da República portuguesa Anotada**. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 371-372; Miranda, J. (1978) **A Constituição de 1976. Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais**. Lisboa: Livraria Petrony, pp. 421-422; Sousa, M. R. (1978) “O Sistema de Governo Português”. In Miranda, J. (coord.) **Estudos sobre a Constituição**. Lisboa: Petrony, p. 591-592.

32 Miranda, J. (1978) **A Constituição de 1976. Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais**. Lisboa: Livraria Petrony, p. 423.

33 Barroso, A. e Bragança, J. V. (1989) “O Presidente da República: Função e Poderes”. In Coelho, M. B. (coordenação) **Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-1987**, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 321.

O mesmo esquema de compromisso parece marcar a divisão de competências no âmbito das relações internacionais. Estabelece a lei fundamental que, nesta matéria, compete ao Presidente da República “representar a República Portuguesa” (art. 123.º CRP), “nomear os embaixadores e os enviados extraordinários (...) e acreditar os representantes estrangeiros”, “ratificar os tratados internacionais” e “declarar a guerra (...) e fazer a paz” (art. 139.º, als. a), b) e c)). Ao Governo reserva a Constituição o poder de concluir e ajustar tratados internacionais (art. 200.º, als. b) e c)). Com base nestas normas e, tendo em conta, sobretudo, a disposição do art. 185.º, n.º 1, que refere competir ao governo “a condução da política geral do país”, concluem Canotilho e Vital Moreira que “a função de representação externa da República que cabe ao PR deve ser distinguida da condução da política externa”, da competência do Executivo³⁴. Referem, ainda que, “tendo em conta estes parâmetros, parece evidente que certos actos ou práticas constitucionais (...) tradutores de uma função governamental ou política autónoma do PR no plano externo (...), só muito dificilmente caberiam nos apertados limites do texto constitucional”³⁵. Jorge Miranda chega a uma conclusão semelhante, afirmando que “a competência política do Governo consiste essencialmente na condução da política geral do país, a qual compreende quer a política interna quer a política externa, uma e outra por natureza e nas circunstâncias actuais cada vez mais indissociáveis: *governar* (na sua acepção restrita) constitui uma tarefa que se não compadece com fraccionamentos”³⁶. Este entendimento, embora partilhado pelas lideranças dos partidos do arco de governo (Mário Soares³⁷, Francisco Sá Carneiro³⁸, Freitas do Amaral³⁹), está longe, até à primeira revisão constitucional (de 1982), e mesmo na doutrina jurídica, de ser consensual.

É desta forma que, por exemplo, Emílio da Costa Rosa, assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, num longo artigo no Expresso de 4 de Abril de 1980, defende uma leitura restritiva do art. 185.º, n.º1 CRP e a definição da orientação

34 Canotilho, J. J. e Moreira, V. (1978) **Constituição da República portuguesa Anotada**. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 296 e 386.

35 Canotilho, J. J. e Moreira, V. (1978) **Constituição da República portuguesa Anotada**. Coimbra: Coimbra Editora, p. 260.

36 Miranda, J. (1978) “A competência do Governo na Constituição de 1976”. In Miranda, J. (coord.) **Estudos sobre a Constituição**. Lisboa: Petrony, p. 636.

37 V., Expresso de 20 de Maio de 1978, p. 1.

38 V., Declarações de Sá Carneiro à France-Inter, recolhidas no Expresso de 8 de Março de 1980, p. 2.

39 V. Declarações de Freitas do Amaral ao Expresso de 20 de Maio de 1978, p. 1.

da política externa pelas vontades conjugadas do PR, AR e Governo. Entendimento semelhante é expresso por António Costa⁴⁰ que assevera ter a Constituição de 1976 consagrado “um modelo institucional que, corresponsabilizando os diversos órgãos de soberania na definição e condução da política externa, procura gerar o máximo consenso nacional”. Ainda sobre esta temática, instado a pronunciar-se pelo PR, o brigadeiro Garcia dos Santos, conselheiro da Revolução, reconhece, em Fevereiro de 1980, num documento que havia de causar polémica, que à vontade governativa é concedida pela CRP, no tocante à gestão das grandes linhas da política externa, alguma prioridade, que deverá, todavia, e devido à instabilidade dos executivos, sofrer as limitações tendentes à harmonização da mesma pelo PR⁴¹. Vítor Alves e Melo Antunes, outros dois conselheiros, são mais incisivos, na mesma ocasião, no sentido de centrarem a gestão das grandes opções ao nível das relações externas na figura do Presidente da República⁴².

Será, então, no meio de uma certa ambiguidade normativa que, como referimos, conhecerá solução definitiva apenas em 1982 com a inclusão de uma nova al. c) no artigo 204.º n.º 1 da CRP⁴³ (actual artigo 201.º n.º 1) – “Compete ao primeiro-ministro: (...) c) Informar o Presidente da República dos assuntos respeitantes à **condução da política** interna e **externa** do país” –, que o Presidente Ramalho Eanes, pressionado por uma imprensa que o desejava ver mais interventivo perante a instabilidade dos executivos⁴⁴, e sustentado, de alguma forma, pelas concepções ideológicas de Melo Antunes, conselheiro da Revolução, Presidente da Comissão Constitucional e principal ideólogo do Movimento dos Capitães e, depois, da ala moderada do MFA que, de algum modo, se congrega em torno da PR depois de 1976⁴⁵, irá levar a cabo uma série de iniciativas diplomáticas tendentes a melhorar as relações de Portugal com os novos

40 Costa, A. (1989) “A Constituição e as Relações Externas”. In Coelho, M. B. (coordenação) **Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-1987**, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 675.

41 Expresso-Revista de 8 de Março de 1980, pp. 1-R-3-R.

42 Expresso-Revista de 8 de Março de 1980, p. 2-R.

43 Cfr. Amaral, D. F. (2008) **A Transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 250-251, que refere ter sido esta norma especificamente incluída na Revisão Constitucional de forma a esclarecer que a definição da orientação geral da política externa era da competência do Governo.

44 Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade**. Vol. I. Barcarena: Editorial Presença, p. 208; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, pp. 31-51.

45 MacQueen, N. (1998) A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 262-263.

países africanos que, nos casos de Angola e Moçambique, se encontravam, em meados de 1976, numa situação bastante difícil⁴⁶.

⁴⁶ MacQueen, N. (1998) A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 264-281.

I. 2. Europeísmo vs Terceiromundismo – as principais opções da política externa portuguesa (1974-1982).

I. 2. 1. O Período Revolucionário.

Numa interessante reflexão sobre a política externa portuguesa durante o período revolucionário⁴⁷, Vasco Rato refere terem sido três as possíveis opções de política externa que se apresentaram depois da queda do Estado Novo. A primeira, “defendida pelo PCP e os seus aliados gonçalvistas”, “apontava para o alinhamento de Portugal com a União Soviética e os demais membros do «bloco socialista»”. A segunda, “articulada pelos «meloantunistas» (ou «moderados») do MFA direccionava-se para uma estratégia «terceiromundista» assente numa leitura neomarxista do papel do país no sistema capitalista mundial”. Não pretendia, esta segunda orientação, a saída de Portugal da Aliança Atlântica, ou afastar o país da sua inserção do bloco ocidental, mas aproximá-lo dos países do Terceiro Mundo. Portugal encontrava-se num grau intermédio de desenvolvimento, entre os países mais industrializados e os pertencentes ao Terceiro Mundo, e poderia colocar-se numa posição de “ponte” entre uns e outros. A terceira estratégia, de alinhamento com o bloco ocidental, era prosseguida pelos partidos à direita do PCP (do PS ao CDS), e preconizava “a adesão à CEE e a preservação do laço transatlântico” como eixos fundamentais da política externa portuguesa.

Como acaba por reconhecer Rato, conclusão à qual adere a maior parte da doutrina⁴⁸, a estratégia de aproximação primacial em relação ao bloco soviético nunca conseguiu apoio substancial nos meios do poder, tendo a política externa dos governos de Vasco Gonçalves sido orientada muito mais por ideias próximas da política não-alinhada terceiromundista que marcou fortemente a política externa portuguesa até à tomada de posse do I Governo Constitucional. As forças que defendiam a integração europeia e a manutenção de laços transatlânticos fortes nunca perderam, contudo, como

47 Rato, V. (2008) “A Revolução de Abril na Política Externa”. In Almeida, J. M. e Ramos, R. (coordenação) **Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Séc. XIX-XX**. Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.

48 V., entre outros, Teixeira, N. S. (2005) Entre a África e Europa: a Política Externa Portuguesa 1890-2000. In Pinto, A. C. (Coordenação) **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, pp. 90-91 e Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, pp. 6-9 e 31-32.

veremos, margem de manobra, e foram conseguindo inculcar a sua orientação em termos de política externa no país, tornando-a prioritária a partir de meados de 1976. Ainda assim, a alternativa terceiromundista, sobretudo na sua vertente de criação de laços de especial proximidade com as ex-colónias, foi capaz, pelo menos até 1982 – data da primeira revisão constitucional que eliminou o Conselho da Revolução e retirou poderes ao Presidente da República – de encontrar formas de expressão importantes nos referidos órgãos, que concentravam o poder militar remanescente. Europeísmo e terceiromundismo foram, assim, no período sobre o qual nos encontramos a reflectir, as opções de política externa que marcaram a actuação dos órgãos de soberania com responsabilidades na matéria.

I. 2. 2. Portugal e a Europa.

Diz Nicolau Andresen Leitão que “aderir à CEE foi a decisão de política externa mais importante tomada por Portugal depois da Revolução de 1974 e do regresso gradual à democracia”⁴⁹. Todavia, a aproximação portuguesa em relação à Europa e, mais concretamente, ao Mercado Comum, começou ainda no período do Estado Novo. A partir dos anos 60, a dependência da economia portuguesa em relação aos mercados europeus e, nomeadamente, ao inglês, alemão e francês, faziam com que fosse imperativo integrar o processo europeu de progressiva abolição das barreiras alfandegárias. O comércio imperial revelava-se parco para satisfazer as necessidades e absorver as exportações metropolitanas e, assim, 4 de Janeiro de 1960, juntamente com o Reino Unido, Suécia, Noruega, Dinamarca, Áustria e Suíça, Portugal constituía a EFTA (European Free Trade Association). A política seguida, pouco depois, pelo Reino Unido (o principal parceiro comercial português dentro da EFTA), de encetar negociações com vista à adesão às Comunidades, levou a que o regime de Salazar procurasse envolver-se num processo similar na primavera de 1962. O pedido português foi recusado porque, ao contrário daquilo que acontecia na EFTA, a integração nas Comunidades Europeias estava sujeita ao cumprimento de alguns requisitos políticos que incluíam, segundo a estipulação do art. 237.º do Tratado de Roma, que o país candidato fosse uma democracia parlamentar de estilo ocidental. A interpretação dada pelo Relatório Birkelbach ao artigo – “Apenas os estados que garantam nos seus territórios uma completa prática democrática e o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais poderão ser membros da nossa Comunidade” – tornava muito claro que a candidatura nacional apenas podia resultar numa resposta negativa. Os principais grupos económicos continuavam, todavia, a pressionar o regime no sentido da adesão e, assim, já com o país sob a batuta de Marcelo Caetano e com a Inglaterra às portas da CE (entrou em 1973), Portugal volta a dar início a negociações com o Mercado Comum a 27 de Novembro de 1970. O imperativo do art. 237.º não permite a entrada, mas Lisboa consegue, a 22 de Julho de 1972, assinar um acordo de comércio livre, em conjunto com outros membros da EFTA. Assim, nas vésperas do golpe dos Capitães, a economia portuguesa estava, já, completamente dependente do comércio europeu (que

49 Leitão, N. A. (2007) **Estado Novo, Democracia e Europa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 272.

representava mais de 75% do comércio externo nacional) e, embora não totalmente integrada, auferindo de um grau de ligação institucional muito forte com as democracias da Europa ocidental⁵⁰.

A Revolução de Abril, permitindo a democratização do país, possibilitava que a integração portuguesa fosse encarada com melhores perspectivas. A instabilidade política do período revolucionário não iria, todavia, permitir que o pedido formal de adesão fosse apresentado antes da estabilização da democracia portuguesa e da eleição do I Governo Constitucional⁵¹. Ainda assim, Mário Soares, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros do I e II Governos Provisórios, inicia a 2 de Maio de 1974 um périplo europeu durante o qual se reuniria, em Bruxelas, com responsáveis das Comunidades no sentido de pedir algum apoio financeiro para a fragilizada economia portuguesa e, a 13 de Setembro do mesmo ano, dá uma importante conferência de imprensa no Palácio das Necessidades, no sentido de clarificar a orientação em termos de política externa do governo (no caso, o II Governo Provisório). Nesta comunicação aos jornalistas, esclarece que um dos objectivos do executivo português é, “dentro de um prazo razoável e logo que a nossa economia o permita”, aderir ao Mercado Comum⁵². Os acontecimentos posteriores que levaram à radicalização do processo revolucionário fizeram com que a aproximação em relação às Comunidades Europeias se tornasse mais complicada. Todavia, as forças políticas moderadas, como veremos, não deixaram de expressar o desejo de concretização desse processo de estreitamento de laços, a começar por Mário Soares e pelo Partido Socialista, verdadeiros arautos do processo de integração⁵³. “O destino de Portugal está ligado, por excelência, ao da

50 Leitão, N. A. (2007) **Estado Novo, Democracia e Europa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 260-267 e 275; MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 65-66; Magone, J. M. (2004) **The Developing Place of Portugal in the European Union**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 25-26 e 133-134.

51 MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 66-67; Magone, J. M. (2004) **The Developing Place of Portugal in the European Union**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 27-29 e 135.

52 Soares, M. (1974) **Nova Política Externa Portuguesa**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 44-45.

53 Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, p. 198; Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 109-110; Teles, J. M. G. (1999) “A Revolução e a Política Externa”. In **Política Externa e Política de Defesa do Portugal Contemporâneo. II Curso Livre de História Contemporânea**. Lisboa: Edições Colibri., p. 32; Magone, J. M. (2004) **The Developing Place of Portugal in the European Union**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 28-29.

Europa”, diria, em 1976, Soares a Dominique Pouchin⁵⁴. A Maria João Avillez confessaria, muitos anos depois: “a ideia que me orientava [em termos de política externa], desde o meu regresso a Portugal, era a de que a integração europeia seria o contraponto absolutamente essencial para a descolonização que se revelara inevitável e grandemente traumática.”⁵⁵

A integração europeia cumpriria, na ideia das forças moderadas, comandadas, neste particular, por Soares e pelo PS, mas que compreendiam, igualmente, outros dois partidos determinantes na construção da democracia portuguesa – o PSD e o CDS⁵⁶ – diversos objectivos, entre o quais avultava a estabilização das instituições democráticas. Os outros propósitos a atingir com a integração relacionavam-se com a necessidade de garantir o desenvolvimento económico e a melhoria das condições de vida da população, por forma a estabilizar o regime, permitir que os emigrantes portugueses que trabalhavam nos países do Mercado Comum adquirissem um maior nível de protecção e a manutenção de relações económicas próximas com as ex-colónias, já que estas desejavam aderir à Convenção de Lomé (que previa condições preferenciais de comércio entre os países membros das Comunidades Europeias e os países africanos)⁵⁷. Desta forma, os governos constitucionais do período que medeia entre 1976 e 1982, com a provável exclusão do executivo liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo⁵⁸, elegeram a prossecução do projecto de adesão às Comunidades Europeias como a prioridade da política externa⁵⁹. É assim que, a 28 de Março de 1977, o I Governo Constitucional entrega o pedido formal de adesão em Bruxelas.

54 Soares, M. (1976) **Portugal: Que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin**. Lisboa: Perspectivas & Realidades, p. 62.

55 Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 19.

56 V., a título de exemplo, Pereira, A. M. (1981) **O Pensamento de Sá Carneiro em Política Externa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 46-48 e Amaral, D. F. (2008) **A Transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 250-251.

57 Leitão, N. A. (2007) **Estado Novo, Democracia e Europa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 272-275; MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 66-67; Magone, J. M. (2004) **The Developing Place of Portugal in the European Union**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 28-30 e 135-136.

58 O V Governo Constitucional, cujo programa parece apontar, como teremos oportunidade de ver adiante, para outro tipo de prioridades. V. Parte III, n.º 1 e 5.

59 V. Parte III, ponto G), n.º 2.1, 2.2, al. b) do Programa do I Governo Constitucional; Parte III, ponto G), n.º 2.2 do Programa do II Governo Constitucional; Parte II, n.º 2.1, al. n), Parte III, n.º 10 e Parte IV, n.º 4 do Programa do III Governo Constitucional; Parte II, Ponto 8 e Parte III, ponto 5 do Programa do IV Governo Constitucional; Parte I, n.º 5 e Parte II, n.º 7 do Programa do VI Governo Constitucional;

O consenso no seio de outras forças sociais – partidos políticos não-marxistas e não afectos à extrema direita, associações patronais, agrícolas, comerciais e sindicais não filiadas na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses e imprensa – era, em geral, no sentido de favorecer a adesão⁶⁰, o que leva João de Menezes Ferreira a escrever que “[no seguimento do pedido de adesão socialista] a quase totalidade da sociedade civil e política (...) está, como que por encanto, de acordo”⁶¹. O PCP e a CGTP consubstanciavam, nesta altura, as principais forças que se opunham ao processo de integração naquilo que apelidavam da «Europa dos monopólios»⁶².

Muito importante era também a aquiescência dada a esta política pelos militares moderados, reunidos, ainda no período revolucionário, em torno da figura de Melo Antunes (principal ideólogo do Movimento das Forças Armadas e redactor do Documento dos Nove) e, depois, do general Ramalho Eanes, aquando da sua ascensão à Presidência da República. Diz o “Documento dos Nove”, publicado no *Jornal Novo* de 7 de Agosto de 1975 e assinado por um conjunto de oficiais descontentes com o rumo que, sob a liderança governativa de Vasco Gonçalves, tomava a Revolução Portuguesa, que a política externa portuguesa que os seus subscritores tinham em mente se regeria por um conjunto de princípios de que faria parte “a manutenção das nossas relações com a Europa, reforçando e aprofundando as relações com certos espaços económicos (CEE e EFTA)”. Eanes, primeiro Presidente eleito depois do 25 de Abril de 1974 e principal figura das forças vitoriosas no 25 de Novembro de 1975, assumiu sempre, talvez de forma mais incisiva, até, a necessidade de Portugal se integrar nas Comunidades Europeias⁶³. É desta forma que, por exemplo, na mensagem de Ano Novo de 1980 se

Capítulo I, n.º 3 e Capítulo II, n.º 4.2 do Programa do VII Governo Constitucional; Capítulo I, n.º 6.2 e Capítulo II, n.º 2 do Programa do VIII Governo Constitucional.

60 Leitão, N. A. (2007) **Estado Novo, Democracia e Europa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 277; Pinto, A. C. (2001) **O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975**. Lisboa: Livros Horizonte, p. 82.

61 Ferreira, J. Me. (1989) “Partidos Políticos, Parceiros Sociais e o Desafio da CEE”. In Coelho, M. B. (coordenação) **Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-87**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 493.

62 Telo, A. J. (2008) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade**. Vol. II. Barcarena: Editorial Presença, p. 205; Magone, J. M. (2004) **The Developing Place of Portugal in the European Union**. New Brunswick: Transaction Publishers, p. 29.

63 Cfr., designadamente, o discurso proferido nas comemorações da Revolução de Abril em 1978 (Eanes, A. R. e Fernandes, V. G. (1978) **Celebrar o 25 de Abril: discursos proferidos em 25 de Abril de 1978, na Assembleia da República, pelo Presidente daquela Assembleia, Dr. Vasco da Gama Fernandes, e pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p. 22), a mensagem de Ano Novo de 1979 (Eanes, A. R. (1979) **Um Portugal melhor: mensagem dirigida aos portugueses, pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, no dia 1 de Janeiro de 1979**.

referiria à “opção europeia” como “a nossa primeira prioridade nas relações políticas e económicas internacionais”⁶⁴ e afirmaria, no discurso comemorativo do 25 de Novembro em 1979, que “do projecto de sociedade livre delineado pelos portugueses (...) são marcos sólidos a firme decisão de integração na CEE (...)”⁶⁵.

Lisboa: Ministério da Comunicação Social, p. 5), o discurso na posse do VI Governo Constitucional (Eanes, A. R. e Carneiro, F. S. (1980) **Posse do VI Governo Constitucional. Discursos proferidos pelos senhores Presidente da República General ramalho Eanes e Primeiro-Ministro, dr. Sá Carneiro, no Palácio da Ajuda em 3 de Janeiro de 1980**. Lisboa : Secretaria de Estado da Comunicação Social, p. 13-14), o discurso pronunciado na posse do VII Governo (Eanes, A. R. e Balsemão, F. P. (1981) **Posse do VII Governo Constitucional: discursos proferidos pelos senhores Presidente da República, General Ramalho Eanes, e Primeiro-ministro, Dr. Pinto Balsemão, no Palácio da Ajuda, em 9 de Janeiro de 1981**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p. 11), entre outros.

64 Eanes, A. R. (1980) **Mensagens de Natal e Ano Novo: dirigidas pelo Presidente da República aos emigrantes ausentes de Portugal, em 24 de Dezembro de 1979 e a todos os portugueses, em 1 de Janeiro de 1980**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1980, p. 14.

65 Eanes, A. R. (1980) **Comemorar o 25 de Novembro não é rotina: discurso e mensagem do General Ramalho Eanes, Presidente da República e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, proferidos em 25 de Novembro de 1979**. Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, p. 12.

I. 2. 3. Terceiromundismo: Portugal e África.

No período que mediou entre a implosão do Estado Novo e a tomada de posse do I Governo Constitucional, uma certa espécie de terceiromundismo foi, como já demos nota, a orientação de política externa que mais marcou as iniciativas diplomáticas nacionais e que influenciou, posteriormente, como veremos, a actuação externa do Presidente da República e dos membros do Conselho da Revolução até 1982⁶⁶. Falo de “uma certa espécie” de terceiromundismo, na medida em que o pensamento de Melo Antunes, figura cimeira na conceptualização do “terceiromundismo português” – ou *meloantunismo*, como ficaria conhecido na gíria política portuguesa, se afastava, em questões importantes, da estruturação do terceiromundismo e do Movimento dos Não Alinhados de Bandung⁶⁷ e Belgrado⁶⁸. O nascimento do terceiromundismo esteve muito ligado à luta anticolonial⁶⁹, a uma certa relutância de determinados líderes de países menos desenvolvidos⁷⁰ em escolherem um lado no confronto bipolar e à luta contra os “imperialismos” (soviético e americano). Propugnava a substituição do conflito leste-oeste pela oposição norte (desenvolvido) / sul (subdesenvolvido), o desarmamento nuclear, a dissolução dos blocos político-militares, a cooperação entre os países menos desenvolvidos e o não-envolvimento na Guerra Fria⁷¹.

66 Rato, V. (2008) “A Revolução de Abril na Política Externa”. In Almeida, J. M. e Ramos, R. (coordenação) **Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Séc. XIX-XX**. Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, pp. 210-215; Teixeira, N. S. (2005) Entre a África e Europa: a Política Externa Portuguesa 1890-2000. In Pinto, A. C. (Coordenação) **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, pp. 90-91; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, pp. 6-9 e 31-32.

67 Marco fundamental para o nascimento do terceiromundismo, a Conferência de Bandung, promovida por líderes como Nehru (Índia), Nasser (Egipto), Sukarno (Indonésia), Nkrumah (Gana), Zhou Enlai (China) e Ho Chi Minh (Vietname), aconteceu em Abril de 1955 na cidade homónima da Indonésia.

68 O encontro de Belgrado, em Setembro de 1961, marcou o nascimento do Movimento dos Não Alinhados, promovido, principalmente, por Nehru, Nasser e Tito (Jugoslávia).

69 Encontrávamo-nos em plena Guerra da Argélia (1954-1962) e o movimento ficou muito marcado pela obra de Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra*, que serviria, mesmo, como sua “bíblia” ou manifesto.

70 Aqueles referidos nas notas anteriores, mas também, embora com uma postura sempre mais pró-soviética, Fidel Castro (Cuba).

71 Berger, M. T. (2004) After the Third World? History, destiny and the fate of Third Worldism. **Third World Quarterly**, Vol. 25, No. 1, pp. 9-13 e 20-24; Gupta, A. (1992) The Song of the Nonaligned World: Transnational Identities and the Reinscription of Space in Late Capitalism. **Cultural Anthropology**, Vol. 7, Nº. 1, Space, Identity, and the Politics of Difference (Feb. 1992), pp. 65-67; Nash, A. (2002) Third Worldism. **African Sociological Review**, Vol. 7, No. 1, pp. 95-102; Gildea, R., Mark, J.

Aquilo a que me referi como “terceiromundismo português” (*meloantunismo*) e que me parece correcto chamar de *terceiromundismo mitigado*, inspirado, como se disse, sobretudo, pelas concepções de Melo Antunes, fica mais claro quando se procede à análise de dois documentos da autoria deste militar de Abril. O primeiro é o “Documento dos Nove”, a que já fizemos referência, onde se estabelece que a política externa pretendida pelos moderados do MFA se regeria por alguns princípios basilares entre os quais avultavam “a abertura em relação a todos os países do mundo” (na linha do que ficaria consagrado no art. 7.º n.º 1 da CRP de 1976⁷²), “a manutenção das nossas ligações com a Europa, reforçando e aprofundando as relações com certos espaços económicos (CEE e EFTA)” e a “franca abertura ao Terceiro Mundo (com particular relevo para as nossas antigas colónias)”. O segundo é o discurso pronunciado por Melo Antunes (enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros do VI Governo Provisório) no debate geral da 30.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 9 de Outubro de 1975, intitulado “Pela democratização efectiva das relações internacionais”. Nele, Melo Antunes realça os “ecos e simbioses da nossa cultura, da nossa mentalidade” que aproximam Portugal das ex-colónias africanas, o “papel que Portugal tem a jogar na luta pelo estabelecimento de relações de maior justiça e equidade entre os centros económicos mundiais preponderantes e as nações do Terceiro Mundo, vítimas de situações económicas internacionais injustas e desequilibradas”, a posição de mediação que o nosso país pode assumir no diálogo euro-africano, na medida em que, apesar de “país colonizador, não foi, todavia, centro económico dominante na cadeia de exploração imperialista”. Não obstante, Melo Antunes é igualmente incisivo no que toca à permanência do nosso país na Nato (“mantemo-nos, pois, lealmente ligados ao Pacto do Atlântico”, afirma) e sua inserção na Europa Ocidental (e cito: “Portugal integra a Europa Ocidental e tem consciência de que o seu papel nunca poderá ser desligado do espaço europeu a que pertence.”)⁷³. É *mitigado*, então, o terceiromundismo preconizado

e Pas, N. (2011) European Radicals and the “Third World”. *Imagined Solidarities and Radical Networks*, 1958-73. **Cultural and Social History**, Vol. 8, Issue 4, pp. 449-453, 458-459 e 464-466. Para uma visão portuguesa do terceiromundismo e Movimento dos Não-Alinhados, contemporânea do período que nos encontramos a estudar v. Fernandes, A. J. (1978) **Portugal e o Terceiro Mundo**. Amadora: Livraria Bertrand, pp. 80-81, 91, 103-114 e 266-268 e Fernandes; C. R. (1980) **Portugal, a Europa e o Terceiro Mundo**. Lisboa: Pórtico, pp. 59-86.

72 Art. 7.º (Relações Internacionais) 1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios (...) da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade”.

73 Antunes, E. M. (1975) **Pela democratização efectiva das relações internacionais. Discurso pronunciado pelo MNE de Portugal, major Melo Antunes no debate geral da 30.ª sessão da**

por Melo Antunes⁷⁴, na medida em que é muito claro na inserção de Portugal no bloco ocidental, e não no bloco dos países do Terceiro Mundo, embora, por força dos conhecimentos e aproximações criados em relação às populações africanas no período colonial, nos remeta, igualmente, para uma posição de proximidade em relação a essas nações (e nomeadamente às nossas ex-colónias) e de ponte entre estas e os países desenvolvidos da Europa.

Este tipo de concepção manteve, no período em estudo (1976-1982), alguma influência na formatação da política externa, através do Presidente da República (general Ramalho Eanes) e do Conselho da Revolução. Melo Antunes, que assumiria as funções de Presidente da Comissão Constitucional (órgão consultivo do Conselho da Revolução em matéria de fiscalização da constitucionalidade dos actos legislativos), bem como outros Conselheiros da Revolução e militares com influência nas forças armadas, como Vítor Alves, Vítor Crespo, Pezarat Correia, Franco Charais, Sousa e Castro, Marques Júnior e Vasco Lourenço, que aderiam ao *terceiromundismo mitigado* que discutíamos, formavam um núcleo forte que gravitava em torno da Presidência da República, aconselhando o Presidente nas matérias relativas à política externa e sendo, mesmo, por vezes, utilizados por este na prossecução de determinados objectivos diplomáticos^{75 76}.

Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9 de Outubro de 1975. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975, pp. 6, 9-12 e 23.

74 Que viria a rejeitar, mesmo, embora já nos anos 90, em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, o epíteto de terceiro-mundista - Cruzeiro, M. M. (2004) **Melo Antunes. O Sonhador Pragmático**. Cruz Quebrada: Editorial Notícias, p. 114.

75 Expresso de 13 de Agosto de 1976, pp. 14-15, de 27 de Agosto de 1976, pp. 13-14, de 19 de Julho de 1980, p. 1 e de 9 de Agosto de 1980, p. 16; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, p. 38; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 262-264; Raimundo, A. (2010) **Between Europeanisation and Domestic Influences: Portugal's Post-colonial Relations with Angola**. Paper prepared for the Fifth Pan-European Conference on EU Politics of the ECPR-SEGU, Porto, 23-26 June 2010, p. 4; MacQueen, N. (2003) Re-defining the "African Vocation": Portugal's Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, pp. 187-189.

76 É desta forma que, por exemplo, Melo Antunes é enviado a Cuba em Janeiro de 1978 e a Luanda em Novembro de 1978 e encarregado de preparar um encontro em Bissau entre Eanes e o Presidente da República Popular de Angola, Agostinho Neto, no sentido de amenizar as conturbadas relações luso-angolanas e, em Março de 1979, é enviado a Maputo com o objectivo de desbloquear as relações com Moçambique. V. Expresso de 28 de Janeiro de 1978, p. 2, de 4 de Novembro de 1978, p. 1, de 24 de Junho de 1978, p. 1-R e ss. e de 24 de Março de 1979, p. 1. Vítor Alves, seria enviado, por outro lado a Colombo (Sri Lanka) como chefe da delegação portuguesa à Cimeira dos Não Alinhados de Agosto 1976. V. Expresso de 25 de Agosto de 1979, p. 4.

Embora rejeitando a classificação de *terceiromundista*⁷⁷, Ramalho Eanes, vai utilizar a margem de manobra que, de alguma forma, a Constituição e o enquadramento político português lhe proporcionavam em termos de prerrogativas no domínio das relações externas, para pôr em prática determinadas iniciativas diplomáticas, tendentes, sobretudo, a melhorar o relacionamento português com as antigas colónias que se encontrava, como veremos, nomeadamente em relação a Angola e Moçambique, numa situação muito complicada em 1976. A adesão ao *terceiromundismo mitigado* de que falávamos, apesar da rejeição do não-alinhamento referida, fica bastante clara se tivermos em atenção os discursos pronunciados pelo Presidente. É assim que, logo a 1 de Janeiro de 1977, escassos 6 meses depois de ter tomado posse, Eanes assevera que “a reconciliação dos portugueses consigo próprios e com a sua história passa também pela eliminação dos complexos africanos e pelo restabelecimento de relações baseadas em interesse mútuo e que salvaguardem os justos interesses da nação portuguesa” e que “os erros de conjuntura da nossa acção fora da Europa não afectaram os valores essenciais da nossa projecção ecuménica. Teremos de concretizar permanentemente esses valores nas futuras relações com os povos de língua portuguesa e com os compatriotas espalhados pelas Américas, pelo Oriente, pela África e pela Europa”⁷⁸. No discurso comemorativo do 25 de Abril, em 1980, ficaria muito clara a sua visão de Portugal como ponte entre a Europa e a África, afirmando que “a integração de Portugal na Comunidade Europeia apenas será útil para ambas as partes se Portugal mantiver e desenvolver aquilo que é específico da sua posição na Europa, seja em termos das suas afinidades históricas e culturais, e, em particular, da sua capacidade de diálogo com os países de expressão portuguesa”⁷⁹.

Na Noruega, em visita oficial em Junho de 1980, apelava ao mais rápido estabelecimento de uma “nova ordem económica que assegure aos países do sul as oportunidades de progresso a que têm direito e que são um imperativo de segurança das

77 A 23 de Junho de 1980, numa conferência organizada pelo Clube de Imprensa, Ramalho Eanes diria que “as sugestões, as insinuações de neutralismo, de terceiro-mundismo ou de eventuais flutuações de alianças, nada tem a ver com as constantes da política externa portuguesa” - Eanes, A. R. (1981)

Democracia portuguesa: conferência do Presidente da República, General Ramalho Eanes, no Clube de Imprensa. Lisboa: Com. Inst. do Clube de Imprensa, p. 22.

78 Eanes, A. R. (1977) **Mensagem do Presidente da República aos portugueses: 1 de Janeiro de 1977.** Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social., p. 11.

79 Eanes, A. R. (1981) **Comemoração do 25 de Abril: mensagem do Comandante Supremo das Forças Armadas; discurso do Presidente da República ao agraciar personalidades com a ordem da liberdade, e na Assembleia da República.** Lisboa: Direcção-Geral da Informação, p. 28.

sociedades democráticas” e estabelecia que “a nova relação de solidariedade entre povos europeus e povos do Terceiro Mundo, que é urgente e indispensável, só pode basear-se numa cooperação fraterna, orientada pela igualdade e pela justiça, e despida de qualquer preconceito caritativo”⁸⁰. A vocação universalista e de fácil convivência com os diferentes povos do planeta aparece também, muito claramente, em diversas comunicações do Presidente. Diria, por exemplo, durante a visita de Jimmy Carter, Presidente dos EUA, a Portugal, em Julho de 1980, que “ao longo da sua história, Portugal construiu e consolidou a sua independência pelos seus próprios méritos. Nessa longa aprendizagem, gizou uma capacidade de diálogo e de entendimento com outros povos e deu valioso contributo para a formação de novas nações⁸¹”. Na deslocação a Espanha, em Maio de 1977, referir-se-ia à “vocação universalista do nosso povo” que se traduziria, como eixo principal da nossa política externa, na “cooperação com os outros povos de expressão portuguesa espalhados pelo mundo”⁸².

Nas visitas externas que efectua, ou nas recepções a dirigentes estrangeiros, Eanes não se esquece nunca de referir as particularidades do povo português em relação à facilidade com que poderia relacionar-se com os povos do Terceiro Mundo, e sobretudo com os novos países nascidos da derrocada do império. Em Maio de 1978, em visita ao Brasil, afirmaria que “queremos também partilhar com os nossos irmãos brasileiros a nossa convicção de que tanto a busca de soluções económicas e políticas no quadro da Europa Ocidental como o correspondente traço de união que pretendemos estabelecer com e consubstanciar entre os novos países africanos de expressão portuguesa e as Comunidades Europeias, só podem fortalecer os incentivos ao estreitamento dos laços que, felizmente, unem o Brasil e Portugal”⁸³. Na Bulgária, em

80 Eanes, A. R. (1981) **Prosseguir uma acção conjunta: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes à Noruega de 3 a 6 de Junho de 1980**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, pp. 30-31.

81 Eanes, A. R. e Cárter, J. (1981) **Incrementar a paz, a liberdade e a prosperidade: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente dos Estados Unidos da América, Jimmy Carter, a Portugal em 20 de Julho de 1980**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, p. 15.

82 Eanes, A. R. (1977) **Visita do Presidente da República a Espanha**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, pp. 16-17. Em outros discursos são visíveis as referências à vocação universalista do povo português. Cfr., designadamente, Eanes, A.R. (1982) **Visita do Presidente da República Italiana a Portugal: discursos oficiais proferidos durante a estada, em Portugal, do Presidente Sandro Pertini, 22 a 25 de Outubro de 1981**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p. 29.

83 Eanes, A. R. (1979) **Estreitar as relações de Portugal com o mundo: textos oficiais relativos às visitas do Presidente da República Portuguesa ao Brasil, Venezuela e Estados Unidos da América, incluindo as palavras proferidas aquando da sua passagem pela República de Cabo Verde 21 de Maio a 3 de Junho de 1978**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, p. 40.

Março de 1979, referir-se-ia a Portugal como “ponte histórica entre a Europa e a África”⁸⁴. No decurso da mesma visita, desta feita em Budapeste, diria que “como país integrado na Europa do Sul e com uma longa tradição histórica de convivência com a África, Portugal está consciente de que o estabelecimento de relações políticas abertas e de relações económicas justas entre as nações dos dois continentes assume importância crescente para a segurança europeia e para o e equilibrado desenvolvimento económico dos países europeus”⁸⁵. Em Junho de 1980, na visita à Noruega a que já tivemos oportunidade de fazer referência, asseveraria que “Portugal tem desenvolvido com os países africanos de língua oficial portuguesa uma cooperação mutuamente vantajosa, baseada em genuínos laços afectivos, históricos e culturais, e na compreensão íntima dos interesses recíprocos de povos que se conhecem desde longa data”⁸⁶.

Das visitas aos países africanos de expressão portuguesa e recepção em Portugal das respectivas autoridades daremos conta, de forma mais pormenorizada, no decurso do presente trabalho. Importa, todavia, neste momento, fazer referência a determinadas particularidades no discurso de Eanes, representativas da especial ligação que se pretendia estabelecer com as ex-colónias, na senda do *terceiromundismo mitigado* que marcou, como vimos, a sua presidência em termos da inserção externa de Portugal. É assim que os discursos nas ocasiões referidas se encontram repletos de expressões como

84 Eanes, A. R. (1979) **Melhorar a cooperação com todas as nações: discursos oficiais proferidos aquando da visita do Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes, à Bulgária, à Hungria e à Roménia, entre 19 e 26 de Março de 1979.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, p. 16.

85 Eanes, A. R. (1979) **Melhorar a cooperação com todas as nações: discursos oficiais proferidos aquando da visita do Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes, à Bulgária, à Hungria e à Roménia, entre 19 e 26 de Março de 1979.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, pp. 106-107.

86 Eanes, A. R. (1981) **Prosseguir uma acção conjunta: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes à Noruega de 3 a 6 de Junho de 1980.** Lisboa: Direcção-Geral da Informação, pp. 31-32. Outras referências à “vocação africana” de Portugal aparecem, designadamente, nas seguintes comunicações de Ramalho Eanes: Eanes, A. R. (1979) **Estreitar as relações de Portugal com o mundo: textos oficiais relativos às visitas do Presidente da República Portuguesa ao Brasil, Venezuela e Estados Unidos da América, incluindo as palavras proferidas aquando da sua passagem pela República de Cabo Verde 21 de Maio a 3 de Junho de 1978.** Lisboa: Ministério da Comunicação Social, pp. 148 e 207; Eanes, A. R. (1979) **Participar na construção de uma Europa forte e democrática: discursos oficiais proferidos durante a visita que o Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, fez ao Parlamento Europeu, ao Conselho da Europa e ao Reino Unido, de 13 a 17 de Novembro de 1978.** Lisboa: Ministério da Comunicação Social, pp. 37-38; Eanes, A. R. (1977) **Visita do Presidente da República a Espanha.** Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, pp. 16-17; Eanes, A. R. (1981) **Reforçar e multiplicar laços de colaboração: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Federal da Alemanha a Portugal em 14 de Julho de 1980.** Lisboa: Direcção-Geral da Informação, p. 9; Eanes, A. R. e Losonczi, P. (1982) **O Presidente do Conselho Presidencial da República Popular da Hungria visita Portugal: discursos oficiais do Presidente Ramalho Eanes e do Presidente Pal Losonczi.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p. 8.

“fraternidade”, “amizade” (adjectivada muitas vezes de “longa” ou “histórica”), “solidariedade” e se faz referência ao “bom entendimento entre povos que se conhecem há muito”, à “convivência multissecular” e às “pontes históricas” que foram sendo estabelecidas⁸⁷. A guerra colonial aparece como uma luta fratricida contingencial, provocada pela inabilidade da ditadura em encontrar uma solução satisfatória para o problema colonial, e não como um confronto entre povos inimigos⁸⁸ e a língua é sempre referida como factor de aproximação. Muito interessante, e demonstrativo da proximidade que se pretendia atingir nas relações com as ex-colónias africanas, é o imprevisto de Eanes, aquando do jantar oferecido pelo Presidente da República de Cabo Verde no Palácio de Queluz, onde Aristides Pereira acaba por ser tratado como “cabo-verdiano e português” e “nunca estrangeiro” no nosso país⁸⁹. Durante a mesma visita, o Chefe de Estado português acaba por, durante um outro jantar, desta feita no Palácio da Ajuda, fazer uma boa síntese daquele que era o discurso habitual com que se pretendia receber as autoridades das antigas possessões ultramarinas. Disse Eanes: “a visita de Vossa Excelência [Aristides Pereira] a Portugal consagra o entendimento profundo que

87 V. Eanes, A. R. (1979) **Estreitar as relações de Portugal com o mundo: textos oficiais relativos às visitas do Presidente da República Portuguesa ao Brasil, Venezuela e Estados Unidos da América, incluindo as palavras proferidas aquando da sua passagem pela República de Cabo Verde 21 de Maio a 3 de Junho de 1978**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social; Eanes, A. R., Pereira, A. e Pinto, C. M. (1979) **Firmar laços de colaboração: discursos e comunicado final relativos à visita que o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, fez a Portugal, de 23 a 27 de Janeiro de 1979**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social; Eanes, A. R. (1981) **Diálogo e cooperação: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa General Ramalho Eanes à República de Cabo Verde, de 15 a 20 de Abril de 1980**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação; Eanes, A. R. (1982) **Visita presidencial a Angola: discursos proferidos durante a visita oficial que o Presidente da República, General Ramalho Eanes, fez a Angola 16 a 19 de Abril de 1982**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação; Eanes, A. R. (1983) **Viagem presidencial à República da Guiné-Bissau e à República Democrática e Popular da Argélia: discursos oficiais**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

88 Eanes diria a Aristides Pereira, Presidente de Cabo Verde, aquando da sua visita a Portugal que “em nome do povo português, eu desejo agradecer-lhe o trabalho que tem efectuado no sentido de fazer com que as sequelas de uma guerra que afastaram, só aparentemente, os nossos povos, tenham rapidamente desaparecido e se tenha caminhado no sentido de conseguir estabelecer relações interestaduais de exemplaridade ímpar” - Eanes, A. R., Pereira, A. e Pinto, C. M. (1979) **Firmar laços de colaboração: discursos e comunicado final relativos à visita que o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, fez a Portugal, de 23 a 27 de Janeiro de 1979**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, pp. 11-12. Em Cabo Verde, reconheceria que “[portugueses e cabo-verdianos] nos batemos brava e honestamente, nunca como inimigos, mas sempre como adversários. Batemo-nos, nós os portugueses, convencidos de que seria necessário que a guerra desse o tempo necessário para que os políticos encontrassem a solução que se impunha – e, infelizmente, isso não aconteceu” - Eanes, A. R. (1981) **Diálogo e cooperação: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa General Ramalho Eanes à República de Cabo Verde, de 15 a 20 de Abril de 1980**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, p. 52.

89 Eanes, A. R., Pereira, A. e Pinto, C. M. (1979) **Firmar laços de colaboração: discursos e comunicado final relativos à visita que o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, fez a Portugal, de 23 a 27 de Janeiro de 1979**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, p. 58.

existe entre os nossos povos. Entendimento a que é preferível chamar amizade duradoura, porque se alicerça numa vivência cultural comum, que nem a injustiça de certo tipo de relações do passado, definitivamente sepultadas, conseguiu destruir na essencialidade”⁹⁰.

A par da prossecução deste tipo de relacionamento particularmente próximo com os países que se erguiam nos territórios africanos anteriormente administrados por Portugal, Eanes, como já tivemos oportunidade de referir brevemente, não descurava a inserção portuguesa no bloco ocidental, o que, aliás, estava de acordo com as concepções de Melo Antunes, que, de alguma forma, prosseguia. Numa entrevista publicada no Jornal de Notícias de 23 de Outubro de 1980, Eanes definiria da seguinte forma as “traves-mestras” da política externa portuguesa: “Europa, OTAN, países africanos, árabes e latino-americanos, cooperação na resolução dos conflitos e estabelecimento de relações especiais com os países em que há importantes comunidades de emigrantes”⁹¹. Eanes centraria, contudo, a sua actuação externa na sanção dos problemas que perturbavam as relações pós-coloniais portuguesas, enquanto os governos, como vimos, dirigiriam as suas iniciativas diplomáticas no sentido da adesão portuguesa às Comunidades Europeias – afinal, dentro das prioridades da política externa portuguesa tal como definidas pelo Presidente da República, as duas em que era preciso maior empenho da diplomacia portuguesa. Os responsáveis dos executivos, todavia, perspectivavam – com, novamente, a provável exclusão de Maria de Lourdes Pintasilgo – de maneira diferente a forma como deveriam ser estabelecidas as relações pós-coloniais portuguesas e, sobretudo, consideravam ser prerrogativa exclusiva do governo a fixação da orientação da política externa nacional⁹². Esta situação geraria, pelo menos até à revisão constitucional de 1982, uma série de conflitos entre Belém e São Bento. Das diferentes perspectivas governativas em relação aos países africanos de língua portuguesa, onde, não raras vezes, também se

90 Eanes, A. R., Pereira, A. e Pinto, C. M. (1979) **Firmar laços de colaboração: discursos e comunicado final relativos à visita que o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, fez a Portugal, de 23 a 27 de Janeiro de 1979**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, p. 19.

91 Eanes, A. R. (1980) **Não aceito a subversão do regime democrático: Eanes ao JN: entrevista de José Luís de Abreu publicado no "JN" em 23 de Outubro**. Lisboa: Renascença Gráfica.

92 V., a título de exemplo, Expresso de 20 de Maio de 1978, p. 1 e de 8 de Março de 1980, p. 2; Amaral, D. F. (1980) **A política externa portuguesa: intervenção no debate parlamentar do programa do VI Governo Constitucional, em 15 de Janeiro de 1980, do Vice Primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral**. Lisboa: Dir. Geral da Divulgação, pp. 10-13; Pereira, A. M. (1981) **O Pensamento de Sá Carneiro em Política Externa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 20-21; Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 64-65.

encontravam ecos de *terceiromundismo mitigado*, e das referidas disputas tentaremos dar uma visão mais detalhada adiante.

Uma última reflexão encerra o presente capítulo. Direcção-se ela para a apropriação das conclusões a que chegam uma série de cientistas sociais de que o discurso da necessária e desejável aproximação de Portugal em relação às ex-colónias e da especial facilidade nacional em estabelecer pontes entre os países desenvolvidos e aqueles que se encontravam em desenvolvimento, sobretudo os que nasciam dos destroços do Império, era, no fundo, uma apropriação da prédica salazarista que havia, a partir dos anos 50, adoptado o *luso-tropicalismo* de Gilberto Freyre, como explicação e justificação para a manutenção do domínio colonial⁹³. O *luso-tropicalismo*, tese elaborada por Freyre a partir dos anos 30 do séc. XX, propugnava a ideia de que o colonialismo português era “humanista, universalista, multicultural e miscigenador”⁹⁴. Defendia, assim, “a vocação histórica do português para se unir aos trópicos através da miscigenação e interpenetração cultural; a sua plasticidade e tolerância; o seu carácter antes sociologicamente cristocêntrico do que etnocêntrico” e “a capacidade lusa de integração de culturas diferentes da europeia num novo complexo civilizacional”⁹⁵. O Império Português seria, desta forma, “uma comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura”, a portuguesa⁹⁶.

Os fundamentos do *terceiromundismo mitigado* que temos vindo a discutir, não se afastam muito deste tipo de concepção, embora Gilberto Freyre, pelo aproveitamento que sofreram as suas teses pelo Estado Novo, nunca seja apontado como referência

93 Rato, V. (2008) “A Revolução de Abril na Política Externa”. In Almeida, J. M. e Ramos, R. (coordenação) **Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Séc. XIX-XX**. Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, p. 213; Alexandre, V. (1995) A África no Imaginário Político Português (sécs. XIX-XX). **Penélope**. N.º 15, p. 51; Ramos, R. (2007) «O Império que Nunca Existiu». A Cultura da Descolonização em Portugal. C.1960-C.1980. **Revista de História das Ideias**, Vol. 28, pp. 472-476; Castelo, C. (1999) **O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, pp. 14 e 140; Thomaz, O. R. (2002) “Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”. In Bastos, C., Almeida, M.V. e Feldman-Bianco, B. (coordenação) **Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 40 e 55-56.

94 Almeida, M. V. (2002) “O *Atlântico Pardo*. Antropologia, pós-colonialismo e o caso «lusófono»”. In Bastos, C., Almeida, M.V. e Feldman-Bianco, B. (coordenação) **Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 32.

95 Castelo, C. (1999) **O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, pp. 40 e 122.

96 Castelo, C. (1999) **O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, p. 97.

ideológica. Ainda assim, os “ecos e simbioses da nossa cultura, da nossa mentalidade” que aproximam Portugal das ex-colónias africanas, a posição de mediação que o nosso país pode assumir no diálogo euro-africano, na medida em que, apesar de “país colonizador, não foi, todavia, centro económico dominante na cadeia de exploração imperialista”, de que falava Melo Antunes no Debate Geral da 30.º Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas⁹⁷, em 9 de Outubro, assumem, claramente, ressonâncias *lusio-tropicalistas*. Da “especial vocação para se relacionar com outros povos” falava Melo Antunes, já nos anos 90, em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro⁹⁸. O discurso e acção de Eanes em relação às ex-colónias portuguesas estava, igualmente, carregado de reflexos *lusio-tropicalistas*, que se consubstanciavam, como vimos, nas referências à “ projecção ecuménica portuguesa” enquanto ponte entre Europa e África, às “afinidades histórico-culturais com África” e à “vocação universalista” do povo português. Terminamos com a citação de um interessante trecho do improvisado de Eanes, aquando do jantar oferecido pelo Presidente da República de Cabo Verde, no Palácio de Queluz, durante a visita oficial que efectuou ao nosso país, a que já fizemos anterior referência. Nele, diz Eanes que o sentimento de amizade desinteressada entre os povos de Portugal e de Cabo Verde “é tão profundo e tão verídico que eu pretendi, antes de terminar esta visita, dizer, não ao Presidente, mas ao cabo-verdiano e português que é Aristides Pereira, que gostaria que ele viesse aqui, não como Presidente, não com esta pompa protocolar (a que se concede a todos os Chefes de Estado estrangeiros que visitam Portugal), mas que viesse aqui, como amigo, e que viesse para que, nessa situação de amigo, tivesse possibilidade de visitar o País no interior, tivesse possibilidade de visitar a minha Beira, a minha Beira granítica, agressiva mas verdadeira, para que ali, em contacto com as pedras e com os homens, que muitas vezes se confundem, ele pudesse ver que, neste país, nunca será – por mais que os políticos se enganem – um estrangeiro”⁹⁹.

97 Antunes, E. M. (1975) **Pela democratização efectiva das relações internacionais. Discurso pronunciado pelo MNE de Portugal, major Melo Antunes no debate geral da 30.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9 de Outubro de 1975**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975, pp. 6, 9-12 e 23.

98 Cruzeiro, M. M. (2004) **Melo Antunes. O Sonhador Pragmático**. Cruz Quebrada: Editorial Notícias, pp. 267-268.

99 Eanes, A. R., Pereira, A. e Pinto, C. M. (1979) **Firmar laços de colaboração: discursos e comunicado final relativos à visita que o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, fez a Portugal, de 23 a 27 de Janeiro de 1979**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, p. 58.

I. 3. O estado das relações luso-africanas em 1976.

A descolonização dos territórios africanos foi, provavelmente, o factor que mais influenciou a política externa no período que imediatamente se seguiu à Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974 (Abril de 1974 – Julho de 1976). Bruno Reis, num artigo ainda por publicar, avança a ideia de que não existiram várias políticas de descolonização, mas apenas uma – aquela definida pelas cúpulas do Movimento das Forças Armadas, à qual aderiram a maioria das forças partidárias (dos comunistas aos centristas) – que sofreu apenas um ligeiro desvio durante o primeiro período do consulado spinolista (até à promulgação da Lei Constitucional nº. 7/74 de 27 de Julho)¹⁰⁰. Melo Antunes, na apresentação da obra de João Paulo Guerra¹⁰¹, num discurso que, de alguma forma, corrobora a tese de Reis, rejeita a classificação da descolonização portuguesa como “a possível”, afirmando ter sido seguida “uma determinada via, não por ingenuidade ou por pensarmos que era a via mais fácil, mas porque correspondia a um pensamento estratégico”. Assim, existiria, na visão dos militares do MFA, desde o primeiro momento, um caminho para a resolução da questão colonial que se consubstanciava na concessão da independência num período relativamente curto de tempo. Embora concordemos com a visão de que existia um grande conjunto de forças que se reviam neste objectivo que acabou, no final, por ser a estratégia levada a cabo, pensamos que a visão spinolista, que exerceu influência até finais de Julho de 1974, impediu, numa fase inicial, que se conseguisse chegar a acordo com os movimentos de libertação, aumentando as desconfianças em relação às autoridades de Lisboa, o que acabaria por ser prejudicial mesmo no período pós-independência, no qual se tentaram construir as relações diplomáticas entre Portugal e os novos países africanos. É o que tentaremos demonstrar neste capítulo em que pretendemos traçar, ainda, de forma breve, o processo que levou à independência das cinco colónias africanas e caracterizar a forma como, no início de 1976, se encontravam concebidas as relações externas desses países com Portugal.

100 Reis, B. (2011) **Decolonization and Normalization during the Cold War. A Portuguese *Südpolitik* for Angola and Mozambique (1974-1981)**. Paper.

101 Antunes, E. M. (2009) “Apresentação”. In Guerra, J. P. (2009) **Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas**. Lisboa: Oficina do Livro.

O Programa do Movimento das Forças Armadas, verdadeira base constitucional do regime saído da Revolução até à aprovação da nova Constituição em 1976, depois de revisto, na própria noite de 25 de Abril, pelo general António de Spínola (primeiro Presidente da República no pós-25 de Abril), não era muito explícito em relação à solução para o Ultramar português¹⁰². Estatuía, simplesmente, que a solução para as guerras no ultramar, que deveria conduzir á paz, era política e não militar¹⁰³. A ambiguidade constante do documento era deliberada, já que se impunha que se conseguisse a maior congregação possível de forças em torno do movimento¹⁰⁴, mas permitiu que Spínola, durante algum tempo, acalentasse a ideia de pôr em prática o modelo de tipo federalista que havia desenvolvido na sua obra “Portugal e o Futuro”¹⁰⁵. Esta alternativa spinolista havia de ser referendada por todos os habitantes das colónias (incluindo os colonos brancos), depois de um período inicial de campanha política em que participariam todas as “forças vivas” dos territórios, e não somente os movimentos que haviam pegado em armas para combater o domínio português. Esta solução para a questão ultramarina obstava, assim, ao reconhecimento imediato do direito à independência das colónias africanas e, por essa razão, foi recebida com desagrado pelas lideranças dos movimentos de libertação e iria consubstanciar-se num primeiro momento gerador de dificuldades entre Lisboa e os partidos para os quais acabaria por transitar o poder ao longo de 1975¹⁰⁶. É assim que, logo a 25 de Abril de 1974,

102 MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, pp. 108-109.

103 V. Parte B) (Medidas a Curto Prazo), n.º 8 do Programa do Movimento das Forças Armadas:

8 – A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política, e não militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema;
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

104 Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, p. 75.

105 Spínola, A. (1974) **Portugal e o Futuro**. Lisboa: Arcádia; Coutinho, R. (1984) “Notas sobre a Descolonização de Angola”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 359-360; Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 95-97; Oliveira, C. (1993) **Do Isolamento à Abertura. A Descolonização e a Política Externa Portuguesa**. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 133-134; Pinto, J. F. (2005) **Do Império Colonial à Comunidade dos Países de língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades**. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 126-128; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, pp. 113-114.

106 MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, pp. 114-115; Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 96.

Agostinho Neto, falando num comício de apoio ao MPLA em Ottawa, Canadá, diria que “o general Spínola é um fascista, autor dum livro chamado *Portugal e o Futuro*, divulgador das ideias de Marcelo Caetano de há dez anos atrás”. A 2 de Maio do mesmo ano, voltaria a rejeitar o projecto spinolista, afirmando que “nenhum Movimento de Libertação poderá alguma vez aceitar o projecto de federação dos territórios africanos com Portugal. Fomos colonizados desde 1482 e isso chega. Queremos a nossa independência completa¹⁰⁷”. Samora Machel, líder da FRELIMO, referiria, no mesmo sentido, em 5 de Junho de 1974, durante as primeiras negociações com o Estado português, que “não é a independência que vou negociar. A independência é um nosso direito inalienável. O que nós vamos discutir é os termos em que se vai operar a transferência do poder¹⁰⁸”. Rapidamente, então, se começou a perceber que as negociações ficariam bloqueadas enquanto o Estado português não assegurasse as garantias de independência aos povos coloniais, na medida em que os movimentos nacionalistas africanos rejeitavam a assinatura de qualquer acordo de cessar-fogo até que lhes fosse concedido, de forma clara, o direito à independência¹⁰⁹. Reflectindo sobre a alternativa spinolista e seu impacto junto dos movimentos independentistas africanos, Soares, ainda enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros do II Governo Provisório, admitiria que “o problema da comunidade luso-afro-brasileira tem tido, até agora, conotações muito desagradáveis para os africanos, porque pensam que, quando se fala nessa mesma comunidade, se pretende estabelecer, ainda que de forma indirecta, uma situação neocolonialista em relação aos seus territórios”¹¹⁰.

Esta situação contrariava, como vimos, o objectivo da maioria do MFA (e das forças partidárias nacionais) de pôr em prática um processo de descolonização imediata¹¹¹. A partir da demissão do primeiro-ministro Palma Carlos, a 9 de Junho de

107 Citado em Neves, O. (direcção) (1977) **Diário de uma Revolução. 25 de Abril de 1974 30 de Setembro de 1974**. Lisboa: Mil Dias Editora, p. 258.

108 Citado em Oliveira, C. (1993) **Do Isolamento à Abertura. A Descolonização e a Política Externa Portuguesa**. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, p. 141.

109 Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 96; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, pp. 132-136; 158-159.

110 Resposta à pergunta de um jornalista na conferência de imprensa dada 13 de Setembro de 1974 no Palácio das Necessidades e destinada a apresentar a “Nova Política Externa Portuguesa”. V. Soares, M. (1975) **Democratização e Descolonização – 10 Meses no Governo Provisório**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 121.

111 Era esta, por exemplo, a ideia de Soares que relacionava a descolonização com a democratização de Portugal – v. Avillez, M. J. (1996a) **Soares – Ditadura e Revolução**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 297.

1974, na sequência de uma tentativa spinolista de diminuir a influência do MFA, a visão do general começa a perder força e este vê-se obrigado a capitular em finais de Julho com a promulgação da Lei Constitucional n.º 7/74 que nos seus artigos 1.º e 2.º garantia, de forma clara, o direito à independência dos povos coloniais¹¹².

O afastamento da ideologia spinolista da política de descolonização permite que o processo de negociação com os movimentos representativos dos territórios africanos seja desbloqueado, possibilitando a assinatura de acordos que levariam à independência dos territórios sob administração portuguesa. A Guiné-Bissau já havia feito a sua declaração de independência antes da queda do regime do Estado Novo. Aproveitando o controlo de quase 2/3 do território guineense e da situação de quase vitória militar em que se encontrava, a República da Guiné-Bissau proclama-se Estado independente no dia 24 de Setembro de 1973 na localidade de Madina do Boé. Assim, nas negociações com o Estado português cumpria, somente, que este último reconhecesse essa independência. O Acordo final é assinado em Argel a 26 de Agosto e a independência da Guiné-Bissau reconhecida pelo Presidente António de Spínola a 10 de Setembro. Tudo aconteceu de forma célere, a partir da assinatura da Lei n.º 7/74, incluindo a chegada a acordo quanto ao destino de Cabo Verde, que os guineenses desejavam que se unisse à Guiné depois da independência¹¹³. As descolonizações de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe deram-se, também, sem incidentes de maior. Nos Acordos ficam previstas eleições para Assembleias Constituintes onde só poderiam participar o PAIGC e o MLSTP, respectivamente. Cabo Verde atinge a independência em 5 de Julho de

É desta forma que, logo em 6 de Maio de 1974, em entrevista ao semanário alemão ocidental *Der Spiegel*, quando questionado sobre o futuro das colónias diria: “Eu só posso falar pelo meu partido, que exige a independência das colónias” e, uma semana depois, em nova entrevista, desta feita concedida ao semanário americano *Newsweek*, falaria de “independência pura e simples” como solução para a questão ultramarina – V. Soares, M. (1975) **Democratização e Descolonização – 10 Meses no Governo Provisório**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 35 e 39 (respectivamente).

112 Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, pp. 98-99 e 116; Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 97-98; Pinto, J. F. (2005) **Do Império Colonial à Comunidade dos Países de língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades**. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 131-132.

113 Oliveira, C. (1993) **Do Isolamento à Abertura. A Descolonização e a Política Externa Portuguesa**. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 140-141; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, pp. 129-142; Fabião, C. (1984) “A Descolonização na Guiné-Bissau. Spínola: a Figura Marcante”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 305-311; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, pp. 16-20.

1975 e S. Tomé e Príncipe a 12 do mesmo mês¹¹⁴. Sobre estas descolonizações, Almeida Santos diria que foram “a mais perfeita descolonização” e uma “descolonização pouco menos que perfeita” (respectivamente)¹¹⁵. A forma como ocorreram estes processos de independência, e apesar das tergiversações spinolistas, abriam boas perspectivas para a formatação das relações com Portugal no período pós-independência.

Mais complexos foram, todavia, os processos que levaram à independência das duas maiores colónias portuguesas: Angola e Moçambique. Em Moçambique, consegue-se chegar, finalmente, a acordo com a FRELIMO em 7 de Setembro de 1974 em Lusaca. Nesse dia, contudo, dão-se confrontos entre colonos brancos, população nativa e forças portuguesas nas cidades da Beira e Lourenço Marques (actual Maputo). A situação de violência criada levou ao abandono de Moçambique por muitos milhares de colonos brancos, que se dirigiram para Portugal e para a África do Sul, ainda antes da independência, marcada para o dia 25 de Julho de 1975. Durante este período tentou-se, igualmente, mas sem grande sucesso, resolver os problemas económicos do território e os contenciosos financeiros entretanto nascidos e que tinham que ver, sobretudo, com a liquidação da delegação local do Banco Nacional Ultramarino e criação do novo Banco Nacional e com a barragem de Cabora-Bassa, que ainda não se encontrava em funcionamento. As conversações revelaram-se, já nesta altura, extremamente difíceis, e o contencioso económico viria, posteriormente, a ser um factor extremamente negativo para o estabelecimento de relações regulares entre Portugal e o novo Estado de Moçambique¹¹⁶.

Angola consubstanciou, de facto, o processo de descolonização mais complexo, na medida em que a existência de três movimentos nacionalistas (FNLA, UNITA e

114 Oliveira, C. (1993) **Do Isolamento à Abertura. A Descolonização e a Política Externa Portuguesa**. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 145-147; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, pp. 142-152.

115 Santos, A. A. (1975) **15 Meses no Governo ao Serviço da Descolonização**. Lisboa: Representações Literárias ASA, pp. 397-398.

116 Oliveira, C. (1993) **Do Isolamento à Abertura. A Descolonização e a Política Externa Portuguesa**. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 142-144; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, pp. 157-188; Crespo, V. (1984) “Descolonização de Moçambique”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 319-337; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, pp. 20-23.

MPLA) reconhecidos como interlocutores pelo Estado português e de uma vasta população de origem europeia (que se estimava em mais de 300 mil colonos, a maior depois da sul-africana) complicava as negociações. O cessar das actividades bélicas atinge-se, com a UNITA, logo em 14 de Junho de 1974, sendo que apenas em Outubro do mesmo ano se consegue estender esse cessar-fogo à FNLA (no dia 15) e ao MPLA (no dia 21), continuando, todavia, os movimentos nacionalistas a combater-se. Será apenas em 5 de Janeiro 1975 que conseguem, em Mombaça, Quénia, chegar a uma plataforma comum para negociarem os acordos de descolonização com o Estado português. Os acordos são assinados no dia 15 de Janeiro no Alvor e datam a independência de Angola para o dia 11 de Novembro de 1975. Os movimentos independentistas acabam por não respeitar os acordos e um clima de guerra civil, com intervenção militar de países estrangeiros (Zaire em apoio à FNLA, África do Sul pela UNITA e Cuba suportando a defesa de Luanda pelo MPLA), instala-se no território, levando a um êxodo massivo da população branca. Em 11 de Novembro de 1975, o MPLA proclama em Luanda a República Popular de Angola e, em Nova Lisboa (actual Huambo), a UNITA e a FNLA proclamam a República Democrática de Angola, sem que as autoridades portuguesas se pronunciem para referir a quem entregavam o poder¹¹⁷. O regime do MPLA é rapidamente reconhecido pela generalidade dos países africanos, pelo bloco soviético e mesmo pelo Brasil. Portugal, na tentativa de prosseguir uma política de neutralidade, só viria a reconhecer o regime de Agostinho Neto em Fevereiro de 1976, o que envenenaria as relações luso-angolanas¹¹⁸.

Desta forma, em meados de 1976, as relações portuguesas com as, agora, ex-colónias africanas encontravam-se em estádios bastante díspares, tendo a forma como se desenrolaram os respectivos processos de descolonização exercido uma influência fundamental no relacionamento que foi estabelecido com a antiga metrópole no período

117 Em 11 de Novembro, o então Alto-Comissário português em Angola, limita-se a proclamar a independência de Angola, declarando que entrega o poder ao “povo de Angola”.

118 Oliveira, C. (1993) **Do Isolamento à Abertura. A Descolonização e a Política Externa Portuguesa**. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 153-155; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, pp. 195-238; Correia, P. P. (1984) “O Processo de Descolonização de Angola do «25 Abril» ao «Alvor»”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 353-358; Coutinho, R. (1984) “Notas sobre a Descolonização de Angola”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 359-366; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, pp. 23-30.

imediatamente subsequente. Assim, no que respeita à Guiné-Bissau, a inexistência de uma população substancial de colonos de origem europeia e a fraca intervenção económica da metrópole no território, possibilitaram que, desde o começo, se estabelecessem relações amistosas. Neste período, problemas substanciais apareceram, somente, aquando da execução de antigos combatentes africanos da tropa portuguesa e, em Fevereiro de 1976, com a liquidação unilateral da delegação local do Banco Nacional Ultramarino e substituição do escudo como moeda nacional¹¹⁹. Estes acontecimentos não foram, todavia, considerados suficientemente importantes para prejudicar a proximidade a que se havia chegado e que, logo a 11 de Junho de 1975, levou à assinatura de um Acordo Geral de Cooperação e Amizade¹²⁰. O contencioso económico ficou resolvido em Junho de 1976, ao cabo de um período relativamente curto de negociações entre Vasco Cabral, comissário de Estado e Desenvolvimento Económico e Planificação da Guiné-Bissau, e Vítor Crespo, ministro português da Cooperação do VI Governo Provisório¹²¹. Até à tomada de posse do I Governo Constitucional (23 de Julho de 1976) já haviam sido assinados 13 acordos, abrangendo as áreas da saúde, finanças e transportes.

Cabo Verde adoptou, em relação à antiga metrópole, uma atitude extremamente pragmática, procurando não comprometer a frágil economia insular. Diz-nos MacQueen que “o não-alinhamento do país, ao contrário do que se passava com a maioria dos outros lusófonos africanos, era rigorosamente respeitado”¹²². Desta forma, apesar de o Acordo Geral de Cooperação e Amizade ter sido assinado apenas em Julho de 1977, no primeiro semestre de 1976 as negociações entre as autoridades portuguesas e cabo-verdianas já haviam concluído com sucesso 15 acordos, abrangendo matérias tão importantes como a cooperação judiciária, finanças, transportes e emigração. Com São Tomé e Príncipe, no primeiro semestre de 1976, foi possível estabelecer relações

119 MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, pp. 195-196; MacQueen, N. (2003) A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guiné-Bissau. **International Peacemaking**. Vol. 10, N.º 2, pp. 5-6; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, pp. 38-39; Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 113; Cravinho, J. G. (2005) Les Relations Post-Coloniales Portugaises. **Pôle Sud**. N.º. 22, Maio de 2005, p. 94.

120 Harsgor, M. (1980) Aftereffects of an Exemplary Decolonization’. **Journal of Contemporary History**, Vol. 15, No. 1, Imperial Hangovers, p. 153.

121 Expresso de 25 de Junho de 1976, p. 2.

122 MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 277.

igualmente amistosas – tendo o Acordo Geral de Cooperação e Amizade ficado concluído a 12 de Julho de 1975 – e assinar outros 11 acordos sobre finanças, transportes, seguros e cooperação técnica e científica¹²³.

As relações luso-moçambicanas posteriores à independência seguiram um caminho totalmente diferente, com acusações moçambicanas de tolerância portuguesa em relação às acções de grupos que combatiam o regime da FRELIMO e dificuldades na resolução do gigantesco contencioso financeiro que envolvia os empréstimos assumidos por Portugal no mega-projecto de Cabora-Bassa. Apesar da violência que, de alguma forma, marcou o processo de independência de Moçambique e que, como vimos, fez com que muitos milhares de colonos brancos tivessem abandonado o território antes da independência, a verdade é que o facto de não se verificar uma situação de guerra civil à escala angolana – a Resistência Nacional Moçambicana nasceria, no terreno, somente em inícios de 1977¹²⁴ - permitiu a permanência de uma substancial minoria branca que procurou defender-se da onda de nacionalizações do novo regime. Estas começaram, em Julho de 1975, por atingir os serviços sociais (educação, saúde, etc.) e, em Fevereiro de 1976, a terra e edifícios. Os confrontos subsequentes fizeram com que uma nova massa de habitantes de origem europeia abandonasse o território, com destino à África do Sul, mas também a Portugal, onde expressavam as suas queixas em relação ao regime da FRELIMO em jornais de direita, nomeadamente “O Retornado”. Esta situação enfurecia as autoridades moçambicanas que consideravam que o governo português tinha o dever de impedir a publicação desse tipo de jornais, em nome do interesse na fomentação de relações amigáveis. Um atentado bombista que destruiria, em Abril de 1976, as instalações das Linhas Aéreas Moçambicanas em Lisboa fez aumentar as desconfianças moçambicanas relativamente à tolerância das autoridades portuguesas no tocante à movimentação daqueles que visavam prejudicar a implantação do novo regime. O governo português, por seu lado, culpava a intransigência moçambicana pelo falhanço nas negociações do contencioso económico, sobretudo a partir das duas referidas ondas de nacionalizações. A prisão de 200 portugueses, sem julgamento, por actividades contra-revolucionárias e a ameaça de expulsão de todos os colonos que não aceitassem a nacionalidade moçambicana,

123 MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, pp. 276-281.

124 Pinto, J. N. (2008) **Jogos Africanos**. Lisboa: A Esfera dos Livros, p. 215.

também contribuiu para o clima de desconfiança mútua e péssimas relações que o I Governo Constitucional foi encontrar quando, em finais de Julho de 1976, tomou posse¹²⁵. Isto, apesar da viagem de Melo Antunes, em Junho, a Roma, para se encontrar com dirigentes da FRELIMO, em que uma próxima troca de embaixadores terá ficado combinada¹²⁶.

Como tivemos oportunidade de referir, o tardio reconhecimento do regime do MPLA por parte do Estado português – Fevereiro de 1976 – foi o principal factor que minou as relações pós-coloniais luso-angolanas. Falando, em Maio, no Lubango, Agostinho Neto (o novo Presidente da República Popular de Angola) dizia que “neste momento, as nossas relações com Portugal não são boas. Não são boas porque, em primeiro lugar, Portugal não teve a habilidade suficiente para reconhecer imediatamente a República Popular de Angola¹²⁷”. Neste caso, como no de Moçambique, o regime do MPLA considerava que as autoridades portuguesas eram demasiado permissivas em relação às actividades (incluindo aquilo a que chamavam “campanhas da imprensa”) da UNITA, FNLA e de grupos de retornados envolvidos na resistência ao novo regime. A situação complica-se particularmente em finais de Abril quando Luanda emite um ultimato no sentido de ver esclarecidos certos acontecimentos considerados lesivos dos interesses de Angola e que se consubstanciaram na destruição da Casa de Angola no Porto, em entrevistas feitas a Vaal Neto (figura proeminente da FNLA) por jornais de Lisboa, numa explosão na Embaixada de Cuba e num telegrama enviado pelos dirigentes do Partido Socialista ao Presidente Agostinho Neto, em que se protestava contra a prisão de antifascistas e anti-colonialistas angolanos ligados ao grupo que dava pelo nome de “Revolta Activa”, entre os quais, Joaquim Pinto de Andrade, Gentil Viana e Castro Lopo. Este processo viria a culminar, em Maio, no corte das relações diplomáticas luso-angolanas. A situação agravou-se com a decisão angolana de nacionalizar diversas indústrias produtoras de açúcar, aço, cimento e cerveja, e que eram propriedade de portugueses, no início de Maio, com a classificação do governo de Lisboa como reaccionário e neocolonialista por parte da imprensa angolana e com a

¹²⁵ MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 271-272; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, pp. 44-46; Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 113; Expresso de 15 de Maio de 1976, p. 17 e de 23 de Julho de 1976, p. 113.

¹²⁶ Expresso de 19 de Junho de 1976, p. 1.

¹²⁷ Expresso de 22 de Maio de 1976, p. 1.

forma como o delegado angolano à Assembleia da Organização Internacional do Trabalho de 4 de Junho de 1976 se referiu aos portugueses como “porcos colonialistas e assassinos”. Para além do governo português, o MPLA desconfiava, em particular, das acções de Mário Soares que, mesmo durante a visita do Presidente do PS, António Macedo, a Luanda, numa tentativa de amenizar as dificuldades luso-angolanas, era apelidado pela imprensa local como “um dos maiores fascistas portugueses”. Apesar do clima de conflitualidade, encontros officiosos têm lugar em Lisboa entre uma delegação do MPLA e Costa Gomes, Melo Antunes, Vítor Crespo e Almeida Santos, ainda no primeiro semestre de 1976, sem, contudo, conseguirem resolver nenhum problema substancial até à tomada de posse do I Governo Constitucional. Quem irá, assim, tirar proveito com a dificuldade no estabelecimento de relações regulares Estado a Estado entre Lisboa, Luanda e Maputo é o PCP que, dispondo de boas relações com a FRELIMO e MPLA, utiliza canais de comunicação próprios para estabelecer contactos com os regimes angolano e moçambicano. É neste tipo de processo que se insere a viagem de Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, a Luanda¹²⁸.

128 MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 267-268; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, pp. 39-41; Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 111-112; Expresso de 30 de Abril de 1976, pp. 1 e 5, de 8 de Maio, p. 15, de 15 de Maio, p. 8, de 22 de Maio, pp. 1 e 8, de 29 de Maio, p. 2, 6, 12-13, de 5 de Junho, p. 1, de 23 de Julho, p. 12-13.

Capítulo II: Os governos “Soares” (I e II Governos Constitucionais).

II. 1. A política externa nos I e II Governos Constitucionais – prioridade europeia e relações com as ex-colónias.

O *slogan* da campanha socialista para as eleições de 25 de Abril de 1976 – “A Europa Connosco” – é muito esclarecedor em relação à prioridade da política externa preconizada pelo Partido Socialista. Em Março de 1976, no comício da Cimeira Socialista do Porto, Mário Soares diria que “É nessa direcção [o socialismo], com o auxílio da Europa, com o auxílio do mundo, integrando-nos nesse grande movimento em marcha, colectivo, que é a integração europeia, que nós socialistas queremos caminhar”¹²⁹. No discurso proferido perante o Comité de Amizade e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal, ainda no Porto, Soares esclareceria que a pertença portuguesa à Europa não se manifestava, somente, enquanto característica geográfica, mas também na vertente cultural e de evolução ideológica europeia e que “as fases de isolamento face à Europa corresponderam sempre em Portugal a um empobrecimento cultural e técnico, a decadência de estruturas sociais e um marcado depauperamento ideológico”. No tocante ao Terceiro Mundo, e nomeadamente às relações com as ex-colónias, o secretário-geral do PS clarifica a posição do seu partido que seria de conciliação entre a vertente europeia e africana. Era imperativo, todavia, para a concretização desta reaproximação portuguesa em relação aos países africanos “a quem nos ligam tantos laços de carácter histórico, cultural, humano e económico” que os líderes desses países ultrapassassem os “ressentimentos contra o ex-colonizador” e o “radicalismo post-independência”. Este novo relacionamento seria estabelecido, preferencialmente, através da integração europeia de Portugal e é neste sentido que é referida a Convenção de Lomé, que estabelecia um regime comercial e de assistência técnica e económica favorável aos países africanos membros. Resume, então, Soares que “neste contexto, ainda, radica uma das razões fundamentais que obriga o Povo Português a uma reflexão profunda relativamente à integração de Portugal na Europa,

129 Soares, M. (1976) **A Europa connosco**. Lisboa: Perspectivas e Realidades, p. 18.

aliás, no prosseguimento do seu destino histórico de país europeu com especiais qualificações para se apresentar como «intermediário privilegiado» nas relações da Europa com a África. Não há pois antagonismo entre a vocação africana ou se quiserem terceiromundista de Portugal e o estreitamento de relações entre Portugal e a Europa, mas antes, e como sempre disse, complementaridade”¹³⁰.

Em Outubro, já depois da vitória nas legislativas de Abril, Soares, no Relatório do Secretário-Geral ao II Congresso do Partido Socialista na Legalidade, a que assistiram delegações do MPLA, PAIGC e MLSTP, seria mais incisivo ao referir que “uma vez reconhecida a independência das suas ex-colónias, Portugal havia necessariamente de se integrar no espaço geográfico e histórico a que pertence – a Europa do Mercado Comum”, embora “valorizando os laços de evidente fraternidade que nos unem aos novos países africanos de expressão portuguesa e ao Brasil”. O papel que competiria a Portugal realizar no mundo, seria o de “união entre a Europa e o Terceiro Mundo, o único adaptável à idiossincrasia do nosso Povo e à nossa tradição cultural e de civilização”¹³¹. Desta forma, pelo menos ao nível das intenções, e apesar de uma forte acentuação no processo de integração europeia e da referência à necessidade de superação, por parte dos novos países africanos, dos ressentimentos contra o ex-colonizador” e do “radicalismo post-independência”, o discurso de Soares, nas referências à posição de Portugal como intermediário entre Portugal e o Terceiro Mundo e à vocação africana de Portugal, não se afastava de forma crucial do *terceiromundismo mitigado*. Na actuação política, veremos que as coisas se passaram de forma diferente.

Desde logo, depois de ganhas as eleições de 25 de Abril de 1976, o PS forma governo suportado por uma maioria relativa no Parlamento e, no programa que submete à Assembleia, pouco se fala das relações com os novos países africanos, não constando nenhuma menção à vocação africana de Portugal ou à posição de intermediário euro-africano que poderia assumir. Deixa muito claro, por outro lado, que a “prioridade das prioridades” em termos de política externa seria a aproximação em relação à Europa e, designadamente, a integração nas Comunidades Europeias. Diz, na Parte III, ponto G), n.º 2.1, que “com o encerramento do ciclo do império, com a subsequente redução dos

130 Soares, M. (1976) **A Europa connosco**. Lisboa: Perspectivas e Realidades, pp. 27-29 e 43-45.

131 Soares, M. (1977) **Relatório do Secretário-Geral ao II Congresso Nacional do P. S. na legalidade**. Lisboa: Editorial Império, pp. 32-35.

interesses portugueses em África, com o fluxo migratório, com a multiplicação dos laços económicos com os países do nosso continente, com a nossa presença na EFTA, acentuou-se decisivamente a componente europeia no enquadramento da política externa portuguesa. A vocação europeia de Portugal é indesmentível e, o que mais é, irrecusável”. Em relação às ex-colónias, atesta-se o bom relacionamento a que se havia chegado com Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe e refere-se o complexo contencioso existente com Angola e Moçambique, que cumpria “resolver no curto prazo”. No campo comercial, é dito que será difícil o estabelecimento de relações bilaterais privilegiadas com os novos países africanos, na medida em que era objectivo português a adesão às Comunidades Europeias e assim, o intercâmbio económico teria de processar-se através da Convenção de Lomé, a que as ex-colónias desejavam aderir¹³². Por fim, refere-se apenas que serão encontradas “fórmulas adequadas e eficazes” para defender os interesses dos portugueses que haviam permanecido nos territórios do antigo império¹³³. O próprio Mário Soares, em 15 de Abril, dez dias antes das eleições, em entrevista ao “Expresso”, havia reconhecido que “agora que Portugal cortou o cordão umbilical com as ex-colónias temos de nos ocupar prioritariamente de Portugal e as relações entre nós e as ex-colónias (é dos livros) vão passar por um período difícil nos tempos mais próximos, porque haverá sempre a tendência de os ex-colonizados atribuírem as culpas de todos os males aos ex-colonizadores”¹³⁴.

O CDS e o PPD concordavam, genericamente, com as opções do executivo no tocante à política externa, sobretudo no que dizia respeito à integração nas Comunidades Europeias. É desta forma que, na apreciação do Programa de Governo, Diogo Freitas do Amaral, líder do CDS, diria que “estamos provavelmente com o Governo, de um modo geral, quanto às grandes linhas da política externa”¹³⁵. Sá

132 É esta mesma a ideia que Soares revela a Avillez quando diz que “A entrada na Comunidade Europeia abrir-nos-ia novos horizontes nacionais de esperança e mais do que isso: criar-nos-ia condições para uma forma de presença em África, não colonial, mas em termos de cooperação cultural, política, económica e, mesmo, militar” – Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 19. V. também Raimundo, A. (2010) **Between Europeanisation and Domestic Influences: Portugal's Post-colonial Relations with Angola**. Paper prepared for the Fifth Pan-European Conference on EU Politics of the ECPR-SEGU, Porto, 23-26 June 2010, pp. 4-5.

133 V. Parte III, ponto G), n.º 3.1 e 4.4 do Programa do I Governo Constitucional.

134 Expresso de 14 de Abril de 1976, p. 15. V., ainda, Figueiredo, A. (1986) “Portugal and Africa”. In Maxwell, K. (editor) **Portugal in the 1980's. Dilemmas of Democratic Consolidation**. Westport: Greenwood Press, pp. 90-91

135 PORTUGAL, Governo (1976) **Programa do Governo: texto integral do programa apresentado à apreciação da Assembleia da República: intervenções do Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, em**

Carneiro, concordando no essencial, obstaria, apenas, no seguinte: “Somos e sempre fomos um partido decididamente voltado para a integração de Portugal na Europa – e na Europa do Mercado Comum. Nem aqui nem anteriormente a isso pusemos quaisquer restrições. O que gostaríamos que o Governo tivesse esclarecido – e verificámos que o não fez – era a vantagem do processo de adesão sobre o processo de associação. Que temos de integrar-nos na Europa não há dúvida nenhuma. Qual dos dois processos seja mais vantajoso para Portugal, não ficou aqui de modo algum esclarecido”¹³⁶. Este tipo de preocupação revelaria, igualmente, o CDS, em declarações de Martinho de Moraes que se inclinavam para a associação ao invés da adesão plena¹³⁷. Não impediu, contudo, este tipo de inquietações, que apoiassem o pedido de adesão plena entregue em Bruxelas a 28 de Março de 1977¹³⁸. Absolutamente renitente mantinha-se o PCP, dizendo Cunhal, no debate sobre o Programa de Governo, que “o fundamental para nós é uma política de independência nacional, de real diversificação das relações e não da subserviência em relação aos países do Mercado Comum e aos Estados Unidos, à qual necessariamente conduz a realização do Programa do Governo”¹³⁹.

José Medeiros Ferreira, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo, era, igualmente, um acérrimo defensor da integração europeia¹⁴⁰. Todavia, e apesar das divergências que foi criando com Melo Antunes quando era seu secretário de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, durante o VI Governo Provisório¹⁴¹, parece ter assumido uma postura mais próxima daquela que seria prosseguida pelo Presidente

2 e 11 de Agosto de 1976, aquando do início e do encerramento do debate na Assembleia da República. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, p. 124.

136 PORTUGAL, Governo (1976) **Programa do Governo: texto integral do programa apresentado à apreciação da Assembleia da República: intervenções do Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, em 2 e 11 de Agosto de 1976, aquando do início e do encerramento do debate na Assembleia da República.** Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, p. 128.

137 Expresso de 10 de Setembro de 1976, p. 17.

138 V. Expresso de 11 de Fevereiro de 1977, pp. 1 e 12; MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992.** New Brunswick: Transaction Publishers, p. 66; Magone, J. M. (2004) **The Developing Place of Portugal in the European Union.** New Brunswick: Transaction Publishers, p. 29 e 135-136.

139 PORTUGAL, Governo (1976) **Programa do Governo: texto integral do programa apresentado à apreciação da Assembleia da República: intervenções do Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, em 2 e 11 de Agosto de 1976, aquando do início e do encerramento do debate na Assembleia da República.** Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, p. 121.

140 Diria em entrevista ao Expresso que “A nossa posição actual é muito firme no sentido de pedir a adesão à Comunidade Económica Europeia o mais rapidamente possível” – v. Expresso de 1 de Outubro de 1976, p. 14.

141 V. Expresso de 23 de Julho de 1976, p. 12.

Eanes. Diria, desta forma, em entrevista ao Expresso que “Portugal só interessa ao terceiro mundo se tiver força na Europa, e à Europa se tiver influência fora dela. (...) Temos realmente de manter essa vocação, a tendência que temos de ser uma ponte entre a Europa, a África, entre a Europa e a América do Sul”¹⁴². No discurso perante o Plenário da 31.ª Assembleia Geral da ONU, em Outubro de 1976, referir-se-ia à existência de um “espaço geopolítico económico solidário” que incluiria a “Europa democrática e os países africanos” e para a construção do qual Portugal poderia dar uma contribuição importante¹⁴³. Mas, mais importante que a revelação deste tipo de concepções, considerava que Belém deveria ter um papel muito relevante na prossecução da política externa nacional. Asseveraria, no discurso na tomada de posse do Secretário-geral do Ministério Negócios Estrangeiros, que “tem ainda o MNE de dar um apoio especial aos Gabinetes de Suas Excelências o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, pois a ambos incumbe participar activamente na nossa política externa”¹⁴⁴. Seria esta aproximação que, como teremos oportunidade de explanar adiante, daria início ao afastamento de Soares e Medeiros Ferreira, e à posterior demissão do segundo.

No capítulo anterior, tivemos oportunidade de referir a complicada situação que o I Governo Constitucional foi encontrar em relação às duas maiores ex-colónias africanas – Angola e Moçambique. O contencioso financeiro era gigantesco e ia aumentando com a onda de nacionalizações. Os portugueses, sobretudo em Moçambique, iam-se, sentido, crescentemente inseguros perante as pressões do regime da FRELIMO e, com Angola, as relações diplomáticas encontravam-se cortadas. No referente aos restantes novos países africanos, as relações iam-se concretizando de forma positiva, como aliás reconhece o Programa do I Governo Constitucional¹⁴⁵. É desta forma que Jorge Campinos e Catanho de Menezes integram uma comitiva do PS que seria muito bem recebida na Guiné-Bissau, aquando das comemorações dos 20 anos

142 Expresso de 1 de Outubro de 1976, p. 14.

143 Expresso de 8 de Outubro de 1976, p. 1.

144 Ferreira, J. M. (1977) **Discurso pronunciado na ocasião da tomada de posse do Secretário-Geral, Embaixador Albano Nogueira**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 15.

145 MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 117-121; MacQueen, N. (2003) A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guiné-Bissau. **International Peacemaking**. Vol. 10, N. ° 2, pp. 5-6.

de fundação do PAIGC (Setembro de 1976)¹⁴⁶, Miguel Trovoadá efectua uma visita a Portugal, onde declara que as “relações entre Portugal e S. Tomé e Príncipe são excelentes por não haver nenhum contencioso entre os dois países”¹⁴⁷, o PAIGC afirma, no seu III Congresso, a vontade de cooperação com Portugal ¹⁴⁸ e o Presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, efectua uma visita de Estado a Portugal, em Janeiro de 1978. Assim, e apesar da tentativa frustrada de um golpe de Estado contra o governo de Cabo Verde em que teriam participado dois portugueses com cúmplices em Lisboa¹⁴⁹, as relações entre estes pequenos Estados e Lisboa seriam classificadas de “excelentes”, em Maio de 1977, por Medeiros Ferreira¹⁵⁰. Durante o I Governo Constitucional (Julho de 1976 a Dezembro de 1977) seria, então, possível, assinar, com Cabo Verde, quatro novos acordos, incluindo, em 5 de Julho de 1977, o Acordo Geral de Cooperação e Amizade, com S. Tomé e Príncipe, mais dois, relativos a saúde e transportes, e outro 15 com a Guiné-Bissau, abrangendo matérias como as comunicações, ensino, cultura, transportes, pescas e comércio.

Em relação a Moçambique, durante este período, a principal questão que foi sendo discutida relacionava-se com a concretização numa decisão do Comité Político da FRELIMO, da ameaça de expulsão dos “indivíduos filhos de moçambicanos que tenham renunciado à nacionalidade [moçambicana] no prazo de noventa dias posteriores à independência”. Apesar de a medida ter sofrido alguma atenuação quando vertida para a legislação – por pressões do governo português –, estimava-se que entre 5 a 10 mil cidadãos portugueses poderiam ser afectados pela ordem de expulsão¹⁵¹. A esta atitude, o governo português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, responde de forma contundente numa nota oficiosa que asseveraria que “vão ser dadas instruções à embaixada de Portugal no Maputo para proteger os cidadãos portugueses abrangidos por aquelas medidas”. Diria Medeiros Ferreira, em declarações ao Diário de Notícias citadas pelo Expresso, que “atitudes como aquela que as autoridades moçambicanas acabam de tomar só prejudicam as relações já de si difíceis, entre Portugal e

146 Expresso de 3 de Setembro de 1976, p.1.

147 Expresso de 22 de Outubro de 1976, p. 1.

148 Expresso de 19 de Novembro de 1977, p. 7 e Expresso de 7 de Janeiro de 1978, p. 4-R-5-R. Este desejo de boas relações com Portugal terá, até, levado a que os dirigentes do PAIGC tivessem cortado uma passagem muito crítica em relação ao governo PS do discurso do PCP.

149 Expresso de 18 de Junho de 1977, p. 6.

150 Expresso de 21 de Maio de 1977, p. 13-R.

151 V. Expresso de 25 de Março de 1977, p. 2 e de 6 de Abril de 1977, p. 3.

Moçambique”¹⁵². As pressões governamentais resultaram, como se referiu, numa atenuação da medida, que, todavia, não satisfiz plenamente o governo português que, em finais de Julho de 1977, ainda se encontrava em negociações com o governo moçambicano, em conjunto com a Organização das Nações Unidas, no sentido de obstar ao “contínuo afluxo de pessoas expulsas ou compelidas a abandonar Moçambique”¹⁵³. Por outro lado, as queixas moçambicanas em relação à acção de elementos adversos ao regime da FRELIMO na imprensa portuguesa mantinham-se¹⁵⁴ e o governo daquele Estado reclamava que certos acordos de cooperação assinados com as autoridades portuguesas não estavam a ser executados¹⁵⁵. A isto respondia Medeiros Ferreira, em Maio de 1977: “nós pensamos que os acordos de cooperação só devem ser ratificados em momento oportuno. Estamos à espera que o governo de Moçambique dê provas de defender os portugueses que estão em Moçambique”¹⁵⁶. O contencioso económico-financeiro extremamente complicado, apesar da entrada em funcionamento, em Abril, da barragem de Cabora-Bassa, continuava por resolver¹⁵⁷. É perante este enquadramento que Medeiros Ferreira classificaria, em Maio de 1977, na entrevista ao “Expresso” a que já fizemos referência, como “más” as relações luso-moçambicanas. Não obstante, uma relativa melhoria foi conseguida até finais de Julho, momento em que o primeiro embaixador de Moçambique chega a Portugal, falando no “início de uma nova fase das relações entre Portugal e Moçambique”¹⁵⁸. Era inegável que, com este passo, as autoridades moçambicanas pretendiam fazer crer às autoridades portuguesas que muito valorizavam, apesar de tudo, as relações com a antiga metrópole, na medida em que a embaixada em Portugal foi a terceira que abriram, depois da ONU e Tanzânia (o grande apoiante nos tempos da guerrilha), e para embaixador escolheram Armando Panguene, membro do Comité Central da FRELIMO. Contudo, durante a vigência do I Governo Constitucional, foi possível assinar, somente, um acordo internacional com Moçambique, relativo ao transporte aéreo.

152 Expresso de 25 de Março de 1977, p. 2 e de 29 de Abril de 1977, p. 2.

153 Expresso de 30 de Julho de 1977, p. 2.

154 Expresso de 11 de Fevereiro de 1977, p. 15.

155 Expresso de 25 de Março de 1977, p. 15.

156 Expresso de 21 de Maio de 1977, p. 14-R

157 Expresso de 6 de Abril de 1977, p. 61; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, pp. 43-44.

158 Expresso de 30 de Julho de 1977, p. 2.

No tocante a Angola, como vimos, o I Governo Constitucional toma posse num período em que as relações diplomáticas com Portugal se encontravam cortadas. É no restabelecimento das mesmas que, num momento inicial, se empenha Medeiros Ferreira, conseguindo-o em finais de Setembro de 1976, num encontro em Cabo Verde com o seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos¹⁵⁹. No mês seguinte, defenderia, perante a Assembleia Geral da ONU, a admissão de Angola como membro pleno da organização¹⁶⁰ e, em Novembro, no aniversário da independência, seria enviado ao país o ministro de Estado, Henrique de Barros, portando mensagens de felicitações de Eanes e Soares¹⁶¹. Ainda assim, permaneciam as queixas angolanas acerca daquilo a que se referiam como a “campanha anti-MPLA” de certa imprensa portuguesa¹⁶², o que faria, entre outras coisas, com que Agostinho Neto, na recepção das credenciais do primeiro Embaixador português em Luanda, João de Sá Coutinho, se referisse aos “laços históricos essencialmente penosos” entre os dois países¹⁶³.

A 27 de Maio de 1977, o chamado “golpe de Nito Alves”, apologista de uma via mais “radical” e pró-soviética para o prosseguimento da “revolução angolana”, consubstanciaria um momento fulcral nas relações luso-angolanas. No seu seguimento imediato, num momento em que a vitória de Neto não era absolutamente clara, Eanes, Soares e Medeiros Ferreira discutem a possibilidade de ser enviado um emissário presidencial expressando a solidariedade portuguesa em relação ao Presidente da República Popular de Angola. O primeiro-ministro discordava; Eanes e Medeiros Ferreira eram, todavia, partidários da ideia do envio e acabam por, numa atitude conjunta, conseguir que o major Armando Fonseca de Almeida se deslocasse a Angola com uma mensagem do Presidente da República – uma actuação que faria Soares desconfiar da excessiva proximidade do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros em relação a Belém. O enviado é muito bem recebido em Luanda e Agostinho Neto ficaria sensibilizado com o gesto de Eanes, sobretudo por ter acontecido tão pouco tempo

159 Expresso de 24 de Setembro de 1976, p. 1 e de 1 de Outubro de 1976, p. 1; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, p. 40-41; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, p. 41-42.

160 Expresso de 8 de Outubro de 1976, p. 1.

161 Expresso de 12 de Novembro de 1976, p. 1.

162 Expresso de 25 de Fevereiro de 1977, p. 2

163 Expresso de 25 de Março de 1977, p. 2.

depois da revolta¹⁶⁴. As declarações do Presidente da República Portuguesa no “Madeirem-77” – Congresso de Emigrantes – acerca dos indivíduos de nacionalidade portuguesa que haviam participado na rebelião, incluindo Costa Martins, antigo ministro do Trabalho dos governos de Vasco Gonçalves, – “Nesta linha [de aproximação em relação aos países africanos de expressão portuguesa, mas sem ingerências na sua soberania] é condição necessária punir todos os portugueses que, nesses países ou em Portugal, se esquecem de que há interesses nacionais a defender e perante os quais devem desaparecer as ambições de grupos ou os preconceitos individuais. As tentativas de interferência na condição política desses países são manifestação de ingerência que o Estado português não pode admitir, por muitas razões, entre as quais se situa, inclusivamente, a defesa dos interesses nacionais”¹⁶⁵ – cairiam, também, muito bem na consciência das autoridades angolanas que, em comunicado da Direcção de Informação de Angola que divulgava a expulsão de nove nacionais portugueses, expressavam o desejo de não confundir “actuação destes indivíduos com a posição e os interesses do povo a que pertencem [português]”¹⁶⁶.

Mário Soares, preocupado, possivelmente, com o afastamento a que foi sujeito na questão da reacção portuguesa ao “golpe de Nito Alves” e convencido de que Medeiros Ferreira agia, em relação aos países africanos, em colaboração com Eanes¹⁶⁷, decide enviar Manuel Alegre, em finais de Agosto, a Maputo e, depois, a Luanda. A escolha de Alegre e não do ministro dos Negócios Estrangeiros seria, já nos anos 90, justificada por Soares pelo facto de a prioridade da política externa não serem as ex-colónias, mas a integração europeia e por Alegre – que se deslocava como dirigente socialista, e não como membro do Governo – ter “excelentes relações pessoais e de

164 Expresso de 25 de Junho de 1977, pp. 2, 6 e 12 e de 2 de Julho de 1977, p. 1; Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 112. V. ainda as declarações de Eanes a João Paulo Guerra - Guerra, J. P. (2009) **Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas**. Lisboa: Oficina do Livro, p. 111 e as de Soares a M.^a João Avillez - Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 65-66; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, p. 42; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 268.

165 Declarações recolhidas no Expresso de 2 de Julho de 1977, p. 2.

166 Expresso de 25 de Junho de 1977, p. 2.

167 Diria a Maria João Avillez que “os africanos de expressão portuguesa começavam a perceber que o Estado português funcionava a duas vozes – Presidente e Governo – e que podiam tirar partido, a favor deles, dessa ambiguidade” e que “Eanes alimentava conversas se não conspirativas, pelo menos altamente críticas com alguns dos meus ministros” – v. Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 64 e 66-67.

camaradagem política com elementos do MPLA”¹⁶⁸ e, dessa forma, poder convencer os seus dirigentes de que era necessário aceitarem “um diálogo mais aberto e franco com Portugal e com o seu Governo legítimo”¹⁶⁹. A visita não parece ter tido grandes repercussões junto das autoridades angolanas, já que, como procuraremos demonstrar, até ao final do II Governo Constitucional, a diplomacia “africana” começou a passar, crescentemente, por Belém¹⁷⁰. Não obstante, Medeiros Ferreira não gostou da iniciativa e, no seguimento das desconfianças de Soares de que demos conta e de dificuldades na gestão do projecto de adesão às Comunidades Europeias¹⁷¹, acaba por ser demitido em Outubro de 1977, passando o primeiro-ministro a acumular a pasta dos Negócios Estrangeiros até à queda do I Governo Constitucional¹⁷². Durante a permanência deste primeiro governo português eleito de acordo com os preceitos da Constituição de 1976, no que a Angola se refere, conseguiu-se, sobretudo, pela acção conjunta de Medeiros Ferreira e Eanes, atingir uma pequena melhoria nas relações externas, consubstanciada no (re-)estabelecimento de relações diplomáticas e, depois, no apoio expresso ao Presidente Neto na sequência dos acontecimentos de 27 de Maio. O gigantesco contencioso financeiro permanecia, contudo, irresolúvel¹⁷³. Desta forma, tal como aconteceu com Moçambique, na vigência do I Governo Constitucional, foi possível assinar, somente, um acordo com a República Popular de Angola, relativo ao transporte aéreo.

168 Era o próprio Alegre que referia ser o “único dos dirigentes socialistas que trata por tu o Presidente de Angola e Moçambique” – v. *Expresso* de 9 de Julho de 1977, p. 12.

169 Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 64-65.

170 O *Expresso*, designadamente, em vários artigos pretere a visita em relação às iniciativas tomadas pelo Presidente da República – v. *Expresso* de 27 de Agosto de 1977, p. 3-R, de 3 de Setembro, p. 1 (em que se diz que “Para alguns observadores, o facto de ter aumentado a aproximação entre Portugal e as ex-colónias está longe de dever-se à “tournée” de Manuel Alegre, mas, por um lado, à conjuntura internacional e, por outro, à acção conjugada do general Ramalho Eanes e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.) e de 15 de Outubro de 1977, p. 3-R.

171 O Ministro dos Negócios Estrangeiros reivindicava a liderança do processo, que vinha repartindo com uma comissão – Comissão para a Integração Europeia – presidida por Vítor Constâncio que desejava depender unicamente do primeiro-ministro – V., por exemplo, *Expresso* de 9 de Julho de 1977, pp. 1 e 12.

172 Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade. Vol. I**. Barcarena: Editorial Presença, p. 202; Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 64-67; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, p. 36.

173 Uma manifestação muito viva desta situação ocorreu quando o Banco Português do Atlântico (nacionalizado pelo Estado Português), o maior accionista do antigo Banco Comercial de Angola (cuja agência em Lisboa vinha funcionando como delegação do Banco Popular de Angola), decidiu, em Outubro de 1977, convocar uma assembleia geral extraordinária do ex-BCA – V. *Expresso* de 15 de Outubro de 1977, p. 1.

Pouco depois da demissão de Medeiros Ferreira, à medida que se chegava ao fim de 1977, o governo de Soares, já desgastado por ano e meio de governação, e sem conseguir resolver a crise económica a não ser através do recurso a um empréstimo do Fundo Monetário Internacional que requeria a aprovação de medidas restritivas muito severas, decide avançar com uma moção de confiança no sentido de co-responsabilizar a oposição pela austeridade que seria necessário impor. A moção é derrotada na Assembleia no dia 7 de Dezembro de 1977 e o I Governo Constitucional cai. Para viabilizar o acordo com o FMI, Soares aceita formar governo com o apoio dos deputados centristas. Não se tratava, como explica Soares, de uma “coligação governamental explícita – com um programa de governo previamente acordado”. “O CDS – continua Soares – limitou-se a aceitar, contra a entrada de três ministros seus, embora como independentes – Basílio Horta, Sá Machado e Rui Pena –, apoiar no Parlamento o novo Governo”¹⁷⁴. Desta forma, o Programa de Governo apresentado à Assembleia da República pelo II Governo, não diverge muito, em termos de política externa, daquele que tinha regido a actuação do I Governo Constitucional. É assim que a adesão à CEE aparece como a “especial prioridade” da política externa portuguesa e o relacionamento com os novos Estados africanos de expressão portuguesa surge num ponto posterior, onde se afirma, somente, que deverão ocupar um “lugar específico e de particular relevo”¹⁷⁵.

Curiosamente, o único lugar governamental de algum relevo ocupado por um centrista foi o dos Negócios Estrangeiros, que ficam entregues a Victor Sá Machado. Esta situação não será despicienda de consequências no que aos países africanos de expressão portuguesa se refere. Numa interessante comunicação proferida já em 1986, no Instituto Democracia e Liberdade, este político revela muito bem o lugar que considerava que os países africanos deveriam ocupar no conjunto da política externa portuguesa e que diverge, como veremos, ligeiramente, do entendimento que era veiculado por Soares. Sá Machado, na conferência a que fizemos referência, revela a ideia de que Portugal e África são “pólos de um relacionamento forjado por uma

174 Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 68-73; v. ainda Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade. Vol. I**. Barcarena: Editorial Presença, pp. 203-204; MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers, p. 38; Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, p. 186.

175 V. Parte III, ponto G), n.º 2 e 3 do Programa de Governo do II Governo Constitucional.

História longa de séculos, durante os quais e mau grado as injustiças, as violências ou os desencontros, se criaram laços que é difícil ignorar e cujas virtualidades seria lástima não aproveitar”. As relações lusas com os novos países africanos seriam, desta forma, formatadas por uma “atitude comum de afecto e boa vontade” que levaria a que todas as partes tivessem de assumir uma atitude compreensiva perante a gestão das consideráveis lesões de interesses provocados por uma independência realizada em “circunstâncias muito desfavoráveis”¹⁷⁶. Em 1978, quando toma posse como ministro dos Negócios Estrangeiros, as concepções de Sá Machado no tocante às relações luso-africanas não se afastavam muito daquelas que revelaria na citada comunicação e, desta forma, procurará recuperar para o Ministério margem de acção na gestão da “política africana”, que depois da demissão de Medeiros Ferreira e da assunção do cargo por Soares, havia ficado relegada para segundo plano e cuja direcção era assumida, crescentemente, pela Presidência da República¹⁷⁷.

É neste contexto que terá de ser entendida a nota emitida pelo Ministério, depois de declarações de Daniel Chipenda¹⁷⁸ a “O Dia” em que eram tecidas severas críticas ao regime do MPLA, através da qual se lamentava que “em Portugal, se produzam declarações que governos de povos amigos possam considerar inamistosas, designadamente quando se trata de povos com que desejamos manter e reforçar laços de especial amizade”¹⁷⁹. Sá Machado empenhar-se-ia, igualmente, no combate à actuação externa do Presidente da República à revelia do Ministério dos Negócios Estrangeiros – as “diplomacias paralelas” –, não desprezando, todavia, as importantes prerrogativas que considerava ter o Presidente na matéria, desde que concertadas com as competências governamentais. Sustentava, na sequência das viagens de Melo Antunes a Cuba e a Luanda, no sentido de preparar a reaproximação luso-angolana que aconteceria

176 Machado, V. S. (1986) **Portugal e África**. Lisboa: Inst. Democracia e Liberdade., pp. 1-5.

177 É nesta condução das relações luso-africanas por Eanes que se insere, por exemplo e entre outras iniciativas de que daremos conta no ponto seguinte, a missão patrocinada pela Presidência da República e que, chefiada por Jorge Sampaio, se deslocaria no início do ano de 1978 a Moçambique, no sentido de reabrir as negociações acerca do contencioso financeiro. Diria o Expresso sobre a iniciativa que “dado o vazio governamental vivido em Portugal no momento de tão importante decisão das autoridades do Maputo [de nacionalização da banca] o que não deixou de facilitar as expressões de «surpresa» de certas personalidades oficiais perante o sucedido acabou por ser o próprio Presidente da República quem interveio, no sentido de atacar o problema rapidamente e no máximo da sua extensão e de fortalecer as relações entre os dois países e os dois povos” – v. Expresso de 28 de Janeiro de 1978, p. 1.

178 A antiga estrela de futebol que se havia juntado, primeiro, à guerrilha do MPLA contra as autoridades portuguesas e, depois da independência, desertado com os seus guerrilheiros para a FNLA.

179 Expresso de 18 de Março de 1978, p. 2; v. também MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, p. 42.

em finais de Junho em Bissau, que “as chamadas diplomacias paralelas são inaceitáveis”¹⁸⁰. Acrescentaria, todavia, em entrevista posterior ao Expresso que “no respeitante à política externa, e de acordo com o que ocorre nas democracias institucionalizadas, [a prática política] confere, ao Presidente da República, respeitados os limites constitucionais e uma natural concertação com o governo, margem extremamente importante de intervenção”¹⁸¹.

As divergências em relação à política preconizada por Soares no tocante às ex-colónias africanas ficam, pensamos, desta forma, claras e consubstanciaram-se, em primeiro lugar, na asserção de que uma aproximação em relação a esses países seria necessária e profícua e não teria de ser sacrificada por causa do processo de adesão às Comunidades Europeias, mas prosseguida concomitantemente e, depois, no reconhecimento das prerrogativas e capacidades de Belém para actuar conjuntamente com o governo. É assim que Sá Machado se empenha na preparação, em conjunto com a Presidência da República, da Cimeira de Bissau, gizada, principalmente, por Melo Antunes, e na qual se encontrariam Eanes e Agostinho Neto, servindo Luís Cabral, Presidente da Guiné-Bissau, como mediador das conversações¹⁸². O esforço do ministro, que enviaria para Bissau uma delegação da sua confiança, traduzir-se-ia na assinatura do importante Acordo Geral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola¹⁸³. Seria, ainda, a “percepção [de Sá Machado] da necessidade da concretização da aproximação de Portugal com África”, a que se refere o Expresso de 24 de Junho de 1978¹⁸⁴, que permitiria a assinatura de um acordo de cooperação no sector eléctrico com Moçambique, um acordo de cooperação portuária com a Guiné-Bissau, e três acordos com S. Tomé e Príncipe, relativos a migração, comércio e cooperação cultural.

180 Expresso de 20 de Maio de 1978, p. 1.

181 Expresso de 9 de Junho de 1978, p. 5-R.

182 Discorreremos um pouco mais sobre a Cimeira e respectivas repercussões no ponto seguinte, na medida em que consubstanciou o primeiro grande sucesso da “diplomacia presidencial”.

183 Expresso de 17 de Junho de 1978, p. 1, de 24 de Junho de 1978, p. 1-R e de 1 de Julho de 1978, p. 3-R.; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, p. 42.

184 Expresso de 24 de Junho de 1978, p. 1-R.

II. 2. As iniciativas da Presidência da República – O começo das “diplomacias paralelas”.

A 30 de Dezembro de 1977, o “Expresso” elege Ramalho Eanes “personalidade do ano”. Para além da afirmação presidencial perante as crises que grassavam no executivo que havia caído na Assembleia no começo do mês, as razões apresentadas pelo jornal para a escolha do Presidente da República referiam-se à sua emergência no exterior e, sobretudo, na melhoria das relações com os países africanos de expressão portuguesa. Diz o semanário que “partindo-se duma posição de quase ruptura, com um Governo do Partido Socialista incapaz de, até há pouco tempo, perceber os laços que nos ligam às ex-colónias, (...) Eanes conseguiu contactos pessoais e de amizade com os líderes desses países, contactos esses que abriram as portas para relações futuras prestes a dar frutos”¹⁸⁵. Isto mesmo reconheceu, em 18 de Outubro de 1977, o Presidente Tito, da Jugoslávia, no discurso no jantar de gala no Palácio da Ajuda, durante a sua visita a Portugal, dizendo alegrar-se particularmente com “os resultados positivos obtidos pelo vosso país no que respeita à normalização das relações e ao desenvolvimento dos laços de amizade com Angola e com outros novos Estados africanos – Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde”¹⁸⁶. Em ano e meio à frente da Presidência, Eanes, um absoluto desconhecido no panorama internacional, alicerçado, como vimos, nas concepções de Melo Antunes e utilizando o espaço de manobra que a Constituição e a instabilidade do executivo lhe iam concedendo, afirmava-se na frente externa portuguesa, sobretudo no que às relações com as ex-colónias dizia respeito¹⁸⁷.

Até meados de 1977, quando Eanes, contra Soares, mas com Medeiros Ferreira, decide enviar um emissário manifestando o apoio português ao Presidente Agostinho Neto, na sequência do “golpe de Nito Alves”, a actividade da Presidência da República em relação às ex-colónias mantém-se discreta e é o Ministério dos Negócios Estrangeiros, alicerçado nas concepções de Medeiros Ferreira de actuação no terreno

¹⁸⁵ Expresso de 30 de Setembro de 1977, p. 6.

¹⁸⁶ Eanes, A. R. e Tito, J. B. (1978) **Visita do Presidente Tito a Portugal: discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes, e pelo Presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, em 18 de Outubro de 1977**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, p. 14.

¹⁸⁷ Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, p. 38.

africano como complemento necessário das movimentações europeias, quem toma as iniciativas fundamentais, como o restabelecimento das relações luso angolanas. Neste período, Eanes que, como vimos, congrega em seu redor a facção militar vencedora do 25 de Novembro que passou a controlar o sector pretoriano do regime, procura realçar a parte positiva da participação das Forças Armadas Portuguesas na guerra colonial, atribuindo ao regime do Estado Novo a impossibilidade de se encontrar uma solução política que pusesse termo ao impasse militar. Irá, igualmente, procurar modificar a mentalidade da sociedade portuguesa que tinha visto muitos dos seus voltarem atabalhoadamente de África por causa da violência no rescaldo das independências, no que se referia à forma como encarava os novos países africanos, diligenciando no sentido do abandono do “complexo colonial”¹⁸⁸. Dirá, assim, no discurso comemorativo do primeiro aniversário do 25 de Novembro, que “sofremos [o país e as Forças Armadas] ainda as sequelas do envolvimento numa guerra, sem sentido, para a qual um regime incapaz de encontrar uma solução política impunha uma solução militar inviável” e que “não nos envergonha esse passado [de guerra]. Pelo contrário, é justo que se reconheça que, paralelamente à acção militar, as Forças Armadas conduziram acções de promoção humana e de valorização do território que constituem, para os novos países, importante factor de desenvolvimento”¹⁸⁹. Na mensagem de Ano Novo de 1977 asseguraria que “a reconciliação dos portugueses consigo próprios e com a sua história passa também pela eliminação dos complexos africanos e pelo restabelecimento de relações baseadas em interesse mútuo e que salvaguardem os justos interesses da nação portuguesa. O trabalho que fizemos nesses territórios não nos envergonha”¹⁹⁰. A par da prossecução destes objectivos, realiza duas visitas de Estado que a imprensa da época considerou bem sucedidas ao Reino Unido e a Espanha¹⁹¹. Nesta última, entre 23 e 26 de Maio de 1977, teve a oportunidade de se referir àquelas que considerava serem as “grandes linhas” da política externa portuguesa que se consubstanciavam na “integração social e económica na Europa, a participação nos esquemas integrados da

188 Dirá, muitos anos depois, a João Paulo Guerra que “foi necessário vencer imensos preconceitos, quer de esquerda, quer conservadores, em relação às ex-colónias, aos novos países de língua oficial portuguesa”, no sentido de se poder, com eles, estabelecer relações próximas – v. Guerra, J. P. (2009) **Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas**. Lisboa: Oficina do Livro, p. 110.

189 Eanes, A. R. (1976) **Responder às esperanças de todos os portugueses: discurso em 25 de Novembro de 1976**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, p. 6.

190 Eanes, A. R. (1977) **Mensagem do Presidente da República aos portugueses: 1 de Janeiro de 1977**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, p. 11.

191 Expresso de 14 de Maio de 1977, p. 1-R e 2-R e de 17 de Dezembro de 1977, p. 16.

defesa europeia e a permanência da vocação universalista do nosso povo, traduzida na cooperação com os outros povos de expressão portuguesa espalhados pelo mundo”¹⁹². Receberia, ainda, em Outubro de 1976, sem notícia de maior, o primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe¹⁹³.

Eanes começava, assim, de forma cautelosa a calcorrear os caminhos da sua afirmação externa, nomeadamente no que concernia às ex-colónias africanas. O momento de viragem, da actuação discreta, para a atitude comprometida com a aproximação em relação aos países africanos que haviam sido colónias portuguesas, dá-se, como foi já referido, no rescaldo do “golpe de Nito Alves”, que Eanes considerou um bom momento para emendar a mão em relação ao reconhecimento tardio da República Popular de Angola por parte do Estado português. Cumpria, assim, ao contrário do que havia acontecido em Novembro de 1975, assegurar o apoio do Estado português à facção de Agostinho Neto, mesmo num momento em que a vitória deste não era, absolutamente, certa¹⁹⁴. Este acontecimento consubstancia, provavelmente, um primeiro momento de exercício do fenómeno que ficaria conhecido por “diplomacias paralelas”, na medida em que Eanes entra, pela primeira vez, em confronto com o chefe de governo no tocante à política externa africana, uma situação que se repetiria com frequência posteriormente. Explica Eanes que se recorda de que “quando foi o golpe do Nito Alves em Angola, discuti com o primeiro-ministro [Mário Soares] e com o ministro dos Negócios Estrangeiros [Medeiros Ferreira] o interesse nacional em mandar um delegado meu a Luanda. Na altura, o primeiro-ministro discordava, dizendo que isso podia ser, se as coisas não resultassem, um problema para o chefe de Estado português. Essa posição não mereceu a concordância do ministro dos Negócios Estrangeiros de então, que era o Medeiros Ferreira, dizendo que o presidente português não tinha de se preocupar muito com os efeitos sobre a sua pessoa. Tinha de fazer aquilo que lhe parecia que era mais justo para o país”¹⁹⁵. Como vimos, a prontidão da iniciativa de Belém caiu muito bem em Agostinho Neto que felicitaria Eanes pela oportunidade do

192 Eanes, A. R. (1977) **Visita do Presidente da República a Espanha**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, pp. 16-17.

193 Expresso de 22 de Outubro de 1976, p. 1.

194 Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 112.

195 Guerra, J. P. (2009) **Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas**. Lisboa: Oficina do Livro, p. 111.

envio do emissário¹⁹⁶. Marcaria, todavia, um afastamento crucial em relação a Soares que passaria a estar mais atento às movimentações de Belém, já que desconfiava que Eanes alimentava “conversas altamente críticas” com alguns dos seus ministros¹⁹⁷.

A partir daqui, e até à queda do II Governo Constitucional (Julho de 1978) – período que neste ponto nos ocupa –, os acontecimentos mais importantes no que às relações luso-africanas dizem respeito, começam, crescentemente, a passar pela Presidência da República, sobretudo depois da demissão de Medeiros Ferreira em Outubro de 1977. É assim que, em Janeiro de 1978, no seguimento de uma carta do Presidente Samora Machel, em que era anunciada a nacionalização da banca portuguesa em Moçambique, acerca da qual o governo, que se encontrava demissionário desde a não aprovação da moção de confiança de Dezembro de 1977, não toma conhecimento, Eanes se torna o principal patrocinador de uma missão chefiada por Jorge Sampaio que se dirigiu àquele país no sentido de abrir negociações acerca do contencioso financeiro luso-moçambicano, que conhecia um agravamento com as referidas nacionalizações¹⁹⁸. Relativamente a Angola, os passos dados por Eanes, como foi já aflorado, foram maiores e portadores de consequências mais perenes para as relações portuguesas com os novos países africanos. Perante a chuva de acusações governamentais de que se estavam a praticar “diplomacias paralelas”, já na vigência do II Governo Constitucional e com Sá Machado nos Negócios Estrangeiros, Eanes decide enviar Melo Antunes, que auferia de relações próximas com os dirigentes do MPLA¹⁹⁹, em Janeiro a Cuba e em Março a Luanda, no sentido de começar os preparativos para a realização de uma Cimeira luso-angolana em Bissau, nos finais de Junho, da qual o anfitrião seria Luís Cabral²⁰⁰. Apesar da contribuição dada, posteriormente, por Sá Machado, a verdade é que a Cimeira seria gizada, nos seus aspectos principais, pelo Conselheiro da Revolução, com o patrocínio de Belém. O encontro entre Eanes e Agostinho Neto correria da melhor maneira possível, possibilitando a assinatura de um Acordo Geral de Cooperação e a libertação de quase todos os presos portugueses em cadeias

196 Expresso de 25 de Junho de 1977, pp. 2, 6 e 12 e de 2 de Julho de 1977, p. 1.

197 Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 65-67.

198 Expresso de 14 de Janeiro de 1978, p. 1-R e de 28 de Janeiro de 1978, p. 1.

199 Afinal, fora dos poucos, na vigência do VI Governo Provisório que defendera abertamente, em Novembro de 1975, o reconhecimento da República Popular de Angola – V. MacQueen, N. (2002) An Ill Wind? Rethinking the Angolan Crisis and the Portuguese Revolution, 1974-1976. **Itinerario – European Journal of Overseas History**. Vol. 26, N.º 2.

200 Expresso de 28 de Janeiro de 1978, p. 2 e de 20 de Maio de 1978, p. 1.

angolanas²⁰¹. O encontro marcaria, também, uma melhoria genérica das relações luso-africanas, passando a maior parte dos líderes das ex-colónias a privilegiar o contacto com Belém, ao invés de S. Bento ou das Necessidades. Diz-nos José Freire Antunes que “foi a partir da cimeira de Bissau que se generalizou a noção de Portugal como «ponte» entre a África lusófona e o Ocidente”²⁰².

O Presidente da República marcaria pontos na frente externa, ainda, em mais duas ocasiões durante a vigência dos dois primeiros governos constitucionais. O primeiro caso foi uma muito bem sucedida visita à Alemanha Federal em finais de 1977, que levou o “Expresso” a comentar que “parece não ser difícil para os observadores constatar que, após a sua recente viagem a Espanha [Maio] e particularmente depois destes quatro dias na RFA, Eanes aparece como o chefe incontestado da nossa política externa, encarnando a ideia que parece a sua, de que a diplomacia portuguesa deve ser a afirmação de um Estado e não de um partido”²⁰³. O segundo momento aconteceria em 21 de Maio e 3 de Junho de 1978, na viagem que efectuou ao Brasil, Venezuela e Estados Unidos da América, tendo efectuado escala em Cabo Verde, onde se pôde encontrar com o Presidente Aristides Pereira. As comunicações do Presidente da República durante esta deslocação assumem uma matriz muito marcada pelo *terceiromundismo mitigado*, com amplas ressonâncias *lusotropicalistas*, sobretudo no Brasil. A 21 de Maio, em Cabo Verde, Eanes diria, depois do encontro com o Presidente Aristides Pereira, que este lhe serviu para ficar com “a convicção profunda de que as nossas relações se vão intensificar, dado que são relações entre dois povos historicamente adultos que conseguem olhar para o passado e ver nele aquilo que tem de comum e de essencial, e que são capazes, a partir desse alicerce, de olhar o futuro, esquecendo os incidentes que afastaram os povos, esquecendo as guerras que dividiram os povos, esquecendo até inimizades que poderiam ter afastado

201 Expresso de 17 de Junho de 1978, p. 1, de 24 de Junho de 1978, p. 1-R e de 1 de Julho de 1978, p. 3-R.; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, p. 42-43; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 268; MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, p. 191.

202 Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 115.

203 Expresso de 17 de Dezembro de 1977, p. 16.

combatentes”²⁰⁴. Aristides Pereira falaria de relações “excelentes” e “fraternas” com Portugal.

No Brasil, na Sessão Solene no Congresso Nacional, Eanes definiria da seguinte forma a maneira como se deveria processar o relacionamento entre todos os países de expressão portuguesa: “numa visão serena que rejeite o paternalismo descabido e o lirismo passadista e que atente nos interesses profundos dos 150 milhões de homens que utilizam o idioma de Camões, importa definir as relações entre Portugal, o Brasil e os novos Estados africanos, num quadro mais amplo de entendimento, de reciprocidade de vantagens e de contribuição para a paz, para além da legítima integração de cada um nos respectivos continentes e da diversidade circunstancial de regimes políticos”. O Brasil que se sentia, nas palavras do seu Presidente, Ernesto Geisel, associado a África por “laços de raça, idioma e solidária amizade”, era, desta forma, agremiado ao projecto eanista de construção de um espaço de especial proximidade entre Portugal e as suas ex-colónias africanas, na senda da aproximação Norte-Sul. Em São Paulo, no almoço oferecido pela comunidade portuguesa, o discurso presidencial assume ecos *lusotropicalistas* profundos quando assevera que onde “chegámos [os portugueses], não fizemos apenas trabalho e realidades; fizemos vida e fizemos vida diferente. Nunca os portugueses chegaram a qualquer lado e aí se impuseram como senhores. Sempre, e em todos os lados, procuraram viver como irmãos dos povos que encontraram e com eles traçam projectos de vida comum”. Ainda na senda das facetas do *lusotropicalismo* adoptado pelo *terceiromundismo mitigado*, Eanes diria, na sessão solene no Real Gabinete Português de Leitura, que “ontem o Brasil, e hoje Angola, Moçambique, a Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, seguindo o seu caminho histórico e político, na independência e na soberania, não diminuíram Portugal mas, pelo contrário, aumentaram-no. A língua que a todos igualmente pertence e que, dia-a-dia, se constrói no Maputo ou no Minho, em Luanda ou no Rio de Janeiro, representa desde já uma solidariedade real, que a diversidade dos destinos nacionais não prejudica, e que contém sem dúvida uma forte esperança de cada vez maior cooperação, amizade e concórdia, na genuína aceitação das diferenças”. Na Venezuela voltaria a acentuar as boas relações que Portugal desejava manter com os países africanos de expressão portuguesa e na

204 Eanes, A. R. (1979) **Estreitar as relações de Portugal com o mundo: textos oficiais relativos às visitas do Presidente da República Portuguesa ao Brasil, Venezuela e Estados Unidos da América, incluindo as palavras proferidas aquando da sua passagem pela República de Cabo Verde 21 de Maio a 3 de Junho de 1978**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, p. 15.

Cimeira da Nato, em Washington, asseguraria que o nosso país “constituiu ainda uma base de relações culturais e de convivência natural com outros povos que poderá representar uma contribuição importante para o estabelecimento de novas relações entre o Norte e o Sul e para o efectivo desenvolvimento de regiões que hoje se encontram afastadas das oportunidades de progresso justo e livre”²⁰⁵.

No momento de queda do II Governo Constitucional – Julho de 1978 -, Ramalho Eanes aparecia, no que às ex-colónias dizia respeito, com o projecto de relacionamento mais estruturado e ideologicamente sustentado. Soares, que os partidos africanos sempre viram com alguma desconfiança, como vimos, e que preferia direccionar os recursos governamentais no sentido da adesão às Comunidades Europeias, não foi capaz, se excluirmos as tímidas iniciativas de Alegre no Maputo e em Luanda, de gizarr um projecto coerente para o relacionamento luso-africano, preferindo conduzi-lo através da Europa e assumindo que, num primeiro momento, poderia ser complicado criar laços harmoniosos. Desta forma, as iniciativas dos seus ministros dos Negócios Estrangeiros, sobretudo de Medeiros Ferreira que, como vimos, apesar das divergências em relação ao *meloantunismo*, gostaria de ver Portugal, sobretudo europeu e atlântico, é certo, mas alicerçando a sua pertença à NATO e à CEE com uma boa base de relacionamento e proximidade com os países africanos que lhe permitisse ser visto no seio dos seus parceiros ocidentais como o interlocutor preferencial com essa parte do mundo, foram contrariadas e afastadas. Esta situação levou a que as Necessidades fossem perdendo margem de manobra em relação a Belém que avançava, como se disse, com iniciativas mais coerentes, a que as traves-mestras do *terceiromundismo mitigado* de Melo Antunes – abertura em relação a todos os países do mundo, integração europeia, manutenção na Aliança Atlântica, especial proximidade com ex-colónias, Portugal como ponte no “conflito” norte/sul – davam consistência. Assim, Eanes, como agregador dos militares que, como diz Augusto de Carvalho num interessante artigo no “Expresso”, “paradoxalmente, forjaram-se na África. Entenderam Portugal em África e fizeram o 25 de Abril, em grande parte, por causa de África”²⁰⁶, em meados de 1978, fazia,

205 Eanes, A. R. (1979) **Estreitar as relações de Portugal com o mundo: textos oficiais relativos às visitas do Presidente da República Portuguesa ao Brasil, Venezuela e Estados Unidos da América, incluindo as palavras proferidas aquando da sua passagem pela República de Cabo Verde 21 de Maio a 3 de Junho de 1978**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, pp. 38, 48, 82, 100, 148 e 203.

206 Expresso de 3 de Junho de 1978, p. 1-R.

efectivamente, com que a política africana de Portugal passasse muito mais pela Presidência da República que pelo governo.

II. 3. A cooperação portuguesa: da extinção do Ministério da Cooperação à ineficácia do Instituto para a Cooperação Económica.

No rescaldo do 25 de Abril, ainda no I Governo Provisório, foi criado o Ministério da Coordenação Interterritorial que herdou, genericamente, as atribuições do antigo Ministério do Ultramar, e que se empenharia, em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no processo de independência das cinco colónias portuguesas em África. Em Setembro de 1975, já com o VI Governo Provisório liderado por Pinheiro de Azevedo e com quatro países pertencentes ao antigo império independentes – restava Angola –, é criado o Ministério da Cooperação, chefiado por Vítor Crespo. A proximidade deste em relação a Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros do mesmo governo, possibilitou que os dois conjugassem esforços no sentido de actuarem no processo de aproximação em relação aos países subdesenvolvidos e, designadamente, às ex-colónias portuguesas. As necessidades de cooperação técnica e económica que estes países começaram, sobretudo os mais pequenos (Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe), desde cedo, a evidenciar, no sentido de não verem paralisadas as respectivas economias, faria com que o secretário de Estado de Vítor Crespo responsável pela área da cooperação, José Gomes Mota, se empenhasse na criação de um diploma instituidor de um organismo público que ficaria responsável pela prestação desse auxílio. Desta forma, a 31 de Janeiro de 1976 é publicado no Diário da República o decreto-lei n.º 97-A/76 que continha os estatutos do Instituto para a Cooperação Económica (ICE). O novo organismo ficava sob a tutela conjunta dos Ministérios das Finanças e da Cooperação e em 4 de Fevereiro toma posse a Comissão Instaladora, composta por Almeida Serra, António Martins, Brás Teixeira, José M. Correia Pinto e Jorge E. da Costa Oliveira. O diploma orgânico do instituto, que permitiria a sua entrada em funcionamento, deveria ser publicado 90 dias depois do diploma criador da instituição, o que não veio a acontecer²⁰⁷.

Entretanto, em Julho de 1976, toma posse o I Governo Constitucional que decide extinguir o Ministério da Cooperação e integrar os seus serviços numa nova Secretaria da Integração Administrativa, no seio do Ministério da Administração Interna, e no

207 Oliveira, J. E. C. (2005) **Memórias de África**. Lisboa: IPAD/MNE, pp. 209-213 e Cravinho, J. G. (2002) **A Reforma da Cooperação Portuguesa**. Documento de Trabalho do ICP (Não Publicado), pp. 4-7.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, por onde passam a processar-se as relações com as ex-colónias africanas. Explicaria Soares a extinção da referida pasta, na apresentação do Programa do I Governo Constitucional, asseverando que “obviamente, depois do desaparecimento das colónias, não tinha sentido um Ministério que se chamasse da Cooperação e que, animado como esteve das melhores intenções e dirigido, sem dúvida, por uma personalidade militar que não pode ser suspeita de intenções neocolonialistas, tinha, pelo simples facto da sua existência, conotações desse tipo para as nações independentes de expressão portuguesa, muito sensíveis a esses aspectos”²⁰⁸. Era o caso de Angola, que no conturbado período que na primeira metade de 1976, por várias vezes, se queixaria das intenções neocolonialistas do Ministério da Cooperação português²⁰⁹.

O ICE continuaria, todavia, sem ver a sua situação regularizada durante a vigência dos dois primeiros governos constitucionais²¹⁰, e a cooperação portuguesa, sem um órgão que a superintendesse, funcionava sem um enquadramento sistemático e num modelo de livre iniciativa institucional, numa base informal, em que o organismo português e o congénere africano procuravam estabelecer protocolos próprios. Leston Bandeira, professor e cooperante na Guiné-Bissau, transmite-nos, em artigo no “Expresso”, exactamente, este sentimento quando afirma que “o esquema [de cooperação] não tem, sobretudo, qualquer estrutura de apoio: o que dele transpira é a improvisação, própria de quem inicia um trabalho a respeito do qual não tem a mais pequena informação”. Acrescenta, depois, de forma mais incisiva: “preferimos, aliás, afirmar que não existe nenhum esquema de cooperação, que os acordos vão sendo assinados com um espírito de amador, ao sabor de condicionalismos mais impostos do exterior do que previstos no interior da estrutura oficial criada para o efeito”²¹¹. Ainda assim, como reconhece Eduardo Paz Ferreira, na crónica “Mala Diplomática” em finais

208 PORTUGAL, Governo (1976) **Programa do Governo: texto integral do programa apresentado à apreciação da Assembleia da República: intervenções do Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, em 2 e 11 de Agosto de 1976, aquando do início e do encerramento do debate na Assembleia da República**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, p. 84. V., ainda, Expresso de 6 de Agosto de 1976, p. 7.

209 Expresso de 15 de Maio de 1976, p. 8.

210 Teria de esperar, como veremos, pela chegada de Maria de Lourdes Pintasilgo ao poder, momento em que seria, igualmente, criada a Direcção Geral da Cooperação – v. Expresso de 22 de Dezembro de 1979, p. 16.

211 Expresso de 17 de Junho de 1978, p. 10. V., ainda, sobre a ineficiência do ICE, o Expresso de 26 de Novembro de 1977, p. 13.

de Novembro 1978, o Gabinete Coordenador para a Cooperação – organismo criado pelo decreto-lei n.º 791/74 de 31 de Dezembro, funcionando, primeiro, junto do Presidente da República, mas, neste momento, sob tutela do MNE e que agregava representantes de vários ministérios – havia conseguido realizar um bom trabalho em relação a Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, consubstanciado na presença de mais de 250 cooperantes portugueses nestes países, concessão de bolsas de estudo e envio de missões nos domínios da saúde, transportes e comunicações²¹². O contencioso económico mais complexo e as relações mais complicadas com Angola e Moçambique faziam com que o Gabinete Coordenador para a Cooperação, no que estes países dizia respeito, não conseguisse mais do que actuações muitíssimo discretas que se consubstanciaram, no primeiro caso, na ida de uma missão a Luanda tratar do caso de vários funcionários públicos portugueses que continuavam a prestar serviço na República Popular de Angola²¹³ e, no segundo, na participação na delegação que se deslocou a Maputo para tentar reabrir as negociações relativas ao contencioso económico²¹⁴.

Assim, na vigência dos primeiros dois governos constitucionais, em que os passos de aproximação em relação aos novos países africanos eram, ainda, tímidos e periclitantes, sobretudo no que diz respeito a Angola e Moçambique, e em que o Presidente da República e o Governo ainda não haviam conseguido definir em conjunto ou concertar as “políticas africanas”, relativamente, díspares, a cooperação portuguesa ia funcionando sem uma estrutura consolidada e na base, na maior parte das vezes, do casualismo e um certo amadorismo que, apesar destas características, ia conseguindo resultados relativamente positivos no que a Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe dizia respeito. A institucionalização das relações de cooperação luso-africanas iria ter de esperar pelo final de 1979, momento em que, simultaneamente, seria dada consistência e organização ao ICE e criada a Direcção Geral da Cooperação.

212 Expresso de 30 de Novembro de 1978, p. 9. V., ainda, Cravinho, J. G. (2002) **A Reforma da Cooperação Portuguesa**. Documento de Trabalho do ICP (Não Publicado), pp. 4-5.

213 Expresso de 20 de Agosto de 1977, p. 2.

214 Expresso de 28 de Janeiro de 1978, p. 1

II. 4. A queda de Soares e o estado das relações luso-africanas em 1978.

Depois de assinado o acordo com o Fundo Monetário Internacional, PS e CDS começam a sofrer um enorme desgaste derivado da política de austeridade que a concessão do empréstimo requeria, consubstanciado, em grande parte, nas críticas da Presidência da República e do PSD. O CDS percebe que a permanência no Governo lhe traria mais prejuízos que benefícios e, no seguimento de um forte desacordo em relação à política agrícola do ministro Luís Saias, denuncia o acordo com o PS. Eanes, pressionado por sectores militares e civis que pretendiam que Belém assumisse um maior protagonismo na gestão do país, decide exonerar o executivo e não aceita a proposta de Soares de reformular o Gabinete. Mantém, todavia, a Assembleia da República em funções. Como vimos²¹⁵, a doutrina constitucional maioritária, baseando-se na redacção dos artigos 190.º, 193.º e 194.º da Constituição de 1976, considerava que não se impunha ao Presidente a manutenção de um governo apoiado numa maioria parlamentar se este lhe não merecesse confiança política. Para além disso, consideravam que o art. 190.º, n.º 1, apesar da referência aos resultados eleitorais, abria uma vasta gama de opções ao Chefe de Estado em termos da escolha do primeiro-ministro, não tendo este último que ser escolhido de entre os líderes do partido mais votado ou que constituir um governo de base partidária. Desta forma, Eanes, após a demissão do II Governo Constitucional, decide avançar para a escolha de um executivo de sua iniciativa chefiado por Alfredo Nobre da Costa, antigo ministro da Indústria no primeiro governo de Soares, que não auferia de ligações partidárias. O III Governo Constitucional teria vida curta, sendo derrubado no Parlamento pelos votos coligados do PS, CDS e PCP. Eanes insiste, todavia, na sua solução e nomeia Carlos da Mota Pinto, um dissidente do PSD de finais de 1975 e ex-ministro do Comércio e Turismo do I Governo Constitucional, para o lugar de primeiro-ministro. O gabinete formado por Mota Pinto passa a prova da apresentação do Programa de Governo na Assembleia e viria a governar de Novembro de 1978 a finais de Julho de 1979²¹⁶. Da orientação, ao

215 Cfr. Capítulo I, I.1 - Enquadramento político-constitucional.

216 V. Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade. Vol. I.** Barcarena: Editorial Presença, pp. 204-210; Reis, A. (1994) **Portugal. 20 Anos de Democracia.** Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 78-80; MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations.**

nível da política externa, prosseguida pelos dois primeiros governos de iniciativa presidencial trataremos no ponto seguinte. Importa, todavia, neste momento, deixar um parágrafo sobre a forma como se encontravam as relações lusas com os países africanos de expressão portuguesa à data do abandono de Soares da chefia do executivo e tomada de posse de Nobre da Costa – Agosto de 1978.

Como temos vindo a assinalar, relativamente aos pequenos países africanos de expressão portuguesa (Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe), as relações decorriam de forma positiva e com uma certa coerência, apesar do conflito que se vinha desenhando entre Belém e S. Bento pelo controlo da “política africana”. Esta situação permitia, até, que a cooperação fosse decorrendo, como vimos, com algum grau de eficácia, apesar da falta de mecanismos estruturadores. A Guiné-Bissau era, neste momento, o país que mais favorecia a concertação entre os países lusófonos, como forma de escapar à excessiva influência dos países africanos francófonos que a rodeavam. É no cumprimento deste objectivo que o Presidente Luís Cabral patrocinaria a Cimeira de Bissau como forma de apaziguamento das relações luso-angolanas e pretendia que os líderes dos países africanos de expressão portuguesa continuassem a manter a organização de encontros regulares e, eventualmente, os institucionalizassem numa qualquer estrutura, contra a vontade moçambicana, no seguimento da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), que havia unido os movimentos nacionalistas africanos que combatiam o regime do Estado Novo em África. Em relação a Angola, a Cimeira de Bissau foi extremamente importante no sentido de amenizar o conflito com Portugal e permitir a assinatura de um Acordo Geral de Cooperação, que iria possibilitar o aumento das trocas comerciais entre os dois países, cujo volume quase duplicou entre 1978 e 1979. O contencioso económico só começaria a conhecer uma solução mais efectiva a partir da constituição da Comissão Mista Luso-Angolana em meados de 1979, razão pela qual, na segunda metade de 1978 as autoridades angolanas ainda se queixavam das dificuldades de implementação do Acordo celebrado em Bissau e continuavam, sem aviso prévio, a nacionalizar empresas de capitais portugueses²¹⁷. As iniciativas de Eanes em relação a este país acentuar-se-iam no período com que nos havemos de preocupar no ponto seguinte, o que produziria

Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992. New Brunswick: Transaction Publishers, p. 38.

217 Expresso de 9 de Setembro de 1978, p. 14 e de 14 de Outubro de 1978, p. 2.

uma melhoria muito substancial das relações luso-angolanas logo a partir da segunda metade de 1979. Era no tocante a Moçambique que, no momento de queda do II Governo Constitucional, as relações externas portuguesas se encontravam num ponto mais complicado. As nacionalizações, no começo de 1978, tinham contribuído para o agravamento do contencioso financeiro que a missão de Jorge Sampaio não logrou resolver e que o complexo hidroeléctrico de Cabora-Bassa continuava a contaminar fortemente. As relações luso-moçambicanas atingiriam, em Março de 1979, o ponto mais baixo de sempre, quando um cidadão português foi fuzilado no Maputo, acusado de actos de “sabotagem guerreira” contra a República Popular de Moçambique, enquanto na capital moçambicana se encontrava uma delegação portuguesa²¹⁸. Os esforços de Eanes, designadamente através do envio de emissários, fariam, todavia, como teremos oportunidade de analisar detalhadamente nas páginas que se seguem, com que, a partir do segundo semestre de 1979, as relações de Portugal com a antiga colónia fossem conhecendo uma certa aproximação²¹⁹.

218 Expresso de 7 de Abril de 1979, p. 5.

219 Cfr., designadamente, MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, pp. 39-40, 43 e 47; MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, pp. 191 e 196.

Capítulo III: Os governos de “iniciativa presidencial”.

III. 1. III e IV Governos Constitucionais – Aproximação com Angola, distância com Moçambique.

O Programa do III Governo Constitucional, primeiro de iniciativa presidencial, como vimos, liderado por Alfredo Nobre da Costa, foi rejeitado na Assembleia da República, o que levou à demissão do governo. Ainda assim, e apesar da curta vigência do executivo, vale a pena determo-nos, ainda que brevemente, sobre o documento, na senda das concepções que o estruturam. No tocante às relações externas de Portugal, apresenta uma matriz claramente europeísta, considerando a “opção política europeia” e o “empenhamento nas negociações para a integração na CEE”, “grande objectivo” político da governação²²⁰. Dedicar, depois, um ponto específico à “adesão às Comunidades” dentro da “Política Económica Geral”, no qual adere às concepções avançadas, como vimos no primeiro capítulo componente do presente trabalho, em primeiro lugar, por Soares, e depois adoptadas pelos restantes partidos com assento parlamentar à direita do PS, de que a integração europeia era de “importância fundamental” para a “consolidação da democracia no nosso país, para o desenvolvimento da economia e para a melhoria do nível de vida do povo português”²²¹. Em relação aos novos países africanos, adianta o Programa que “a comunidade de língua é, afinal, o expoente e o símbolo da existência de vínculos e afinidades históricas fundamentais, cujas potencialidades, em todos os planos em que se concretizam as relações entre os povos – desde a materialidade das trocas comerciais até à solidariedade humana que as correntes migratórias criam –, terão de constituir uma das grandes prioridades da acção do Governo na ordem externa”. Diz depois, num trecho muito interessante, em que se percebem as condições especiais formativas do presente executivo – escolhido o seu primeiro-ministro pelo Presidente da República e não auferindo de base partidária –, que “relativamente aos países africanos de expressão portuguesa, o III Governo Constitucional irá iniciar o seu mandato com um importante trabalho já feito no sentido de uma reaproximação conducente a uma abertura mais

220 V. Parte II, ponto 2.1. do Programa do III Governo Constitucional.

221 V. Parte III, ponto 10 do Programa do III Governo Constitucional..

confiante, trabalho que se ficou devendo à acção dos Governos que o antecederam e ao **interesse especial que a Presidência da República dedicou a esta causa**”²²² (destaque nosso). Apesar da inclinação europeia do Programa, a referência às relações com os países lusófonos como “grande prioridade” da acção governativa no que à política externa diz respeito distingue-o dos documentos apresentados pelos dois governos liderados por Soares. A curta vigência do presente executivo e as restrições que se impuseram à sua actuação – funcionou como governo demissionário de meados de Setembro a finais de Novembro, quando toma posse o IV Governo Constitucional –, bem como a predominância que Eanes assumiu, neste momento, relativamente á gestão das relações com os países africanos, fizeram com que, relativamente aos referidos Estados, a única questão de vulto que o executivo teve de enfrentar se relacionasse com a nacionalização do capital português na Secil-Luanda²²³. Uma vitória diplomática assinalável para Portugal, demonstrativa das boas relações que se haviam conseguido estabelecer com a Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde, foi a eleição para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na qual estes países decidiram apoiar a candidatura portuguesa em prejuízo de Malta, candidato preferencial do Movimento dos Não Alinhados²²⁴.

A queda de Nobre da Costa leva Eanes a escolher Carlos da Mota Pinto para assumir a direcção de um novo executivo que toma posse a 21 de Novembro de 1978. O Programa de Governo apresentado assume uma matriz marcadamente europeísta, o que se traduziria, na orgânica do governo, na existência de um vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos e Integração Europeia (Manuel Jacinto Nunes). Reconhece o documento a “opção” e a “vocação europeia” de Portugal e adere às concepções que temos vindo a explanar da adesão às comunidades como “compromisso irreversível do Povo Português em relação aos ideais da democracia e da paz, da liberdade e do respeito pelos direitos do homem” e como objectivo fundamental para o desenvolvimento económico. Ao contrário do Programa apresentado por Nobre da Costa que definia a

222 Parte IV, Ponto 4 do Programa do III Governo Constitucional.

223 Sem informação das autoridades portuguesas, o governo angolano decide nacionalizar o capital detido na cimenteira angolana pela Secil-Portugal (29%), sendo que se absteve do mesmo tipo de acção em relação ao restante capital detido por estrangeiros – 34% pertencentes a uma empresa dinamarquesa. Por esta razão, a medida não caiu bem junto das autoridades portuguesas. V. Expresso de 9 de Setembro de 1978, p. 14.

224 Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 114; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 265.

aproximação em relação às ex-colónias africanas como “uma grande prioridade” da política externa nacional, o Programa de Governo do IV Governo Constitucional refere, somente, que a estes países será dada uma “especial atenção”, motivada pelos “sólidos e antigos laços culturais e históricos” que a eles nos ligam²²⁵. Ainda assim, este executivo, como veremos e apesar de as iniciativas de Eanes serem aquelas que, neste momento, marcavam o passo em relação a África, não esqueceu os países africanos e a posição de mediano que Portugal poderia assumir entre estes e o continente europeu. Diria Mota Pinto, em discurso de 14 de Maio de 1979, que “se a aproximação com a Europa é uma constante da nossa política externa, Portugal, pela sua geografia, pela sua história, tem de continuar virado para outros continentes, podendo vir a desempenhar um papel de interesse na ligação entre as potências economicamente robustas do Norte e os países materialmente menos desenvolvidos do Sul”²²⁶. João Freitas Cruz, o diplomata de carreira escolhido para assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros, colocaria, em Fevereiro do mesmo ano, a aproximação em relação aos países africanos de expressão portuguesa como segunda prioridade da política externa nacional, logo a seguir à integração europeia²²⁷.

Desta forma, e pondo em prática as concepções explanadas no discurso acima descrito, o executivo de Mota Pinto pôde continuar a aprofundar as relações positivas que se vinham desenhando com as três mais pequenas ex-colónias africanas (Guiné, S. Tomé e Cabo Verde). No referente a Cabo Verde, logo no princípio de Dezembro de 1978, foi possível assinar um acordo de cooperação no domínio dos transportes marítimos e, depois da visita do Presidente Aristides Pereira a Portugal, em fins de Janeiro de 1979 – durante a qual, Mota Pinto se referiria aos laços de “fraternidade” que unem os dois países²²⁸ –, mais quatro documentos relativos a matérias como o ensino, impostos e cooperação técnica. No mês seguinte, Freitas Cruz acompanhou Eanes na visita oficial à Guiné-Bissau, aproveitando o ambiente amistoso com que foi recebida a

225 Parte II, Ponto 8 e Parte III, ponto 5 do Programa do IV Governo Constitucional.

226 Pinto, C. M. (1979) **Que todos saibam assumir as suas responsabilidades: balanço de meio ano de governo: discurso proferido pelo Primeiro-Ministro, prof. Mota Pinto**. Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, p. 11.

227 Expresso de 24 de Fevereiro de 1979, p. 8.

228 Eanes, A. R., Pereira, A. e Pinto, C. M. (1979) **Firmar laços de colaboração: discursos e comunicado final relativos à visita que o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, fez a Portugal, de 23 a 27 de Janeiro de 1979**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, p. 37.

comitiva para negociar com sucesso três acordos relativos a migração, cooperação consular e comunicação social.

Seria, todavia, em relação a Angola que o executivo de Mota Pinto, aproveitando, como teremos oportunidade de ver, a confiança que o Presidente Agostinho Neto depositava em Ramalho Eanes, sobretudo depois da Cimeira de Bissau, conseguiria dar passos mais importantes na aproximação dos dois países. Este ambiente mais tranquilo permitiria que entre 16 e 21 de Janeiro de 1979, Abel Repolho Correia, ministro do Comércio e Turismo, se deslocasse a Luanda, naquela que seria a primeira viagem de um membro do governo português àquele país desde a independência, onde concluiria um importante acordo comercial²²⁹. Nos meses seguintes, o executivo conseguiria assinar mais quatro acordos com o governo de Luanda, relativos a cooperação no sector eléctrico, dos transportes marítimos e cultural²³⁰. Em Maio, a expulsão de Hendrik Vaal Neto, dirigente da FNLA cuja actividade em Portugal era considerada pelas autoridades de Luanda contrária e prejudicial aos interesses da República Popular de Angola, seria vista pelo MPLA como um factor muito importante na aproximação luso-angolana²³¹. No início do mês de Julho, coroando a actuação em política externa do governo constitucional que, até aqui, conseguiu entabular as relações mais amistosas com a maior das antigas colónias portuguesas, teve lugar a primeira reunião da Comissão Mista Luso-Angolana estabelecida no acordo geral de cooperação assinado em Bissau e que teria como propósito, entre outras coisas, dar início à discussão do contencioso económico que dividia os dois países²³².

Em relação a Moçambique, as coisas passar-se-iam de forma diametralmente diferente, fazendo com que, como reconhece MacQueen, fosse durante a governação de Mota Pinto que se atingisse o ponto mais baixo nas relações luso-moçambicanas²³³. Inicialmente, todavia, as iniciativas levadas a cabo pelo IV Governo Constitucional, não faziam prever que, em Março de 1979, o relacionamento com o regime da FRELIMO pudesse encontrar-se tão perturbado. Assinalámos, no ponto transacto, o facto de o

229 Expresso de 6 de Janeiro de 1979, p. 18 e de 3 de Fevereiro, p. 5.

230 Com cinco documentos assinados, o governo de Mota Pinto concluiria com Luanda mais acordos que todos os outros governos constitucionais juntos, no período que medeia entre 1976 e 1982.

231 Expresso de 26 de Maio de 1979, p. 2.

232 Expresso de 7 de Julho de 1979, p. 11 e de 21 de Julho de 1979, p. 6.

233 MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. *Journal of Contemporary European Studies*. Vol 11, No. 2, November 2003, p.194.

gigantesco contencioso económico, agravado nos alvares de 1978 pela decisão moçambicana de nacionalizar a banca portuguesa, não ter permitido, durante a vigência dos executivos liderados por Soares, que se criassem ligações especialmente amistosas entre Lisboa e Maputo. Será, então, com o objectivo de procurar facilitar o diálogo entre os dois países acerca das questões financeiras que Eanes, no final de 1978, decide enviar um emissário pessoal – o brigadeiro Sousa Meneses – com uma mensagem para o Presidente Samora Machel²³⁴. A deslocação é considerada por Marcelo Rebelo de Sousa, na crónica semanal no “Expresso”, “um sucesso diplomático”, na medida em que se conseguiu a suspensão por três meses da execução da lei que nacionalizava a banca portuguesa²³⁵. Tem razão o cronista, já que a viagem do enviado presidencial permitiu que, no início de Março do ano seguinte, Paulo Enes, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros se deslocasse ao Maputo para trocar impressões com Joaquim Chissano, ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, no sentido de ver como se poderiam remover os escolhos que vinham perturbando o relacionamento luso-moçambicano. Uma semana antes da visita, Samora Machel havia, também, comentado a um jornal brasileiro que as relações com Portugal “estão melhorando”²³⁶. A conjugação das iniciativas governamentais em relação à nação da África Oriental com as *démarches* presidenciais (nas quais se inclui uma visita de Melo Antunes ao Maputo em meados do mesmo mês de Março²³⁷) parecia, então, estar a dar os seus frutos e, na senda dos amistosos contactos anteriores, Álvaro Bissaia Barreto, ministro da Indústria e Tecnologia de Mota Pinto, deslocou-se, em finais de Março, à capital moçambicana no sentido de discutir com as respectivas autoridades a posição das empresas portuguesas no país²³⁸. A execução de um cidadão português – Rui Manuel Nunes da Silva – por fuzilamento, acusado de “actos de sabotagem guerreira” contra a República Popular de Moçambique, durante a estadia da delegação portuguesa, levou à interrupção das negociações e causou um impacto muitíssimo negativo junto das autoridades nacionais²³⁹. Era o pior momento no relacionamento de Portugal com a ex-colónia

234 Expresso de 30 de Dezembro de 1978, p. 11; ; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, p. 44.

235 Expresso de 6 de Janeiro de 1979, p. 2.

236 Expresso de 10 de Março de 1979, p. 1.

237 Expresso de 24 de Março de 1979, p. 1.

238 Expresso de 31 de Março de 1979, p. 16.

239 Expresso de 7 de Abril de 1979, p. 5.

desde a independência²⁴⁰ e faria com que Mota Pinto, no discurso de 14 de Maio a que já fizemos referência, asseverasse que “infelizmente, a atitude das autoridades moçambicanas não se tem pautado por um espírito de cooperação realista e equitativa, tendo-nos mesmo forçado a posições, de que nunca abdicaremos, para garantir a salvaguarda da dignidade nacional”²⁴¹. A enérgica reacção portuguesa faria com que, em finais de Maio, as autoridades moçambicanas decidissem libertar seis prisioneiros portugueses que se encontravam detidos na cadeia da Machava²⁴². Ainda assim, na Cimeira de Luanda, que reuniu, em Junho, os Chefes de Estado dos cinco países africanos saídos do antigo império português, Moçambique recusou a designação de “países de expressão portuguesa”, por considerar ser de teor neocolonialista, demonstrando, assim, o ressentimento que as suas elites ainda nutriam pela antiga potência colonizadora²⁴³.

Pouco depois destes acontecimentos, e perante o chumbo parlamentar da proposta de Orçamento apresentada pelo governo de Mota Pinto, Eanes decide demitir o executivo, dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas. Entretanto, nomeia, novamente, um governo de sua iniciativa, chefiado por Maria de Lourdes Pintasilgo²⁴⁴.

240 Em Maio, a iminência da condenação à pena capital de um outro cidadão nacional, Armando Amílcar Utz Monteiro, viria contribuir para o clima degradado que as relações luso-moçambicanas assumiram. V. Expresso de 12 de Maio de 1979, p. 1. V. também MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers, p. 112.

241 Pinto, C. M. (1979) **Que todos saibam assumir as suas responsabilidades: balanço de meio ano de governo: discurso proferido pelo Primeiro-Ministro, prof. Mota Pinto**. Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, p. 11.

242 Expresso de 26 de Maio de 1979, p. 2.

243 Expresso de 9 de Junho de 1979, p. 13 e de 16 de Junho de 1979, p. 9; MacQueen, N. (2003) A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guiné-Bissau. **International Peacemaking**. Vol. 10, N.º 2, p. 9.

244 Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade. Vol. I**. Barcarena: Editorial Presença, pp. 212-214; Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, p. 186; Reis, A. (1994) **Portugal. 20 Anos de Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 80.

III. 2. Eanes comanda a “Política Africana” – a primeira grande aproximação.

A legitimidade particular dos governos de iniciativa presidencial, mais dependentes da escolha do Presidente da República e, portanto, da confiança política que este neles depositava, do que da distribuição dos lugares no Parlamento, fez com que, no período que ora nos ocupa (correspondente aos três governos de iniciativa presidencial), tenha desaparecido o discurso governamental crítico das “diplomacias paralelas”. Desta forma, foi larga a margem de manobra do Presidente da República no sentido de pôr em prática as iniciativas diplomáticas, muitas vezes em consonância e conjugação de esforços com os membros dos executivos, que entendia serem fundamentais para a construção de relações próximas com os países africanos de expressão portuguesa, com os quais, na senda do *terceiromundismo mitigado* que prosseguia, considerava fundamentais para a construção de uma política externa nacional verdadeiramente independente. No período de vigência do executivo liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo – muito próxima de Melo Antunes na forma como pensava a inserção externa de Portugal – terá havido verdadeira simbiose entre as iniciativas presidenciais e aquelas que a chefe do governo considerava serem prioritárias para a concretização da política externa que preconizava.

A adesão portuguesa às Comunidades Europeias e a inserção na NATO não saíram, todavia, do discurso presidencial, enquanto metas fundamentais da acção nacional no panorama internacional e continuavam a estar presentes, como vimos, nos programas de governo dos dois primeiros governos de iniciativa presidencial enquanto preferências da política externa portuguesa²⁴⁵. Eanes, em múltiplas situações, faria questão de assegurar que se mantinha comprometido com esses dois objectivos, apesar da prossecução de uma política em relação a África que preconizava uma grande aproximação entre Portugal e os países que haviam sido suas colónias. Diria, assim, na Mensagem de Ano Novo de 1979 que “a nossa proposta de entrada na comunidade Económica Europeia merece preferência especial, na medida em que traduz uma

245 No ponto que se segue, procuraremos demonstrar que o Programa de Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo divergia, nesta questão, em relação ao que havia ficado previsto nos programas dos dois governos anteriores.

vontade política claramente maioritária do povo português”²⁴⁶. No discurso comemorativo do 25 de Abril em 1979 definiria a política externa portuguesa como aquela que “respeitando e defendendo a nossa especialidade, vise a correcta inserção de Portugal na comunidade internacional, traduzida na integração do País na Europa Ocidental, na co-responsabilização no seu sistema integrado de defesa, na participação activa nas diversas instâncias internacionais e na cooperação e amizade com todos os povos do Mundo, dedicando especial atenção ao Brasil, aos novos Estados Africanos de expressão portuguesa e aos restantes Estados onde se radicam comunidades portuguesas”²⁴⁷. Ainda no mesmo ano, na celebração do 25 de Novembro, seria mais incisivo asseverando que “o projecto de sociedade livre delineado pelos portugueses e progressivamente concretizado pelos seus representantes legítimos tem a consistência das opções duradouras, que não serão alteradas pelos acidentes das conjunturas. Dele são marcos sólidos a firme decisão de integração na CEE, o respeito permanente pela relação fraterna que nos une aos povos de outros continentes que se exprimam em língua portuguesa, o compromisso indiscutível que nos liga à NATO...”²⁴⁸.

Simplemente, a conjuntura política especial do momento, com os executivos emanando da escolha presidencial do primeiro-ministro, permitiram a Eanes exercer um papel primacial na “política africana” e, até, na política externa global de Portugal, situação que, até este momento, não tinha sido possível, na medida em que os dois primeiros governos constitucionais resistiam, como vimos, às iniciativas diplomáticas de Belém e assumiam as rédeas no que à integração europeia dizia respeito. Os governos de iniciativa presidencial, sobretudo o liderado por Pintasilgo, mas também o chefiado por Mota Pinto, apesar dos mecanismos especiais criados para o efeito, não parecem ter-se empenhado muito na prossecução da integração europeia, levando a que, por exemplo, Eduardo Paz Ferreira, na crónica semanal de política internacional no “Expresso”, se tenha, por duas vezes, pronunciado sobre a inacção da diplomacia

246 Eanes, A. R. (1979) **Um Portugal melhor: mensagem dirigida aos portugueses, pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, no dia 1 de Janeiro de 1979**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, p. 5.

247 Eanes, A. R. et al (1979) **Celebrar a liberdade da Pátria: mensagem às Forças Armadas pelo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas; mensagem do conselho da Revolução ao povo português; Discursos na Assembleia da República do Presidente da Assembleia e do Presidente da República, Lisboa, 25 de Abril de 1979**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, p. 28.

248 Eanes, A. R. (1980) **Comemorar o 25 de Novembro não é rotina: discurso e mensagem do General Ramalho Eanes, Presidente da República e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, proferidos em 25 de Novembro de 1979**. Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, p. 12.

portuguesa na prossecução desse objectivo²⁴⁹, no que seria, em Novembro, acompanhado pelas críticas veiculadas no mesmo jornal por Rui Machete²⁵⁰. É desta forma que Eanes, apesar de ter sempre insistido na colocação de Portugal no eixo ocidental, nas visitas que efectua à Europa durante este período – ao Parlamento Europeu, Conselho da Europa e Reino Unido em Novembro de 1978, à Bulgária, Hungria e Roménia em Março do ano seguinte e a França em Outubro - prefere, na maior parte das vezes, acentuar o papel que Portugal poderia representar enquanto intermediário entre os países desenvolvidos da Europa, e designadamente a CEE, e os menos desenvolvidos de África, e nomeadamente os de expressão portuguesa, com os quais o nosso país auferiria de laços históricos e culturais de especial proximidade. Na prossecução do *terceiromundismo mitigado*, a que Eanes, como temos vindo a assinalar, aderiu na actuação externa, considerava que a relevância de Portugal no seio da Europa dependeria da ideia que os nossos parceiros ocidentais tivessem da necessidade de utilização do nosso país como medianeiro nos contactos com os países africanos. Assim, em Estrasburgo, perante o Parlamento Europeu, diria que “estabelecidas em novas bases e no respeito absoluto da soberania e individualidade de cada um as relações com os países africanos de língua portuguesa, Portugal considera possível contribuir para o desenvolvimento do diálogo entre as Comunidades Europeias e essas novas nações”²⁵¹. Na Bulgária, faria referência a Portugal como “ponte histórica entre a Europa e a África”, em Bucareste asseveraria que o nosso país “pode ser, simultaneamente, um parceiro útil de países europeus e de países africanos” e na Hungria remataria que “como país integrado na Europa do Sul e com uma longa tradição histórica de convivência com a África, Portugal está consciente de que o estabelecimento de relações políticas abertas e de relações económicas justas entre as nações dos dois continentes assume importância crescente para a segurança europeia e para o equilibrado desenvolvimento económico dos países europeus”²⁵². Em França, na

249 Expresso de 11 de Agosto, p. 9 (onde referiria a “impressionante quebra nos contactos entre Portugal e os países membros da Comunidade Económica Europeia”) e de 4 de Outubro de 1979, p. 9.

250 Expresso de 30 de Novembro de 1979, p. 34-R.

251 Eanes, A. R. (1979) **Participar na construção de uma Europa forte e democrática: discursos oficiais proferidos durante a visita que o Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, fez ao Parlamento Europeu, ao Conselho da Europa e ao Reino Unido, de 13 a 17 de Novembro de 1978**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, p. 18.

252 Eanes, A. R. (1979) **Melhorar a cooperação com todas as nações: discursos oficiais proferidos aquando da visita do Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes, à Bulgária, à Hungria e à Roménia, entre 19 e 26 de Março de 1979**. Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, pp. 16, 82 e 106-107.

declaração inicial na conferência de imprensa dada em Paris, afirmaria: “tivemos de novo ocasião de verificar que a França não aceita, apenas, a adesão de Portugal à CEE, mas deseja e perfilha essa adesão, por – lucidamente, em nosso entender – a entender indispensável à solidez institucional das comunidades, e por considerar que a Europa tem de reconhecer as suas próprias fronteiras históricas, aumentando assim a sua capacidade de entendimento e de diálogo com os povos de outros continentes, mas em especial, e também por razões óbvias, o continente africano”²⁵³.

As iniciativas diplomáticas de Belém mais profícuas deste período direccionaram-se, então, para a melhoria das relações luso-africanas. Como tivemos oportunidade de referir, Eanes passa, neste momento, a liderar, crescentemente, a política portuguesa em relação às ex-colónias e isso começa a notar-se ainda antes da tomada de posse do primeiro governo de iniciativa presidencial, liderado por Nobre da Costa, já que, numa conferência de imprensa destinada a esclarecer a situação política em finais de Agosto de 1978, é ao Presidente da República que Nuno Rebocho, do “Jornal Novo”, dirige uma pergunta sobre a maneira como o governo de Nobre da Costa iria gerir as relações com os países africanos de expressão portuguesa. Eanes responde que Portugal se encontra, economicamente e em termos identitários, ligado ao continente africano e que, portanto, “o relacionamento com os povos africanos, que foram colónias portuguesas se deve intensificar, porque isso interessa à Europa e não creio que seja arrojado dizer que interessa inclusivamente à paz e ao mundo”²⁵⁴. O Presidente da República de onde, como vimos, emanaria a autoridade do novo governo, marcava assim, ainda antes da tomada de posse do executivo, a orientação que o mesmo deveria prosseguir no que aos novos países africanos dizia respeito. A orientação que Eanes preconizava e que sabemos fundamentada nas concepções de Melo Antunes, era, nas palavras do próprio Presidente da República “o único caminho” que nos poderia aproximar das ex-colónias e pelo qual se sentia o “responsável máximo”²⁵⁵. Era, então, natural que Eanes procurasse as possibilidades que lhe eram abertas pelo ascendente que

253 Eanes, A. R. (1980) **Cooperação e solidariedade: discursos oficiais relativos à visita que o General Ramalho Eanes, Presidente da República Portuguesa, fez a França, de 8 a 11 de Outubro de 1979**. Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, pp. 66-67.

254 Eanes, A. R. (1978) **Desfazer muitos equívocos: conferência de imprensa do Presidente da República, General Ramalho Eanes, no Palácio da Ajuda, em 24 de Agosto de 1978**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978, pp. 29-30.

255 Declarações de Eanes ao Expresso de 10 de Fevereiro de 1979, p. 4-R.

passava a ter sobre os executivos para procurar desenvolver a “política africana” em torno do seu caminho.

Em relação aos países lusófonos mais pequenos (Guiné, S. Tomé e Cabo Verde) pouco havia, neste momento, a fazer, já que as relações se haviam estabelecido e decorriam de forma coerente e amistosa. Assim, Aristides Pereira, em finais de Janeiro de 1979 é recebido como “português que é” e “nunca estrangeiro”, com palavras de “amizade” e “fraternidade” que atestavam as “relações exemplares” que se haviam conseguido construir entre Portugal e Cabo Verde e que se traduziam em “laços indissolúveis entre um conjunto de nações que pensa na mesma língua”. Aristides Pereira responderia realçando a “ponte histórica” e os “laços especiais” que ligavam os dois povos. Diria, também, numa passagem muito interessante que atesta o impacto positivo das acções do Presidente da República português junto dos seus congéneres africanos: “damos uma importância especial aos contactos pessoais que tivemos com o Senhor Presidente da República” que tem demonstrado ser um “defensor acérrimo das relações de Portugal com os países africanos, particularmente aqueles que eram, ainda há pouco tempo, possessões coloniais portuguesas”²⁵⁶. No mês seguinte, na Guiné-Bissau, Eanes é recebido por Luís Cabral como “um amigo”. Diria, ainda, o Presidente daquele país que “de todos os povos do mundo, as relações de amizade com Portugal são as mais sólidas”²⁵⁷. Esta personalidade seria recebida, pela segunda vez em Portugal, em Agosto, onde assinalou o estreitamento das relações luso-guineenses²⁵⁸. No mês anterior, sem notícias de maior que o atestado de boas relações, havia sido recebido em Portugal Manuel Pinto da Costa, Presidente da República de S. Tomé e Príncipe²⁵⁹.

Em Angola, o Presidente da República auferia de uma estima elevada, sobretudo junto do Presidente Agostinho Neto, por causa das iniciativas que havia tomado de enviar um emissário no seguimento da revolta nitista e de organizar a Cimeira de Bissau. Seria, desta forma que, depois de uma ida de Melo Antunes a Luanda no início

256 Eanes, A. R., Pereira, A. e Pinto, C. M. (1979) **Firmar laços de colaboração: discursos e comunicado final relativos à visita que o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, fez a Portugal, de 23 a 27 de Janeiro de 1979**. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, pp. 8, 11, 19, 28, 51 e 58.

257 Expresso de 17 de Fevereiro de 1979, p. 1 e de 24 de Fevereiro, p. 1.

258 Expresso de 4 de Agosto de 1979, p. 1 e de 11 de Agosto, p. 3.

259 Expresso de 5 de Maio de 1979, p. 1.

de Novembro de 1978, portando uma mensagem particular de Eanes para Neto, se tornaria possível, em Janeiro do ano seguinte, assinar um importante acordo comercial com Angola. Na ocasião da celebração do mesmo, diria Agostinho Neto: “as minhas relações com o general Ramalho Eanes não são apenas de amizade. Há entre nós uma grande confiança, é como se fosse uma pessoa da minha família”²⁶⁰. Em Setembro de 1979, a presença de Eanes no funeral de Neto – foi o único Chefe de Estado de um país ocidental a deslocar-se a Luanda – caiu muito bem nas autoridades angolanas, sobretudo no sucessor do falecido Presidente, José Eduardo dos Santos²⁶¹. No tocante a estes quatro países – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe – as *démarches* diplomáticas de Eanes foram muito bem recebidas e serviram para que se aprofundassem os laços amistosos ou, no mínimo, mais positivos (no caso de Angola) que vinham do período anterior.

Quanto a Moçambique, onde, como vimos, as relações lusas conheceram o pior momento em Março de 1979, as iniciativas do Presidente da República Portuguesa não obtiveram, veremos, resultados tão positivos. Em Dezembro de 1978, Eanes decide lançar mão de uma estratégia diplomática a que recorria frequentemente e envia o brigadeiro Sousa Meneses com uma mensagem pessoal para Samora Machel. Como assinalámos, a visita tem efeitos positivos, permitindo o adiamento da execução da lei de nacionalização da banca portuguesa e o encontro Enes-Chissano²⁶². Assim, o Presidente da República prossegue na mesma tática, enviando, com aparente sucesso, em meados de Março de 1979, Melo Antunes com nova mensagem para Machel²⁶³. A execução de um cidadão português no Maputo durante a deslocação de uma delegação portuguesa no fim do mês faria, contudo, como tivemos oportunidade de referir, que as relações luso-moçambicanas atingissem o ponto mais baixo desde 1975, destruindo a confiança que se vinha construindo entre os dois países, designadamente através das acções levadas a cabo por Eanes. O pensamento, o tal “caminho único”, deste

260 Expresso de 4 de Novembro de 1978, p. 1 e de 3 de Fevereiro de 1979, p. 5.

261 Guerra, J. P. (2009) **Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas**. Lisboa: Oficina do Livro, p. 111; MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, p. 191; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 268

262 Expresso de 30 de Dezembro de 1978, p. 11, de 6 de Janeiro de 1979, p. 2 e de 10 de Março de 1979, p. 1.

263 Expresso de 24 de Março de 1979, p. 1; ; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, p. 44.

personagem em relação a África não permitia, todavia, que o relacionamento se mantivesse nestes parâmetros tão negativos. Não obstante, o Presidente português não poderia ceder e procurar a aproximação em relação à República Popular de Moçambique sem que as autoridades da FRELIMO dessem algum sinal de disponibilidade para receber essa aproximação, sem que emendassem a mão que havia condenado um cidadão português à morte na presença de membros do governo português no país. Este passo será dado na sequência de uma série de visitas a Maputo do conselheiro da Revolução Franco Charais e de Otelo Saraiva de Carvalho, num processo que consubstancia, a nosso ver, a mais intrigante iniciativa para-diplomática portuguesa dos anos que medeiam entre 1976 e 1982.

Otelo Saraiva de Carvalho havia criado boas relações com as autoridades da FRELIMO depois de, em 1974, lá se ter deslocado, por ordem de Spínola, acompanhando Soares, e prometido a independência, quando o líder socialista e ministro dos Negócios Estrangeiros só estava mandatado para negociar o cessar-fogo²⁶⁴. Em Setembro e Novembro de 1979 deslocar-se-ia, novamente, àquele país, em visitas privadas, no sentido de, como explicou ao “Expresso”, “preencher a lacuna resultante da inconclusividade das conversações processadas entre os dois estados”. Sabe-se que terá, fundamentalmente, discutido duas questões: a libertação dos cidadãos portugueses presos por delitos políticos e o envio de cooperantes portugueses²⁶⁵. Franco Charais, conselheiro da Revolução, já havia, em Julho, efectuado uma visita pessoal, embora com o conhecimento de Eanes, ao Maputo, onde, entre outros temas, terá tido a oportunidade de debater com as autoridades moçambicanas a questão relativa ao encarceramento dos cidadãos portugueses²⁶⁶. É crível que o Presidente português, para além da deslocação de Charais, tivesse tido conhecimento das visitas de Otelo antes de as mesmas acontecerem. Mais difícil, todavia, se torna aventar a hipótese de as deslocações das duas figuras terem tido origem numa acção concertada de Belém no sentido de procurar, por vias menos tradicionais, a procura do compromisso moçambicano. Isto porque, apesar de Charais poder ser considerado um “eianista”, próximo do PR nas questões que diziam respeito à condução da política externa como

264 MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 166-168.

265 Expresso de 8 de Setembro de 1979, p. 6, de 15 de Setembro de 1979, p. 2 e de 3 de Novembro de 1979, p. 1.

266 Expresso de 28 de Julho de 1979, p. 1 e de 15 de Setembro de 1979, p. 2.

tivemos oportunidade de referir no primeiro capítulo deste trabalho, não seria provável que fosse escolhido como emissário presidencial, ainda que alternativo em relação a Melo Antunes ou Vítor Alves que, pela grande proximidade em relação a Eanes, não podiam ser enviados neste momento de relações tão problemáticas. Muito mais improvável seria a escolha de Otelo Saraiva de Carvalho. A verdade, todavia, é que as viagens dos dois militares levaram a que, sobretudo a partir do início de Setembro, o processo de libertação de portugueses se desenrolasse de uma forma crescentemente regular, o que se traduziu no facto de, no final do ano de 1979, se encontrarem menos de 30 cidadãos nacionais em cadeias moçambicanas, a maior parte condenados por crimes de delito comum (e não político)²⁶⁷. Seria este o passo moçambicano de que Eanes necessitava para poder dar a volta à complicada situação que se havia seguido aos acontecimentos de Março e, assim, no funeral de Agostinho Neto, o Presidente português encontrar-se-ia com Samora Machel, num movimento que teria fortes implicações para o futuro das relações luso-moçambicanas, como teremos oportunidade de explicitar²⁶⁸. Desta forma, também em relação a Moçambique, as iniciativas diplomáticas mais marcantes deste período foram tomadas por Eanes, perante a concordância e mesmo apreço pela acção presidencial da “sua” terceira chefe de governo, Maria de Lourdes Pintasilgo, de que trataremos no ponto seguinte. Nele, analisaremos duas outras iniciativas de Eanes em termos de política externa – a insistência da presença de Portugal na Conferência do Movimento dos Não Alinhados em Cuba e o patrocínio da organização da Mesa Redonda sobre a Nova Ordem Económica Internacional –, já que, para além de Melo Antunes, a grande entusiasta da participação de Portugal nos dois “movimentos” era a nova primeira-ministra.

267 Expresso de 8 de Setembro de 1979, p. 2, de 15 de Setembro de 1979, p. 2 e de 29 de Dezembro de 1979, p. 2 e 16.

268 Expresso de 22 de Setembro de 1979, p. 1; MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, p. 194; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, p. 272; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, p. 47.

III. 3. O governo “Pintasilgo” – Terceiromundismo na política-externa portuguesa?

Maria de Lourdes Pintasilgo, a nova chefe do executivo, antiga procuradora à Câmara Corporativa, ministra dos Assuntos Sociais no II e III Governos Provisórios e embaixadora na UNESCO, tem noção de que não é seu dever pôr em prática o seu projecto de sociedade, visto encontrar-se dissolvido o Parlamento, mas preparar as eleições intercalares²⁶⁹. Ainda assim, e no campo das relações externas, procura imprimir ao governo um grande dinamismo, adoptando uma linha terceiromundista, mas talvez menos mitigada que aquela que era defendida por Melo Antunes, figura com que Pintasilgo assume, como veremos, identificar-se e de quem terá ficado muito próxima aquando da preparação do Programa de Política Económica e Social em finais de 1974, princípios de 1975²⁷⁰. O sentido da política externa que preconiza fica bastante claro logo no Programa de Governo que apresenta, onde não fala da integração nas Comunidades Europeias, mas da “construção da unidade da Europa” aí predominando as referências à “instauração de uma ordem mundial mais justa”, “revitalização das relações com os países africanos”, e “ projecção exterior múltipla e diversificada” de Portugal²⁷¹. Desta forma, desde muito cedo, Maria de Lourdes Pintasilgo começa a ser acusada, sobretudo pelos sectores ligados ao PSD e CDS, de terceiromundista e *meloantunista*²⁷², linha com que, ainda em Agosto de 1978, afirma em entrevista ao Expresso identificar-se. Aí, diz: “verifico que o major Melo Antunes tem consciência, como eu, (...) de que os modelos de sociedade considerados paradigmáticos, os das sociedades do Hemisfério Norte, estão a ser radicalmente postos em questão não só pela dinâmica das relações Norte/sul, mas pela própria lógica do seu hiperdesenvolvimento. (...) Aquilo a que aqui, provincianamente, se chama “melo-antunismo” não é senão uma

269 Entrevista à Revista Témoignage Chrétien n.º 1833 de 20 de Agosto de 1979 – v. Pintasilgo, M. L. (1980) **Sulcos do Nosso Querer Comum: Recortes De Entrevistas Concedidas Durante o V Governo Constitucional**. Porto: Afrontamento, 41.

270 V. O Jornal de 20 de Julho de 1979, p. 4. António José Telo sugere, mesmo, que terá sido o próprio Melo Antunes quem aconselhou a Ramalho Eanes a escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo – V. Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade. Vol. I**. Barcarena: Editorial Presença, p. 215.

271 Ponto III, n.º 5 do Programa do V Governo Constitucional.

272 Expresso de 21 de Julho de 1979, p. 7-R, de 30 de Novembro de 1979, pp. 34-R e 35-R; O Jornal de 20 de Julho de 1979, p. 4.

expressão de valores reconhecidos e aceites no contexto das Nações Unidas, como parte do movimento para uma nova ordem baseada no desenvolvimento endógeno de cada sociedade”²⁷³. Para além disto, Pintasilgo era mais incisiva, mesmo do que os anteriores primeiros-ministros escolhidos por Eanes, na asserção de que a CRP impunha ao PR o dever de participar na definição da orientação da política externa portuguesa e que a colaboração entre Belém e São Bento nessa definição seria do interesse de ambas as partes²⁷⁴.

Não obstante, na senda do *terceiromundismo mitigado*, com que também se identificava, não questiona a inserção de Portugal na NATO – diz, a este respeito, ao jornal mexicano Excelsior, em 28 de Outubro, que “a posição de Portugal na NATO é uma posição que foi constante na nossa política externa e é de ordem pragmática”; e é com igual pragmatismo que, quando questionada, em entrevista à Revista Témoignage Chrétien, em 20 de Agosto de 1979, sobre as grandes linhas da sua política externa, afirma que “a adesão do nosso país à comunidade europeia é uma decisão que está tomada: compete ao meu Governo pô-la rapidamente em execução”²⁷⁵. Não deixa, ainda assim, embora em intervenções mais tardias, já na década de 80, de revelar uma concepção bastante crítica acerca do ingresso português nas comunidades europeias, contrariando as ideias de que só através da adesão Portugal poderia assegurar o regime democrático e melhorar os níveis de bem-estar e desenvolvimento económico²⁷⁶. Revela acreditar no ideal de uma Europa forte, como forma de oposição à política de blocos, mas esta “construção da unidade europeia” de que nos fala no seu programa de governo teria de ser feita tendo, igualmente, em conta a Europa de Leste²⁷⁷. É com base nesta concepção dúplice – crítica das Comunidades Europeias e unidade europeia como oposição à política de blocos – que, pensamos, se poderá dizer que o ideal terceiro-mundista prosseguido por Pintasilgo será menos mitigado que aquele avançado por Melo Antunes, o qual, como vimos, tinha como pilares importantes a adesão portuguesa à CEE e a manutenção do país na NATO. Para a primeira-ministra não eram escolhas, mas obrigações de ordem pragmática, sobre as quais, aliás, não trabalharia

273 Expresso de 26 de Agosto de 1978, p. 11-R.

274 O Jornal de 27 de Julho de 1979, p. 6.

275 V. Pintassilgo, M. L. (1980) **Sulcos do Nosso Querer Comum: Recortes De Entrevistas Concedidas Durante o V Governo Constitucional**. Porto: Afrontamento, p. 96 e 44.

276 Pintasilgo, M. L. (1985) **Dimensões da Mudança**. Porto: Edições Afrontamento, pp. 76-77, 171-189.

277 Pintasilgo, M. L. (1985) **Dimensões da Mudança**. Porto: Edições Afrontamento, pp. 185-186.

muito²⁷⁸. Interessante é, também, o facto de Maria de Lourdes Pintasilgo ser a única chefe de governo do período pós-revolucionário (1976-1982) que não sustenta a ideia que preconizava a adesão às Comunidades Europeias como alicerce da democracia e do desenvolvimento económico.

Encaradas, com pragmatismo, como vimos, as questões da inserção portuguesa no Bloco Ocidental, a nova chefe do executivo prefere desenvolver o seu pensamento (e, depois, as acções concretas da governação) em torno de duas outras prioridades ao nível da política externa que preconiza: a construção de uma Nova Ordem Económica Mundial e a melhoria das relações portuguesas com os novos países africanos que, como vimos, sobretudo nos casos de Angola e Moçambique e apesar das acções de Eanes, ainda não se encontravam a decorrer de uma forma absolutamente regular. Duas concepções muito caras, como já tivemos oportunidade de apontar, também, ao major Melo Antunes. A Declaração e o Programa de Acção de uma Nova Ordem Internacional foram aprovados, sobretudo com o apoio dos países do hemisfério sul, na VI Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas e considerados como uma vitória de um terceiromundismo moderado, na medida em que alertavam para os desfasamentos no desenvolvimento tecnológico, e para a necessidade de reequilibrar o desenvolvimento económico a favor dos países do Terceiro Mundo²⁷⁹. Lourdes Pintasilgo revela em entrevista ao programa “Tal e Qual” da RTP2, conduzida por Joaquim Letria, em 20 de Outubro de 1979, que pelo estabelecimento desta Nova Ordem entende “a possibilidade de que todas as sociedades tenham acesso aos mesmos conhecimentos para poderem criar o seu modelo próprio de desenvolvimento. Diz-se cada vez mais – continua Pintasilgo –, que o saber é património universal da humanidade. Ora isso tem consequências imediatas. Se os conhecimentos são de todos, os bens que somos capazes de produzir pertencem a todos e torna-se portanto imperativo uma redistribuição, ao nível do planeta, do saber, da tecnologia e da produção”²⁸⁰. Seria, então, na visão da primeira-ministra portuguesa, através da partilha do conhecimento no sentido das nações mais desenvolvidas para as do Terceiro Mundo que se poderia atingir o equilíbrio a nível do bem-estar socio-económico global. Em

278 Expresso de 11 de Agosto de 1979, p. 9.

279 Berger, M. T. (2004) *After the Third World? History, destiny and the fate of Third Worldism*. **Third World Quarterly**, Vol. 25, No. 1, pp. 9-10 e 22-23; Pintasilgo, M. L. (1985) **Dimensões da Mudança**. Porto: Edições Afrontamento, pp. 199-201.

280 V. Pintassilgo, M. L. (1980) **Sulcos do Nosso Querer Comum: Recortes De Entrevistas Concedidas Durante o V Governo Constitucional**. Porto: Afrontamento, p. 84.

relação aos países africanos de expressão portuguesa, o objectivo primordial (fundamental, di-lo no seu programa de governo) de Lourdes Pintasilgo era o de amenizar o contencioso entre Portugal e Angola e Moçambique, por forma a cumprir o ponto do programa em que se propunha a “revitalização das relações com os países africanos e, de forma particular e privilegiada, com os países ex-colónias portuguesas”.

No tocante às acções concretas levadas a cabo por Maria de Lourdes Pintasilgo no sentido de ver concretizados os dois objectivos mencionados, o grande momento diplomático foi conseguido a 1 de Outubro de 1979 com o discurso perante a Assembleia-Geral das Nações Unidas. Nele, a primeira-ministra começa por evocar a memória do recentemente falecido Presidente Agostinho Neto, associando-se ao “luto do povo angolano”. Prossegue apelando ao desarmamento mundial, à necessidade do estabelecimento de uma nova ordem mundial da informação, da cultura e da economia, e à defesa dos direitos das mulheres. Condena a ocupação israelita dos territórios palestinianos, o regime de apartheid sul-africano, a ocupação da Namíbia, o regime racista do Zimbabué e a invasão indonésia do território timorense. Termina, aproximando Portugal dos países do Terceiro Mundo, e dando o nosso país como exemplo do modelo que pretende que seja prosseguido pela sociedade internacional, afirmando que vem “de um país pobre e pequeno, de um país que, desde o 25 de Abril de 1974, liga indissociavelmente as liberdades de cada português à solidariedade activa com todos os povos do mundo”²⁸¹. O discurso tem grande repercussão em Portugal e no mundo. Por cá, os sectores mais europeístas indignam-se com a falta de referência, num discurso em que se explanavam as principais linhas da política externa nacional, à integração nas Comunidades Europeias e discordam da caracterização de Portugal como um país pobre, próximo daqueles pertencentes ao chamado Terceiro Mundo²⁸². No estrangeiro, todavia, a comunicação de Pintasilgo parece, segundo as palavras de José Pedro Castanheira em “O Jornal”, agradar a países tão diferentes como a França, Suécia, Grécia, Roménia, Hungria, Brasil, Tunísia, Egipto, Paraguai, Costa do Marfim e Quénia. A evocação da memória de Agostinho Neto é muito apreciada em Luanda e

281 Discurso disponível em <http://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Documentos/0047.002.pdf> (consultado pela última vez a 29/09/2012).

282 Expresso de 4 de Outubro de 1979, p. 9.

Joaquim Chissano, MNE de Moçambique, classificá-lo-ia mesmo como “o melhor já proferido desde o 25 de Abril”²⁸³.

Uma outra iniciativa diplomática importante tomada pelo governo Pintasilgo teve que ver com o apoio que deu à decisão presidencial da participação portuguesa, com o estatuto de observador, na Conferência do Movimento dos Não Alinhados que se realizaria em Cuba entre 3 e 7 de Setembro, apesar das críticas, advindas sobretudo de sectores ligados ao PSD e CDS, de que a nossa inserção no Bloco Ocidental e candidatura ao ingresso na CEE não se coadunavam com a participação na cimeira²⁸⁴. Paulo Enes, que mantinha o cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, representaria Portugal e, entre outros importantes contactos, teria a possibilidade de se encontrar com representantes de todos os países africanos de expressão portuguesa²⁸⁵. Criticada pela direita portuguesa foi, igualmente, a organização por Melo Antunes, com o patrocínio de Eanes e o total apoio e participação de Maria de Lourdes Pintasilgo, em Outubro, da mesa-redonda sobre a Nova Ordem Económica Internacional, de onde saiu a conclusão de que a mudança económica “deverá resultar de um processo laborioso em todos os domínios humanos, tendo como objectivo destruir as desigualdades gritantes”²⁸⁶. A organização portuguesa deste encontro seria muito bem vista pelos países do Terceiro Mundo e, designadamente, naquilo que mais nos interessa, pela Guiné-Bissau, cujo ministro presente na conferência, Manuel dos Santos, felicitaria Lisboa pelo patrocínio da mesma, já que havia sido outrora país colonizador²⁸⁷.

Por outro lado, e no que toca à cooperação com os países lusófonos, a acção do governo Pintasilgo foi fundamental, na medida em que dotou a cooperação portuguesa dos mecanismos necessários para um funcionamento mais eficaz, aprovando os diplomas que criavam a Direcção-Geral da Cooperação – órgão pelo qual o Ministério dos Negócios Estrangeiros exercia a sua competência em matéria de cooperação internacional, sendo suas atribuições acompanhar e apoiar, em articulação com os demais serviços de Estado, as actividades de cooperação no domínio sociocultural,

283 O Jornal de 4 de Outubro de 1979, p. 2.

284 Expresso de 25 de Agosto de 1979, p. 4; O Jornal de 6 de Julho de 1979, p. 30, de 13 de Julho de 1979, p. 10 e de 10 de Agosto de 1979, p. 24; ; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, p. 36.

285 Expresso de 8 de Setembro de 1979, p. 1.

286 Expresso de 20 de Outubro de 1979, p. 1 e de 27 de Outubro de 1979, p. 9.

287 Expresso de 27 de Outubro de 1979, p. 9.

científico e tecnológico – e que definiam a natureza, atribuições e competência do Instituto para a Cooperação Económica – que se destinava a coordenar e apoiar as actividades de assistência técnica e de cooperação bilateral ou multilateral nos domínios técnico-económico, financeiro e empresarial com os países em vias de desenvolvimento –, pondo termo a uma situação de incerteza que se arrastava, como vimos, desde 1976, com a extinção do Ministério da Cooperação²⁸⁸.

O governo liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo foi aquele que mais se orientou por concepções terceiromundistas e, provavelmente, mais próximas de um terceiromundismo puro que aquelas veiculadas por Melo Antunes, como temos vindo a assinalar. Por outro lado, foi também aquele em que a actividade externa do governo mais se concertou com as iniciativas diplomáticas de Belém, possibilitando verdadeira colaboração entre o PR e o governo²⁸⁹. Estas duas situações levaram a que, em relação aos países africanos de expressão portuguesa, fosse possível, em escassos cinco meses, avançar na aproximação em diversos campos. Com Angola, foi possível calendarizar as visitas de Diógenes Boavida, ministro da Justiça, e Bento Ribeiro, ministro da Indústria, no sentido de se estudarem as possibilidades de cooperação nos respectivos sectores²⁹⁰. Em relação a Moçambique, a actuação de Pintasilgo perante um novo decreto instituidor de nacionalizações de capitais portugueses, em finais de Agosto, daria o mote para a actuação pragmática de Sá Carneiro na resolução do contencioso luso-moçambicano²⁹¹. Aprofundou-se, igualmente, a cooperação com Cabo Verde com a assinatura de quatro protocolos adicionais e outros tantos acordos relativos à cooperação técnico-científica, cultural, consular e na área da saúde. Marcou-se, ainda, a viagem de Eanes àquele país²⁹². Seria em relação a São Tomé e Príncipe que o V Governo Constitucional teria de enfrentar o maior embaraço diplomático. Em Setembro, por suspeitas de alegada participação num golpe de Estado para derrubar o Presidente Manuel Pinto da Costa, o seu primeiro-ministro, Miguel Trovoada, na iminência de ser preso, procura as

288 Expresso de 22 de Dezembro de 1979, p. 16.

289 Seria, por exemplo, durante a vigência do V Governo Constitucional que o Presidente da República presidiria, pela primeira e única vez, a um Conselho de Ministros e, antes da deslocação a Nova Iorque, Lourdes Pintasilgo reunir-se-ia com Eanes em Braga no sentido de preparar o discurso que seria veiculado na ONU – v. O Jornal de 4 de Outubro de 1979, p. 2.

290 Expresso de 7 de Dezembro de 1979, p. 1.

291 Expresso de 1 de Setembro de 1979, p. 13.

292 Expresso de 29 de Dezembro de 1979, p. 1.

autoridades portuguesas no sentido da concessão de asilo político²⁹³. Lisboa responde negativamente, o que será muito bem visto pelo Presidente Pinto da Costa que, em Outubro, afirmaria, em entrevista ao Expresso, que “Portugal é um país com larga experiência das nossas terras e, se nós desejamos intensificar a cooperação, esta não poderá resumir-se a declarações de intenção, mas traduzir sim as chamadas acções concretas”²⁹⁴. O bom ambiente criado permitiria a assinatura de dois importantes acordos, um no âmbito das pescas e outro de cooperação nas áreas da comunicação social.

293 Expresso de 29 de Setembro de 1979, p. 1 e de 4 de Outubro de 1979, p. 1.

294 Expresso de 27 de Outubro de 1979, pp. 6-R e 7-R; v. também MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers, p. 119.

Capítulo IV: Os governos AD.

IV. 1. Sá Carneiro e Freitas do Amaral – o confronto com as diplomacias paralelas e o pragmatismo nas relações africanas.

O V Governo Constitucional havia sido nomeado por Eanes para preparar as eleições que ocorreriam a 21 de Dezembro de 1979. Ainda antes da tomada de posse do executivo liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo, PSD, CDS e o Partido Popular Monárquico formam a Aliança Democrática, concorrendo, coligados, às eleições que ganham com maioria absoluta. A 3 de Janeiro do ano seguinte toma, assim, posse um executivo liderado por duas figuras que haviam sido muito críticas em relação à actuação genérica do Presidente da República e de Maria de Lourdes Pintasilgo e, nomeadamente, da orientação em termos de política externa que prosseguiram – Francisco Sá Carneiro (líder do PSD e primeiro-ministro) e Diogo Freitas do Amaral (líder do CDS e vice-primeiro-ministro)²⁹⁵.

Para o novo governo, a política externa era uma questão fundamental. É desta forma que Freitas do Amaral acumula a pasta dos Negócios Estrangeiros com o cargo de vice-primeiro-ministro e o Programa de Governo é preparado para consubstanciar um corte total com a forma como vinha sendo exercida a diplomacia portuguesa desde 1976, mas sobretudo no período dos governos de iniciativa presidencial, em que o Presidente da República assumiu um papel preponderante. Este documento, na parte concernente aos Negócios Estrangeiros²⁹⁶, começa, então, por estatuir que a política externa que o novo governo se propõe prosseguir “tem de dar de nós próprios uma imagem clara e isenta de ambiguidades” e que “será concebida e executada pelo Governo, pois é da competência deste nos termos da Constituição”. O Presidente da República poderia, somente, exercer “em termos limitados e para determinados efeitos” as prerrogativas concedidas pela CRP no campo da actuação internacional, “mas, fora desses casos de competência específica – continua o Programa –, a competência

295 Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade**. Vol. I. Barcarena: Editorial Presença, pp. 213-217; Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, pp. 186-187; Reis, A. (1994) **Portugal. 20 Anos de Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 80-82.

296 Parte II, Ponto 5 do Programa do VI Governo Constitucional.

genérica para conduzir a política externa pertence ao Governo – e este assumi-la-á plenamente”. As opções fundamentais para que aponta o programa são duas – a integração europeia (“primeira prioridade da política externa do Governo”) e a “fidelidade à Aliança Atlântica” – e estavam relacionadas com a “vocação europeia e atlântica de Portugal, como elemento essencial de natureza histórica, cultural e geoestratégica, determinante das solidariedades ocidentais do nosso país”. É a primeira vez que, num Programa de Governo, a integração portuguesa na NATO aparece com tanto realce, numa posição quase similar àquela que era assumida pela adesão às Comunidades Europeias. Esta situação estava, provavelmente, relacionada com a recente invasão soviética do Afeganistão e com as concepções de Sá Carneiro que considerava que os países europeus deviam apoiar os Estados Unidos numa tomada de posição mais ríspida em relação ao “expansionismo soviético”²⁹⁷. Em terceiro lugar, aparece “o reforço dos mecanismos de defesa e promoção da língua e cultura portuguesas e do ensino do português no estrangeiro”. Era dentro deste objectivo mais amplo que o VI Governo Constitucional inseriria a “particular atenção” que seria dada “às relações com os países de expressão portuguesa”, na medida em que comungam de um importante “património comum” que é a “língua portuguesa”. A actuação em relação a estes países seria, adianta o programa, marcada, sobretudo, por uma atitude “pragmática”, baseada numa “relação Estado a Estado e sem ingerência nos assuntos internos de qualquer das partes” – “o Governo procurará ser, também neste campo, sobretudo pragmático: e assim, ao mesmo tempo que apoiará a expansão das relações comerciais e de cooperação técnica e científica com os países de expressão portuguesa, não subestimar a importância que reveste o contencioso económico-financeiro que ainda subsiste”, conclui, nesta matéria, o documento.

O discurso de Francisco Sá Carneiro na apresentação do Programa dirige-se para o realce da integração europeia e da pertença à NATO como “parte de um objectivo geral de preservação da independência e dignidade de Portugal”. Em relação às ex-colónias, “o mesmo objectivo, embora adaptado a especiais circunstâncias históricas e culturais, orientará o aprofundamento das relações”²⁹⁸. Mais incisiva foi a intervenção

297 V. Pereira, A. M. (1981) **O Pensamento de Sá Carneiro em Política Externa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 15 e 48-51.

298 Carneiro, F. S. (1980) **Programa do VI Governo: texto do programa; Discursos do Primeiro-ministro, Dr. Sá Carneiro, na apresentação e no encerramento dos debates e relativos à moção de confiança**. Lisboa: Sec. de Estado da Comunicação Social, p. 12.

de Freitas do Amaral na mesma ocasião. Disse o ministro dos Negócios Estrangeiros que “a nossa política externa será uma política claramente pró-europeia e pró-ocidental. Não haverá nela, por conseguinte, qualquer traço de terceiro-mundismo, de não-alinhamento ou de reserva ou distanciamento face às nossas solidariedades atlânticas conscientemente aceites e livremente mantidas”. A crítica, sobretudo, em relação à orientação da política externa de Maria de Lourdes Pintasilgo está, assim, muito presente no discurso do novo ministro que acusa a anterior chefe do executivo de “benevolência” e “grande compreensão” em relação às práticas da União Soviética. A “prioridade das prioridades” neste momento será, então, a adesão à CEE, justificada por motivações económicas, políticas e culturais. Aparece, assim, de novo, a concepção que ligava o processo de integração europeia a “um poderoso reforço da democracia pluralista em Portugal”. Para além disto, o novo ministro pretendeu deixar bem claro que considerava que a definição da orientação da política externa portuguesa cabia ao executivo – “ao contrário do que sucedia na Constituição de 1933, nos termos da qual a condução da política externa pertencia de direito ao Presidente da República, a Constituição de 1976 atribui essa responsabilidade ao Governo”. Desejava-se a “unidade da política externa” e, desta forma, afirmou, de forma contundente, Freitas do Amaral, “as diplomacias paralelas deverão terminar”. Finalmente, no que se refere aos países de expressão portuguesa, a cooperação assentaria “numa filosofia de respeito pelas soberanias nacionais, de não ingerência nos assuntos internos de parte a parte e ainda, no que nos toca a nós, portugueses, de salvaguarda da dignidade nacional”. Seria, igualmente, “estudado o contencioso económico e financeiro existente e proposta a sua negociação”. De tudo se ocupariam, preferencialmente, a Direcção-Geral da Cooperação e o Instituto para a Cooperação Económica, “recentemente criados”²⁹⁹.

As concepções governamentais de como deveria ser gerida a política externa portuguesa chocavam frontalmente, desta forma, com o entendimento e a prática de Eanes que considerava ter direito e havia assumido até então, sobretudo no período dos governos de iniciativa presidencial, uma postura muito interventiva no que à aproximação com as ex-colónias africanas dizia respeito. O conflito entre Belém e S. Bento abre, logo em finais de Janeiro, em três frentes. Em primeiro lugar, Belém não

299 Amaral, D. F. (1980) **A política externa portuguesa: intervenção no debate parlamentar do programa do VI Governo Constitucional, em 15 de Janeiro de 1980, do Vice Primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral**. Lisboa: Dir. Geral da Divulgação, pp. 7 e 9-15.

gostou do discurso de Freitas do Amaral perante o Conselho da Europa, no qual era abertamente criticado o Presidente da República e, designadamente, as “diplomacias paralelas”³⁰⁰. Depois, a polémica estala entre o novo ministro dos Negócios Estrangeiros e o conselheiro da Revolução Melo Antunes, quando este afirma que a política externa portuguesa estaria a enveredar por um “caminho perigoso”³⁰¹. A última face do conflito tinha como protagonista a anterior primeira-ministra, Maria de Lourdes Pintasilgo que, antes de haver assumido as funções de chefe do quinto executivo constitucional, era embaixadora portuguesa junto da UNESCO, e, agora, rejeitava demitir-se dessas funções, não aceitando o Presidente da República a exoneração proposta pelo governo³⁰². A situação só conhecerá solução, já depois da morte de Sá Carneiro e da tomada de posse do VII Governo Constitucional, com o afastamento de Pintasilgo da UNESCO, passando a assumir as funções de assessora de Eanes³⁰³.

Nas palavras de Vítor Alves, porta-voz do Conselho da Revolução, esta “inflexão verificada na condução da política externa nacional” fez com que aquele órgão dedicasse uma reunião nos inícios de Fevereiro, pela primeira vez, à discussão, em termos globais, da política externa³⁰⁴. Será na sequência desta reunião que o Presidente da República pedirá aos conselheiros que elaborem os seus pontos de vista acerca da matéria e, nomeadamente, sobre as competências constitucionais na condução da actuação externa do Estado português. O brigadeiro Garcia dos Santos prepara um documento bastante completo, a que já fizemos referência no capítulo introdutório deste trabalho, e que causaria elevada celeuma nos meios políticos portugueses. Nele, o conselheiro da Revolução defende que a CRP estatui uma distribuição de competências em que o governo avulta como órgão de condução da política externa. Ao Presidente da República competiria, todavia, perante a instabilidade dos executivos, manter a sua continuidade e isso implicaria a necessidade de uma estreita colaboração entre Presidente da República e governo na definição da orientação da política externa. Na mesma ocasião, como também já tivemos oportunidade de dar nota, outros dois

300 Expresso de 2 de Fevereiro de 1980, p. 1.

301 Expresso de 2 de Fevereiro de 1980, p. 2.

302 Expresso de 24 de Abril de 1980, p. 1, de 8 de Maio de 1980, p.8, de 5 de Julho de 1980, p. 6, de 28 de Fevereiro de 1981, p. 5 e de 14 de Março de 1981, p. 1.

303 Expresso de 28 de Março de 1981, p. 1.

304 Expresso de 9 de Fevereiro de 1980, p. 2.

conselheiros, Melo Antunes e Vítor Alves, tiveram oportunidade de se pronunciar no sentido de uma maior dependência dessa orientação do Presidente da República³⁰⁵.

O conflito Belém-S. Bento assumiu proporções algo elevadas que levaram a que, no início de Março, em entrevista à France-Inter, Francisco Sá Carneiro afirmasse não haver “risco de golpe de Estado em Portugal” e que os militares não tomariam nenhuma atitude anti-democrática³⁰⁶. O curioso é, como nota Eduardo Paz Ferreira, em crónica de 15 de Novembro de 1980³⁰⁷, a aproximação em relação aos países africanos de expressão portuguesa era um “tema de consenso” entre a Presidência da República e o governo. Apesar das fortes críticas em relação às concepções terceiromundistas que, como vimos, na sua versão *mitigada – meloantunista* – marcavam, de alguma forma, a actuação de Eanes, os líderes da AD consideravam que a prossecução de uma política de desanuviamiento das relações luso-africanas seria uma mais-valia para a integração portuguesa no mundo ocidental e, até, para a contenção do expansionismo soviético nessas regiões. Não falavam da “vocalização africana” de Portugal e muito menos de simbioses culturais – o nosso país pertencia, inequivocamente, do ponto de vista cultural, político e económico à Europa –, mas iriam procurar, como veremos, de forma pragmática, estabelecer boas relações com os novos países africanos, embora sem tergiversar quando se tratava de responder a atitudes menos amistosas. Aquilo que afastava, neste momento, Belém e S. Bento relacionava-se primariamente com as críticas governamentais à forma demasiado autónoma como Eanes levava a cabo determinadas iniciativas diplomáticas (a que chamavam “diplomacias paralelas”) do que ao objectivo final das mesmas – a melhoria das relações luso-africanas. Provavelmente, por não poder ser acusado de prosseguir uma política não-alinhada, já que, como vimos, muito valorizava a pertença portuguesa à Aliança Atlântica, Francisco Sá Carneiro, ao contrário daquilo que acontecia com Soares e com o PS³⁰⁸, pôde pôr em prática uma actuação internacional destinada a continuar o percurso anterior de aproximação em

305 Expresso de 8 de Março de 1980, pp. 1-R-3-R.

306 Declarações reproduzidas no Expresso de 8 de Março de 1980, p. 2.

307 Expresso de 15 de Novembro de 1980, p. 9.

308 Onde uma aproximação em relação aos regimes de propensão soviética que se haviam estabelecido em Angola e Moçambique poderia ser mal interpretada como desvio em relação ao caminho europeu e atlântico que se pretendia traçar para Portugal.

relação aos países africanos de expressão portuguesa, mesmo contra as sensibilidades anti-MPLA e anti-FRELIMO de parte do seu eleitorado e partido³⁰⁹.

É na prossecução deste tipo de política que, no início de Março, Freitas do Amaral, em almoço oferecido aos cinco embaixadores em Lisboa dos países africanos de expressão portuguesa, atesta a vontade governamental de estreitar as relações entre Portugal e os referidos Estados, asseverando que “não há incompatibilidade entre a nossa opção europeia de integração na Comunidade Económica Europeia e a nossa vontade de organizar um sistema vasto e intenso de cooperação com os países de expressão portuguesa”³¹⁰. Em meados do mês, Francisco Sá Carneiro receberia os citados embaixadores, novamente com o objectivo de lhes garantir que Portugal desejava resolver os problemas que vinham minando as relações luso-africanas³¹¹. Em relação aos países insulares – Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe – a continuação das boas relações que vinham desde a independência marcou a actuação governamental, tendo Freitas do Amaral estado relativamente apagado na visita de Eanes a Cabo Verde, até porque, nesse caso concreto, afirmou concordar com a estratégia do Presidente³¹². Ainda assim, com este país, foi possível assinar dois importantes acordos no domínio da cooperação no sector das pescas e comercial. Em relação à Guiné-Bissau, e até meados de Novembro, as relações processavam-se de forma absolutamente regular, o que permitiria a assinatura de três protocolos adicionais a outros tantos acordos relativos à cultura, assistência aos deslocados de guerra e cooperação científica e técnica. No dia 14 de Novembro, João Bernardo “Nino” Vieira, aproveitando o descontentamento geral dos cidadãos guineenses em relação àquilo a que se referiam como a “colonização” cabo-verdiana das principais posições de poder e, em particular, das Forças Armadas, derruba o Presidente Luís Cabral. Eram, desta forma, afastados da cena política guineense os cidadãos nascidos em Cabo Verde e morria o projecto de união dos dois países que havia marcado a luta pela independência. O golpe não beliscou, todavia, minimamente as relações luso-guineenses, tendo “Nino” Vieira, pouco depois da rebelião assegurado que a política anterior de “não-alinhamento” e “amizade com

309 Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 117.

310 Expresso de 8 de Março de 1980, pp. 2 e 16.

311 Expresso de 15 de Março de 1980, p. 6.

312 Expresso de 24 de Abril de 1980, p. 2-R.

Portugal” era para manter. O relacionamento português com Cabo Verde também não se viu afectado pelo golpe³¹³.

Mais profícuas foram as iniciativas tomadas em relação a Moçambique que culminariam com o envio de uma carta de Sá Carneiro a Samora Machel encerrando, de vez, o contencioso luso-moçambicano. Como tivemos oportunidade de ver no ponto anterior, o encontro de Eanes com Samora Machel no funeral de Agostinho Neto e a acção do executivo chefiado por Maria de Lourdes Pintasilgo funcionaram como factores amenizadores das relações com a antiga colónia da África Oriental, permitindo um considerável movimento de libertação de presos acusados de crimes contra a revolução moçambicana. Já na vigência do VI Governo Constitucional, Francisco Pinto Balsemão, ministro adjunto, aquando da deslocação em Abril ao Zimbabué em representação da República Portuguesa na cerimónia de independência daquele país, teria oportunidade de estabelecer um determinado número de contactos com as autoridades da FRELIMO que permitiu supor que se poderia caminhar para a resolução dos problemas que vinham perturbando a aproximação lusa, em que pesava o contencioso económico-financeiro³¹⁴. Na sequência positiva destes primeiros contactos, em finais de Outubro, uma delegação do Banco de Portugal, chefiada pelo seu Vice-Governador, Rui Vilar, deslocou-se a Moçambique no sentido de estudar a possibilidade da assinatura de um protocolo financeiro destinado a facilitar as relações económicas com o nosso país. Por esta altura, uma série de empresas privadas portuguesas iniciava um movimento de estabelecimento naquele país, materializando o desanuviamento do relacionamento ao nível económico³¹⁵. Em finais do mês seguinte, era admitida por responsáveis governamentais portugueses a possibilidade de serem significativamente aumentadas as verbas destinadas à cooperação com Moçambique, o que estaria, desde já, previsto no Orçamento do Estado para o ano de 1981³¹⁶. A culminar o período extremamente positivo que se havia conseguido com a antiga colónia no que ao campo económico respeitava, Francisco Sá Carneiro escreveria, perto da sua morte, uma carta a Samora Machel em que congelava o contencioso financeiro existente entre os dois

313 Expresso de 22 de Novembro de 1980, pp. 1, 10, 16 e 1R-4R; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, pp. 264-165.

314 Expresso de 19 de Abril de 1980, p. 1.

315 Expresso de 18 de Outubro de 1980, p. 13 e de 1 de Novembro de 1980, p. 11.

316 Expresso de 29 de Novembro de 1980, p. 1.

países e permitia, o que era fundamental para as autoridades moçambicanas, que pudessem transferir o ouro depositado em bancos portugueses. A carta seria muito bem recebida em Moçambique, o que permitiria que, no período dos governos liderados por Balsemão, as relações com Moçambique conhecessem o caminho de alguma aproximação e aprofundamento³¹⁷.

Em relação a Angola, a actuação do VI Governo Constitucional ficou marcada por uma forte tomada de posição em relação à nacionalização do capital português na Companhia do Manganês de Angola e na Companhia de Diamantes de Angola. A actuação pragmática que o executivo de Sá Carneiro pretendia levar a cabo em relação aos novos países africanos implicava que as diferenças de regimes políticos não poderiam interferir no relacionamento Estado a Estado e, como referiu Freitas do Amaral, a “dignidade nacional” se visse sempre salvaguardada. Desta forma e perante a discriminação do capital português – as participações estrangeiras nas referidas empresas não foram nacionalizadas –, o governo decidiu nacionalizar as acções que o Estado angolano possuía na Dialap – Sociedade portuguesa de Lapidação de Diamantes³¹⁸. A reacção portuguesa não caiu nada bem, como seria de esperar, em Luanda e motivou, por exemplo, que Lopo do Nascimento, ministro angolano da Administração do Território, em visita a Espanha, se referisse ao corte das relações luso-angolanas como uma possibilidade, na medida em que “atitude do Governo português permite-nos pensar que não tem interesse em manter relações com Angola”³¹⁹. Ainda assim, a partir de meados de 1980, o relacionamento luso com a ex-colónia da África Ocidental começa a entrar em novo período de desanuviamento que permitiria a importante visita ao país do ministro do Comércio e Turismo, Basílio Horta, e a partida de mais de 200 cooperantes para o sector do ensino³²⁰. No final do ano, e por pedido do Presidente da República Portuguesa, foram libertados seis cidadãos nacionais, revelando que, de facto, as relações luso-angolanas tinham, novamente, entrado numa fase mais positiva³²¹.

317 Expresso de 28 de Março de 1981, p. 14; Pereira, A. M. (1981) **O Pensamento de Sá Carneiro em Política Externa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 59; Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 117.

318 Expresso de 2 de Fevereiro de 1980, p. 14 e de 16 de Fevereiro de 1980, p. 1.

319 Expresso de 29 de Março de 1980, p. 20.

320 Expresso de 5 de Julho de 1980, p. 6.

321 Expresso de 5 de Dezembro de 1980, p. 2

A 4 de Dezembro, quando viajava para o Porto acompanhado por Adelino Amaro da Costa, segunda figura do CDS e ministro da Defesa, para participarem no comício da campanha do general Soares Carneiro, o candidato escolhido pela coligação para defrontar Eanes, Sá Carneiro, assim como os restantes passageiros e tripulação, morrem quando o avião que os transportava se despenha pouco depois da descolagem. Nas segundas eleições presidenciais sob a vigência da Constituição de 1976, ocorridas a 7 de Dezembro de 1980, três dias depois do trágico acontecimento, Eanes vence Soares Carneiro por uma confortável margem de 16 pontos percentuais (56,4% contra 40,2%), embora ligeiramente abaixo dos 61% de 1976. Sá Carneiro é sucedido por Pinto Balsemão, também fundador do PSD e um político mais cauteloso e menos favorável à AD³²².

322 Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade**. Vol. I. Barcarena: Editorial Presença, pp. 220-224; Reis, A. (1994) **Portugal. 20 Anos de Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.82-83.

IV. 2. A resposta de Eanes.

Com o governo liderado por Sá Carneiro, Ramalho Eanes é colocado, pela primeira vez, perante a situação de ter um executivo que, apesar de extremamente crítico em relação às iniciativas presidenciais no que aos novos países africanos respeitava, tem uma ideia muito clara de como devem ser estabelecidas as relações lusas com esses Estados. A concepção governamental relativamente ao papel que Portugal deveria assumir em relação às ex-colónias era, ainda por cima, próxima, como tivemos oportunidade de aventar, do pensamento que vinha sendo divulgado por Eanes. Simplesmente, pretendia retirar a grande margem de manobra de que o Presidente havia auferido no período anterior e “limpar” as veleidades terceiromundistas do “governo Pintasilgo”, ao mesmo tempo que diligenciava no sentido do estabelecimento de relações próximas com os novos Estados africanos, baseadas numa concepção pragmática dos interesses nacionais. Eanes, todavia, não se deixaria arredar facilmente do processo de reconciliação africano, onde tinha arrecadado tantos pontos em momentos precedentes.

Logo no discurso de tomada de posse do VI Governo Constitucional, em Janeiro, Ramalho Eanes pretendeu deixar claras as linhas através das quais considerava que o novo executivo se devia movimentar ao nível da política externa. Disse, assim, que o “governo que hoje toma posse desenvolverá a sua actividade no quadro de posições de política externa bem definidas, onde a opção de Portugal não oferece dúvidas a ninguém”. Essa posição incluía a “inserção progressiva na CEE”, a “vinculação à NATO” e “a normalização das relações de Portugal com os países de língua portuguesa”³²³. No mês seguinte, já Eanes havia percebido que o executivo de Sá Carneiro desejando, efectivamente, movimentar-se ao longo destas linhas “bem definidas”, pretendia afastar Belém do papel predominante que havia assumido no que à política africana dizia respeito. O Presidente da República não gostou, como vimos, das declarações que foram sendo veiculadas por membros do executivo contra as “diplomacias paralelas” e suscitou, no Conselho da Revolução, a discussão da “inflexão

323 Eanes, A. R. e Carneiro, F. S. (1980) **Posse do VI Governo Constitucional. Discursos proferidos pelos senhores Presidente da República General ramalho Eanes e Primeiro-Ministro, dr. Sá Carneiro, no Palácio da Ajuda em 3 de Janeiro de 1980.** Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, pp. 13-14.

da política externa nacional”. A resposta de Eanes consubstanciar-se-á, sobretudo, na utilização e reforço do prestígio que havia alcançado junto dos parceiros ocidentais de Portugal e nos países africanos de expressão portuguesa enquanto medianeiro do conflito luso-africano e promotor da posição do nosso país enquanto “ponte” entre os países desenvolvidos da Europa e os Estados mais pobres do continente africano. Assim, na recepção, em Março, ao ministro da Defesa de Cabo Verde, Eanes asseveraria que não “existirá, porque não é possível em função dos interesses nacionais, qualquer desvio duradouro à linha da política externa para com África” e que esta linha “não está dependente de quaisquer conjunturas ou acidentes históricos. É antes consequência necessária de uma apreciação realista das coordenadas internacionais em que Portugal se insere e, de um modo muito preciso, corresponde à linha natural de afirmação da Europa no mundo que não se pode jamais desligar da sua relação fraterna com África”³²⁴. Pretendia, desta forma, ser visto em África e na Europa como o garante do lado português da continuação da política do período anterior e que lhe ia, como temos visto, valendo elogios nos dois continentes.

No que aos países africanos dizia, especialmente, respeito, o momento alto deste período para o Presidente da República Portuguesa no ano de 1980 foi a visita oficial que efectuou a Cabo Verde entre 15 e 20 de Abril. Augusto de Carvalho, subdirector do Expresso, acompanhou toda a visita e referiu que “em toda a parte o clima foi o mesmo: fraternidade, vivas ao Presidente, ao povo português e ao 25 de Abril”³²⁵. Eanes seria, mesmo, coroado rei da Tabanca do Tarrafal e veria ser-lhe atribuída a cidadania honorária do Mindelo, dois actos extremamente simbólicos no sentido da consideração do Presidente português quase como cabo-verdiano³²⁶. A visita seria, tal como a de Aristides Pereira havia sido no ano anterior, marcada pelas incontáveis referências à “amizade duradoura” e “fraternidade” que ligavam os dois povos, baseadas numa “vivência cultural comum” e “simbiose sócio-cultural” criadas ao longo de uma “convivência multissecular”. Os “especiais laços de sangue” também funcionavam como factor de aproximação entre a população cabo-verdiana e portuguesa. Ramalho Eanes, na declaração inicial na conferência de imprensa dada no fim da visita, diria que

324 Declarações recolhidas pelo Expresso de 15 de Março de 1980, p. 2.

325 Expresso de 24 de Abril de 1980, p. 1-R.

326 Eanes, A. R. (1981) **Díálogo e cooperação: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa General Ramalho Eanes à República de Cabo Verde, de 15 a 20 de Abril de 1980**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, pp. 21-25; Expresso de 24 de Abril de 1980, p. 1-R.

“a palavra que mais facilmente me ocorre para resumir as relações luso-cabo-verdianas é (...) a palavra fraternidade” e, na recepção em honra do Presidente de Cabo Verde, asseguraria que a aproximação entre os dois países muito se devia à “possibilidade que tivemos [Ramalho Eanes e Aristides Pereira] de contactar (...) em ambiente de honestidade, em ambiente de verdade. Creio, pois – acrescenta Eanes – que estarei em condições, diria, com alguma ousadia, melhores condições, para realmente falar desta reaproximação entre Portugal e Cabo Verde, como obra fundamentalmente de Vossa Excelência”. Aristides Pereira, na mesma ocasião, referir-se-ia, com “profunda satisfação”, à presença de Eanes “neste país que fraterna e calorosamente o acolhe como representante máximo do povo português, como estadista clarividente e de extraordinária sensibilidade na apreensão dos problemas do seu povo e do seu país e no reconhecimento da necessidade de relações mais estreitas e equitativas entre a Europa e África”³²⁷. Ramalho Eanes colocava-se, assim – e era “colocado” por Aristides Pereira, o que também tem a sua importância –, como principal artífice, do lado português, das boas relações que se haviam conseguido atingir entre os dois países e com o restante espaço africano, em geral. Freitas do Amaral, como referimos, esteve bastante apagado ao longo de toda a visita, reconhecendo, em conversa com Augusto de Carvalho, que, genericamente, concordava com as posições defendidas pelo Presidente da República³²⁸. Perante um ambiente tão propício em relação à pessoa de Eanes e à instituição que representava, provavelmente, o executivo teria tido pouco espaço de manobra e mesmo os jornalistas estrangeiros pareciam reconhecer no Presidente a figura principal da política africana portuguesa. Robert Powell, da Reuters, por exemplo, é a Eanes que dirige a pergunta sobre se o Presidente Português tencionava “estabelecer alguma organização parecida ao Commonwealth britânico, para ligar Portugal às suas antigas colónias”. Eanes responde com um não redondo, afirmando “não ter cabimento o modelo britânico”³²⁹.

Pouco depois, no discurso comemorativo do 25 de Abril, o Presidente da República Portuguesa volta a insistir na temática da inserção externa portuguesa a nível “geopolítico, económico e estratégico” no “eixo das relações entre a Europa e África”.

327 Eanes, A. R. (1981) **Diálogo e cooperação: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa General Ramalho Eanes à República de Cabo Verde, de 15 a 20 de Abril de 1980**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, pp. 42, 52 e 62.

328 Expresso de 24 de Abril de 1980, p. 2-R.

329 Expresso de 24 de Abril de 1980, p. 4-R.

Mais importante, todavia, é o trecho em que refere que será nessa perspectiva do posicionamento internacional português que “se deve compreender o meu empenhamento em criar, com os países de expressão portuguesa, uma cooperação duradoura e permanente, isenta de ambiguidades, de falsas promessas ou quaisquer hipotecas”. E acrescenta: “dentro das competências que a Constituição me confere e de acordo com o que a defesa do interesse nacional obviamente impõe, não deixarei de conjugar todos os esforços para que estas linhas de política externa sejam efectivadas e desenvolvidas”³³⁰. Eanes, perante as críticas a que, como vimos, vinha sendo sujeito por parte do governo desde o começo do ano, tinha necessidade de se afirmar como actor da política externa portuguesa, sobretudo no que a África dizia respeito. O mesmo aconteceu na visita à Itália e Vaticano, na qual Freitas do Amaral não viajou na comitiva presidencial. Diz José Rocha Vieira, enviado do Expresso, que “a imprensa italiana (...) projectou de Ramalho Eanes duas imagens-força: o homem que pôs Portugal no caminho da estabilidade e o Presidente com influência numa parte significativa do Continente Africano”³³¹. Em Oslo, em visita oficial à Noruega nos alvares de Junho, Eanes voltaria a referir-se à posição de medianeiro que o nosso país poderia assumir entre os continentes europeu e africano – “como país da Europa do sul e com uma longa experiência e tradição histórica de convivência com a África, Portugal está consciente de que o estabelecimento de relações políticas abertas e de relações económicas justas entre as nações dos dois continentes assume uma importância determinante para a segurança e o desenvolvimento harmonioso dos países africanos e europeus”³³². No mês seguinte, na recepção ao Presidente da República Federal da Alemanha e a Jimmy Carter, Presidente dos EUA, Eanes continuaria a insistir no mesmo tipo de discurso, afirmando no primeiro caso que o nosso país tem procurado mover-se dentro de uma “política de afirmação externa que valorize maximamente a posição de Portugal, designadamente nas relações inter-europeias e na ligação com África”³³³ e no segundo

330 Eanes, A. R. (1981) **Comemoração do 25 de Abril: mensagem do Comandante Supremo das Forças Armadas; discurso do Presidente da República ao agraciar personalidades com a ordem da liberdade, e na Assembleia da República**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, pp. 26-29

331 Expresso de 24 de Maio de 1980, p. 6-R e ss.

332 Eanes, A. R. (1981) **Prosseguir uma acção conjunta: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes à Noruega de 3 a 6 de Junho de 1980**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, p. 31.

333 Eanes, A. R. (1981) **Reforçar e multiplicar laços de colaboração: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Federal da Alemanha a Portugal em 14 de Julho de 1980**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, p. 9.

que a “história” havia conferido ao nosso país a “capacidade de diálogo e entendimento com outros povos”. No comunicado final relativo a esta última visita ficaria gravado que “o Presidente Carter louvou, em particular, os esforços de Portugal no sentido de fortalecer os seus laços com a África e em especial com os países africanos de expressão portuguesa”³³⁴.

Tirando, provavelmente, os primeiros meses do seu primeiro mandato (sensivelmente até Maio de 1977), este foi o período em que, cremos, Eanes actuou, na política externa, de uma maneira mais cautelosa. Enfrentava, como referimos, um governo que tinha uma política africana bem estruturada, que tomava iniciativas de grande alcance com base nessa estratégia – caso do congelamento do contencioso económico com Moçambique – e que pretendia afastá-lo da intromissão na definição da política externa portuguesa. Para além disso, como também tivemos oportunidade de referir, o novo executivo desejava uma aproximação em relação aos países africanos de língua portuguesa e, não falando em vocação histórica ou simbioses culturais, almejava a entrada de Portugal na CEE e a inserção na NATO com o trunfo da proximidade em relação às ex-colónias e contava com uma maioria absoluta unida no Parlamento e com um político experiente à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Freitas do Amaral. Não podemos esquecer, também, que Eanes se submeteria, pela segunda vez, no final do ano, ao voto dos portugueses. Assim, esquece, neste período, as grandes iniciativas – tirando a viagem a Cabo Verde, com que, de resto, o novo executivo concordava como afirmou Freitas do Amaral e o pedido de amnistia de seis presos portugueses em Angola, que acabaram por ser libertados no final do ano³³⁵ – e procura actuar de forma mais discreta, embora igualmente firme. Num primeiro momento, procura rebater, sobretudo quando suscita a discussão no seio do Conselho da Revolução, a concepção governamental de que a definição da orientação da política externa cabia, de forma exclusiva, ao executivo, ao mesmo tempo que assegura, em Portugal e no estrangeiro, que a inserção internacional de Portugal se encontra definida desde há muito através de três vectores fundamentais: CEE, NATO e África. É neste sentido que podemos, por exemplo, ler as palavras que proferiu, a 23 de Junho numa conferência no Clube de Imprensa, de que “não são concebíveis muitas maneiras de

³³⁴ Eanes, A. R. e Carter, J. (1981) **Incrementar a paz, a liberdade e a prosperidade: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente dos Estados Unidos da América, Jimmy Carter, a Portugal em 20 de Julho de 1980**. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, pp. 15 e 27.

³³⁵ Expresso de 5 de Dezembro de 1980, p. 2.

satisfazer o interesse nacional num país pequeno e com uma importância limitada nos assuntos mundiais como é Portugal”³³⁶. Por outro lado, e agora sobretudo quando se desloca ao estrangeiro, como vimos, almeja afirmar-se como o garante último desta continuidade na política externa e, sobretudo, dos sucessos da política africana de Portugal, mesmo que o governo tergiversasse na matéria. Diz, sobre isto, na conferência a que acabámos de fazer referência que se “tem verificado que enquanto os responsáveis pelos outros Estados compreendem, com bastante precisão, as nossas posições e, no caso dos países amigos, as apoiam em termos significativos, tal nem sempre acontece em Portugal onde, a julgar pelos sintomas, algumas dúvidas subsistem”³³⁷. Conseguiu, desta forma, manter-se à tona das águas da política externa nacional e não perder a mão em relação à política africana, relativamente à qual continuava a ser elogiado no Vaticano, nos EUA e em África, como vimos. Alguma imprensa, por outro lado, de que podemos, a título de exemplo, destacar um artigo de Eduardo Paz Ferreira³³⁸ e outro de José Freire Antunes³³⁹, começa a questionar a razão pela qual o governo não utiliza o prestígio internacional do Presidente da República. O período que se segue seria, assim, como veremos, depois da morte de Sá Carneiro e com a reeleição confortável de Eanes, mais cómodo para este último no sentido do lançamento de novas iniciativas no que às ex-colónias portuguesas dizia respeito.

336 Eanes, A. R. (1981) **Democracia portuguesa: conferência do Presidente da República, General Ramalho Eanes, no Clube de Imprensa**. Lisboa: Com. Inst. do Clube de Imprensa, p. 22.

337 Eanes, A. R. (1981) **Democracia portuguesa: conferência do Presidente da República, General Ramalho Eanes, no Clube de Imprensa**. Lisboa: Com. Inst. do Clube de Imprensa, p. 21.

338 Expresso de 7 Junho de 1980, p. 9

339 Expresso de 21 de Junho de 1980, p. 7-R e ss.

IV. 3. Os VII e VIII Governos Constitucionais – A revisão constitucional e a aproximação Eanes-Balsemão.

Francisco Pinto Balsemão sucede a Sá Carneiro na presidência do PSD e na liderança do executivo, depois da repentina morte deste. Ao contrário do primeiro líder dos sociais-democratas, Balsemão apostaria, política e economicamente, numa atitude mais cautelosa – em vez da estratégia de pressão constante sobre o PS, no sentido de conseguir cedências profundas na revisão constitucional ordinária de 1982, preferia apostar num entendimento de regime mais moderado com os socialistas. Esta postura ia-lhe valendo críticas substanciais dentro do próprio partido (encabeçadas pelo duo Cavaco Silva/ Eurico de Melo, ex-ministros das Finanças e Administração Interna, respectivamente) e, mesmo, ainda que de forma muito mais discreta, por parte de Freitas do Amaral, parceiro de coligação, mas que não integrava o VII Governo Constitucional. Será no sentido de clarificar os apoios que Balsemão fará, no Verão de 1981, cair o primeiro executivo sob a sua liderança – que havia tomado posse no início do ano – e formará novo governo, desta feita contando com o líder do CDS como vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa. O VIII Governo Constitucional não terá, apesar destas operações, a vida mais facilitada que o VII, na medida em que vê aumentar a contestação dentro das hostes sociais-democratas e o agravar da situação económica³⁴⁰. A atitude conciliatória de Balsemão e a relativa fragilidade dos executivos que chefiou marcariam, ao longo deste período, a actuação governamental também no que à política externa dizia respeito, o que acabou por consubstanciar uma mudança em relação ao consulado de Sá Carneiro.

Não obstante, os Programas de Governo do VII e VIII Governos Constitucionais – muito similares no conteúdo – não se afastam muito, no que às relações externas diz respeito, da orientação do documento que os precedeu. É desta forma que as duas prioridades apontadas continuam a ser a “integração na Europa” e a “fidelidade à Aliança Atlântica”. As relações com os países africanos de língua portuguesas passam, todavia, a merecer um ponto próprio, emancipando-se do objectivo primacial de “promoção da língua e cultura portuguesas” em que o Programa do VI Governo

340 Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade**. Vol. I. Barcarena: Editorial Presença, pp. 222-229; Reis, A. (1994) **Portugal. 20 Anos de Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 82-83.

Constitucional as tinha inserido. Mantém-se, ainda assim, a referência ao “pragmatismo” com que se pretendia abordar a aproximação luso-africana, na “base de uma relação Estado a Estado, sem ingerência nos assuntos internos de qualquer das partes” e, ainda, a advertência de que “a competência genérica para conduzir a política externa pertence ao Governo, e este assumi-la-á plenamente”³⁴¹. No discurso de tomada de posse do VII Governo Constitucional, Balsemão volta a enfatizar o pragmatismo com que pretendia imbuir as relações luso-africanas, afirmando desejar chegar a “entendimentos consistentes, conscientes e úteis” que “não se reduzam a declarações platónicas”. Realça, também, os “laços profundos que nos unem a esses países”³⁴² e, no discurso de apresentação do Programa de Governo, sublinha a “língua” como “património comum”³⁴³. Para ministro dos Negócios Estrangeiros do VII e VIII Governos, Balsemão escolheria André Gonçalves Pereira, um independente e professor de Direito Internacional Público. O mesmo cargo seria assumido, no VIII Governo, a partir de Junho de 1982, por Vasco Fatcher Pereira, diplomata de carreira.

A atitude cautelosa que Eanes havia assumido perante o executivo de Sá Carneiro continuará a marcar a actuação da Presidência da República durante a vigência do primeiro executivo liderado por Balsemão. Assim, os dois discursos pronunciados pelo Chefe de Estado português em Janeiro de 1981 não trazem informações novas ou avançam alguma ideia sobre uma mudança de estratégia. Na tomada de posse, o Presidente limitar-se-ia a frisar a vocação universalista do povo português e a asseverar a continuidade da orientação da política externa nacional – “as linhas fundamentais da nossa política externa estão claramente definidas no que se refere à Europa, à Aliança Atlântica, aos Estados da África e da América Latina a que nos ligam fortes laços de história e de interesse mútuo, e aos países árabes”³⁴⁴. Cinco dias antes, na tomada de

341 Ponto 3, Capítulo I e Ponto 4, Capítulo II do Programa do VII Governo Constitucional e Ponto 6, Capítulo I e Ponto 2, Capítulo II do Programa do VIII Governo Constitucional.

342 Eanes, A. R. e Balsemão, F. P. (1981) **Posse do VII Governo Constitucional: discursos proferidos pelos senhores Presidente da República, General Ramalho Eanes, e Primeiro-ministro, Dr. Pinto Balsemão, no Palácio da Ajuda, em 9 de Janeiro de 1981**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p. 24.

343 Balsemão, F. P. (1981) **Programa do VII Governo: texto de programa. Discursos do Primeiro-ministro, Dr. Pinto Balsemão, na apresentação do programa à Assembleia da República e no encerramento dos debates**. Lisboa: Dir. - Geral da Divulgação, p. 13.

344 Eanes, A. R. e Almeida, L. R. (1981) **Na investidura do Presidente da República: discursos proferidos na Assembleia da República, em 14 de Janeiro de 1981, pelo Presidente da Assembleia da República, Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, e pelo Presidente da República reeleito, General António Ramalho Eanes**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p. 28.

posse do executivo, havia sido ainda mais parco de palavras no que às relações externas se referia, asseverando, somente, que subsiste, por escolha do “povo português”, uma “definição clara das principais opções gerais” do Estado, nas quais se inseria a “plena integração na Europa” e a “presença responsável na NATO”³⁴⁵. Nas comemorações do 25 de Abril, faria referência à opção europeia assumida pelo nosso país que mantinha, “no quadro de interesses comuns e de benefícios para a Europa, relações de amizade e de cooperação com Estados em diversos continentes e, em especial, com os povos dos Estados africanos de língua oficial portuguesa”³⁴⁶.

Nos primeiros oito meses do ano de 1981, assim, como veremos, as iniciativas diplomáticas em relação aos novos países africanos estiveram, essencialmente, dependentes do governo. A Presidência da República esperava para ver, mas, ainda assim, mantinha para com o novo executivo uma atitude mais compromissória do que aquela que havia sido estabelecida para com Sá Carneiro, o que permitiu, em finais de Março, que se resolvesse o problema da colocação de Maria de Lourdes Pintassilgo (ex-embaixadora de Portugal na UNESCO). Em relação a Cabo Verde, há a notar, somente, o pedido de Aristides Pereira, aquando de nova visita a Lisboa, de que Portugal contribuisse com assistência militar no sentido da modernização das Forças Armadas do arquipélago, o que tem importância porque evidencia a posição de não-alinhamento que o país pretendia imprimir à respectiva política externa³⁴⁷. No que respeitava à Guiné-Bissau, cumpriu, apenas, que se resolvesse o problema relativo à expulsão do correspondente da ANOP (Agência Noticiosa Portuguesa) no território, o que, apesar da firmeza portuguesa na gestão da questão, esteve longe de causar mocha considerável nas relações luso-guineenses³⁴⁸. Com Angola, o clima de desanuviamiento em que tinha entrado o relacionamento com Portugal a partir da segunda metade de 1980, fazia com que um crescente número de empresas nacionais se fosse estabelecendo no país. Seria, então, em relação a Moçambique que o VII Governo Constitucional levaria a cabo as

345 Eanes, A. R. e Balsemão, F. P. (1981) **Posse do VII Governo Constitucional: discursos proferidos pelos senhores Presidente da República, General Ramalho Eanes, e Primeiro-ministro, Dr. Pinto Balsemão, no Palácio da Ajuda, em 9 de Janeiro de 1981**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p. 11.

346 Eanes, A. R. et al. (1981) **A esperança de Abril: discursos do Presidente da República General Ramalho Eanes, e do Presidente da Assembleia da República, Dr. Ribeiro de Almeida, nas celebrações do 25 de Abril; Mensagem do Conselho da Revolução aos portugueses**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p. 25.

347 Expresso de 6 de Junho de 1981, p. 1.

348 Expresso de 28 de Março de 1981, p. 1.

iniciativas diplomáticas mais importantes, no que aos novos países de expressão portuguesa diz respeito. Como tivemos oportunidade de referir, o congelamento do contencioso financeiro através de carta de Sá Carneiro a Samora Machel foi muito bem visto pelas autoridades moçambicanas, possibilitando que se entrasse, no que à aproximação com Portugal dizia respeito, no melhor período desde a independência. Desta forma, em Março, Joaquim Chissano, ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, foi recebido cordialmente em Portugal, onde permaneceu por mais meio dia do que o previsto, no sentido de garantir a libertação de três prisioneiros portugueses no Maputo³⁴⁹. O sucesso da visita contribuiria para o resultado muito positivo que se atingiu na sequência da deslocação de Leonardo Matias, secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, a Moçambique, em finais de Maio. As conversações levadas a cabo durante esta viagem permitiram a assinatura de três importantes acordos – no domínio da saúde, comercial e de cooperação económica – e a sanção da questão relativa à oposição moçambicana à presidência do conselho de administração da Hidroeléctrica de Cahora Bassa por António Martins – este seria substituído por Castro Fortes, anterior director do Gabinete Coordenador do Alqueva³⁵⁰. O êxito da deslocação seria resumido por Prakash Ratilal, vice-governador do Banco de Moçambique, como um “virar de página das relações entre os dois países”³⁵¹.

O momento positivo no relacionamento luso-africano é reconhecido, também, pelo primeiro-ministro, em comunicação ao país através da televisão em 3 de Julho de 1981. Diria Balsemão que, “no que toca às relações com países do terceiro mundo, verificou-se um autêntico salto qualitativo, traduzido na intensificação dos contactos com Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, caminhando-se, em clima de abertura e cordialidade, para uma normalização das relações a todos os níveis”³⁵². O Programa do VIII Governo Constitucional, apresentado à Assembleia da República em Setembro, repetiria o reconhecimento, realçando que “as relações com Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde

349 Expresso de 28 de Março de 1981, pp. 1 e 14; MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, p. 194; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, p. 48.

350 Expresso de 7 de Março de 1981, p. 16, de 23 de Maio de 1981, p. 16 e de 30 de Maio de 1981, pp. 16 e 24.

351 Expresso de 30 de Maio de 1981, p. 24.

352 Balsemão, F. P. (1981) **Seis meses do VII Governo: um projecto nacional, uma política para o executar**. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, p. 15.

atravessam um ponto alto de compreensão, relacionamento mútuo e inclusivamente de desenvolvimento de acções comuns, que o Governo se propõe manter e ainda, sempre que possível, melhorar”³⁵³. Em Janeiro de 1982, Eanes associar-se-ia a este elogio da orientação da política externa nacional, afirmando que a “evolução” da mesma “verificada nos últimos anos tem confirmado a adequação e o realismo das linhas concebidas e da concepção geral que as orienta”³⁵⁴. Seria, de facto, no período de vigência do VIII Governo Constitucional que aqui nos ocupa – de Setembro de 1981 a Setembro de 1982, quando é promulgada a primeira revisão constitucional ordinária³⁵⁵ – que, cremos, governo e Presidência da República melhor se ajustaram no sentido da prossecução de uma política africana comum e concertada, embora com algum predomínio de Belém. Excluimos o período dos governos de iniciativa presidencial, na medida em que durante esse momento o Presidente da República terá, mesmo, assumido posição cimeira no processo de aproximação luso-africana, não se podendo falar, propriamente, de coordenação com o executivo.

Neste último ano do período que é objecto do presente trabalho, os três acontecimentos fundamentais nas relações luso-africanas foram as deslocações de Eanes a Moçambique e Angola (Novembro de 1981 e Abril de 1982, respectivamente) e de Balsemão a Moçambique (Junho de 1982). Na política nacional, as atenções concentravam-se, contudo, na revisão constitucional, nos ajustamentos entre os partidos da Aliança Democrática e o PS no sentido de a concretizarem e nas tentativas de Ramalho Eanes para obstar a uma perda substancial de prerrogativas. O processo de negociação vai, todavia, avançando no sentido de uma substancial redução das atribuições presidenciais, consubstanciada na passagem do controlo das Forças Armadas para o governo, na extinção do Conselho da Revolução e na supressão da responsabilidade política do primeiro-ministro e governo perante o Presidente da República. Apesar de uma proposta avançada no começo do ano pelo PS no sentido de passar a ser Belém a conduzir a política externa nacional, o acordo final concentraria,

353 Ponto 6, Capítulo I do Programa do VIII Governo Constitucional.

354 Eanes, A. R. (1982) **Mensagem de Ano Novo dirigida aos portugueses pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes em 1 de Janeiro de 1982**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p. 12.

355 A primeira revisão constitucional seria promulgada a 24 de Setembro de 1982, publicada no dia 30 do mesmo mês, tendo entrado em vigor trinta dias depois. O VIII Governo Constitucional viria a cair, somente, no final do ano, período que escapa da índole do presente trabalho.

como veremos, essa prerrogativa no governo³⁵⁶. Perante o ambiente político retratado, marcado pelas disputas políticas entre Eanes e os líderes da AD e PS, é surpreendente que, de facto, a política africana, sobretudo nos três eventos a que fizemos referência, se tenha processado em ambiente de relativa concatenação.

Entre 24 e 27 de Novembro, Ramalho Eanes deslocou-se a Moçambique. Antes disso, todavia, o Presidente da República encontrar-se-ia com o primeiro-ministro no sentido de preparem a viagem que contaria com a participação do ministro dos Negócios Estrangeiros. Samora Machel desejava que o clima da visita fosse o melhor possível e, no sentido de garantir a Balsemão que, do lado moçambicano, não se pretendia introduzir nenhum elemento perturbador do relacionamento entre Belém e S. Bento no que à política externa respeitava, envia, nos alvares de Novembro, Aquino de Bragança, director do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e personalidade bastante próxima de Samora Machel, a Lisboa³⁵⁷. O resultado da viagem presidencial foi bastante positivo, sobretudo ao nível do alargamento das relações económicas e serviu, apesar da concertação entre Belém e S. Bento, para colocar Eanes, novamente, numa posição de maior importância no que à política externa em relação a África dizia respeito, o que não acontecia desde o primeiro governo da AD³⁵⁸. O Presidente da República voltava, assim, de alguma forma, a assumir a posição de principal interlocutor do lado português com as autoridades das ex-colónias africanas, o que é reconhecido, por exemplo, em Dezembro, por François Mitterrand, em visita a Portugal³⁵⁹. Não obstante, o governo não fazia tensões de perder toda a iniciativa em relação a África, atitude que é reconhecida, designadamente, em Moçambique, cujas autoridades convidam Balsemão a visitar o país no ano de 1982³⁶⁰. A deslocação do primeiro-ministro ocorre em finais de Junho de 1982 e saldar-se-ia, igualmente, num grande sucesso diplomático, tendo Balsemão sido recebido com

356 Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade**. Vol. I. Barcarena: Editorial Presença, pp. 227-229; Reis, A. (1994) **Portugal. 20 Anos de Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 116-117; Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, pp. 192-193; Expresso de 23 de Janeiro de 1982, pp. 8-R e 9-R, de 13 de Março de 1982, p. 1 e de 25 de Setembro de 1982, p. 1.

357 Expresso de 31 de Outubro de 1981, p. 1, de 7 de Novembro de 1981, p. 1 e de 21 de Novembro de 1981, p. 2.

358 Expresso de 28 de Novembro de 1981, pp. 1 e 2.

359 Expresso de 19 de Dezembro de 1981, p. 3.

360 Expresso de 5 de Dezembro de 1981, p. 1.

honras de Chefe de Estado³⁶¹. Diria Machel, no rescaldo da viagem, que “as portas de Portugal para a África não podem ser outras senão Maputo e Luanda – assim como as portas de Moçambique e Angola para a Europa devem passar por Lisboa”³⁶². Seria assinado um primeiro protocolo adicional ao acordo de cooperação económica entre os dois países e um outro acordo de cooperação nos domínios da comunicação social. A contribuição de Eanes para o sucesso da visita governamental é realçada por Luís Fontoura, secretário de Estado da Cooperação, ao afirmar não se poder “ignorar que boa parte do êxito da visita do primeiro-ministro a Moçambique teve como pressuposto a visita de Eanes, algum tempo atrás”³⁶³. O entendimento entre governo e Presidência da República no tocante à questão africana teria, em relação a Moçambique, como consequência que se entrasse no período mais fecundo de relacionamento desde a independência, com as visitas a Portugal dos ministros moçambicanos da Segurança e Indústria e do secretário de Estado das Pescas³⁶⁴. O secretário de Estado português da Exportação deslocar-se-ia ao Maputo, no sentido de assinar um acordo que permitiria a entrada do camarão e açúcar moçambicanos com isenção de direitos aduaneiros e os contactos entre Alberto Chipande, ministro moçambicano da Defesa e as autoridades nacionais permitiriam que aquele país africano pudesse adquirir fardamento militar e armamento ligeiro de fabrico português³⁶⁵.

Em relação a Moçambique, apesar de algumas acusações moçambicanas da conivência de membros do maior partido da coligação governamental com elementos da Resistência Nacional Moçambicana, designadamente, Evo Fernandes, os importantes passos dados no ano de 1980 por Balsemão e, sobretudo, por Sá Carneiro, no sentido do encerramento do contencioso económico levaram a que as autoridades de Maputo mantivessem uma atitude igualmente positiva relativamente ao Presidente da República e ao governo português. Com Angola, a situação seria um pouco diferente, na medida

361 Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, pp. 45-46.

362 Expresso de 26 de Junho de 1982, pp. 1 e 3, de 3 de Julho de 1982, pp. 4, 5 e 14 e de 10 de Julho de 1982, p. 6 e 15-R-16-R.

363 Expresso de 10 de Julho de 1982, p. 6.

364 MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 112-113.

365 Expresso de 20 de Março de 1982, pp. 12-13, de 5 de Junho de 1982, pp. 1-2, de 21 de Agosto de 1982, p. 12, de 4 de Setembro de 1982, p. 12, de 23 de Outubro de 1982, p. 1 e de 30 de Outubro de 1982, pp. 12-13; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, p. 48.

em que fora Eanes o motor principal da aproximação, como vimos. Para além disso, neste período, o CDS envolve-se em negociações com a UNITA, em Marrocos, no sentido de serem libertados duas dezenas de prisioneiros portugueses feitos pelo movimento que combatia o governo do MPLA. Apesar das garantias dadas pelos centristas de que, oficialmente, não reconheciam o movimento e de que o Estado português não se encontrava envolvido nas negociações, as autoridades angolanas não viram com bons olhos a iniciativa que os fazia desconfiar de conluíus do partido júnior da coligação governamental com elementos que visavam desestabilizar o executivo de Luanda³⁶⁶. Durante a visita de Eanes ao país, em Abril de 1982, José Eduardo dos Santos referir-se-ia à situação afirmando que o “exemplo mais recente que nos foi brindado pelos saudosistas do colonial fascismo é a tragicomédia de produção CDS, orientada pelo imperialismo e tendo como artista principal não os ditos dezasseis portugueses libertados, mas o renegado Savimbi ele próprio produto da ex-Pide-DGS e instrumento dócil do imperialismo e do seu testa de ferro o regime racista de Pretória”³⁶⁷.

Desta forma, durante a deslocação, os louvores das autoridades angolanas foram todos dirigidos ao Presidente português, lembrando o seu “ensejo de tocar profundamente no coração dos angolanos pelo significado de que se revestiu a sua presença nas exéquias do saudoso Presidente Agostinho Neto” e o “desanuviamiento operado com o histórico Encontro de Bissau”. Eanes responderia, elogiando Neto, realçando o “espírito de Bissau” e condenando as incursões sul-africanas no território angolano e o *apartheid*. Muito expressivamente, diria que, “no conflito actual, a posição de Portugal é de apoio à República Popular de Angola”. A visita, ainda nas palavras do Presidente português, havia “excedido largamente as expectativas” e aberto “uma nova idade das nossas relações”³⁶⁸. Deste clima positivo nos dá conta, igualmente, Augusto de Carvalho, director-interino e enviado especial do Expresso, descrevendo “a forma impressionante” como foi recebido Eanes, tendo “a cidade [vindo] para a rua ver passar o cortejo presidencial”. Realça, também, a colaboração entre o governo e a Presidência

366 Expresso de 13 de Fevereiro de 1982, p. 1 e de 9 de Abril de 1982, p. 11-R.

367 Eanes, A. R. (1982) **Visita presidencial a Angola: discursos proferidos durante a visita oficial que o Presidente da República, General Ramalho Eanes, fez a Angola 16 a 19 de Abril de 1982**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p.10.

368 Eanes, A. R. (1982) **Visita presidencial a Angola: discursos proferidos durante a visita oficial que o Presidente da República, General Ramalho Eanes, fez a Angola 16 a 19 de Abril de 1982**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, pp. 8-9, 15-18, 26 e 32.

da República no sentido de que tudo corresse bem na visita “unanimemente considerada a mais importante e talvez a mais eficaz de todas as que até hoje foram realizadas pelo chefe de Estado”. Desta forma, apesar de algumas tentativas dentro da Aliança Democrática para que o sucesso da deslocação não fosse acompanhado pelo governo, seguiram para Luanda com Eanes o ministro da Indústria e os secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros, Turismo, Planeamento, Ensino Superior, Indústria e Transportes Exteriores, que contribuíram para a assinatura de um importante protocolo no âmbito do turismo. A coordenação com o executivo materializou-se, igualmente, na iniciativa de Eanes de dar, previamente, a ler os seus discursos a Leonardo Matias, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros³⁶⁹. Em relação a Angola, portanto, apesar de alguma desconfiança do executivo de Luanda, o relacionamento com a antiga metrópole estava, também, num dos melhores momentos desde a independência, o que permitiria, por exemplo, que, em finais de Setembro de 1981, fosse entregue ajuda humanitária portuguesa na sequência da invasão de tropas sul-africanas, que em Fevereiro do ano seguinte, Balsemão fosse convidado a visitar o país ou que um conjunto de construtoras portuguesas participasse, em conjunto com a União Soviética, em projectos de aproveitamento hidroeléctrico do rio Cuanza³⁷⁰. No ano que mediou entre os meses de Setembro de 1981 e 1982, foi possível, desta forma, assinar dois importantes acordos de cooperação com Angola, um no domínio da saúde e outro no campo económico³⁷¹.

Relativamente aos dois grandes novos países africanos – Angola e Moçambique – parece-nos que a coordenação das iniciativas presidenciais com a actuação governamental se saldou em resultados muito positivos. No que respeitou aos restantes territórios que anteriormente haviam composto o conjunto das possessões portuguesas em África – Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – a actuação presidencial foi mais do que discreta, limitando-se a preparar a visita a Bissau em Dezembro de 1982 – que tocaremos, ainda que ao de leve, por escapar ao limite temporal deste trabalho, na conclusão do mesmo. O governo pôde, assim, continuar o trabalho de aproximação que vinha sendo posto em prática, de forma relativamente coerente, desde as respectivas

369 Expresso de 17 de Abril de 1982, pp. 1-2 e 12 e de 24 de Abril de 1982, pp. 7 e 14.

370 Expresso de 26 de Setembro de 1981, p. 2, de 13 de Fevereiro de 1982, p. 1 e de 27 de Março de 1982, p. 16.

371 MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, p. 191; MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, pp. 43-44.

independências. No tocante a S. Tomé e Príncipe há a assinalar, neste momento, somente o protocolo firmado com o Ministério da Cultura no sentido do envio de livros para o arquipélago³⁷². Com Cabo Verde foi assinado um segundo protocolo adicional ao acordo judiciário, uma convenção sobre segurança social e dois acordos relativos à cobrança de alimentos e funcionalismo público, respectivamente. A Guiné-Bissau desejava aumentar a cooperação militar com Portugal, como forma de compensar a dependência da União Soviética e consegue que o nosso país lhe forneça uniformes e preste formação a quadros superiores³⁷³. Para além disso, vê ser-lhe aprovada uma linha de crédito no valor de 50 milhões de dólares e concedida a doação de livros adquiridos pelo Ministério da Cultura português³⁷⁴.

372 Expresso de 9 de Outubro de 1982, p. 1.

373 Expresso de 27 de Fevereiro de 1982, p. 2.

374 Expresso de 20 de Março de 1982, p. 16 e de 9 de Outubro de 1982, p. 1.

Conclusão.

A revisão constitucional de 1982, como tivemos oportunidade de assinalar, consubstanciar-se-ia, genericamente e no âmbito que aqui nos interessa, numa clara redução dos poderes presidenciais – o controlo das Forças Armadas passou para o governo, caiu a responsabilidade política do primeiro-ministro e do executivo em relação ao Chefe de Estado e foi extinto o Conselho da Revolução. No âmbito das relações externas, a ambiguidade normativa relativa à condução das mesmas, a que nos referimos no primeiro capítulo do trabalho que se apresenta e que foi, como demos conta, aproveitada pelo Presidente da República para lançar, a partir de Belém, iniciativas diplomáticas autónomas, e por vezes contrárias, àquelas preconizadas pelo executivo foi sanada com a nova redacção do artigo 204.º n.º 1 da CRP (actual artigo 201.º n.º 1). À norma foi acrescentada uma alínea c) que estatuiu que “Compete ao primeiro-ministro: (...) c) Informar o Presidente da República dos assuntos respeitantes à **condução da política** interna e **externa** do país” (ênfase nosso) ³⁷⁵. A norma é, particularmente, clara, o que não daria a Eanes outra hipótese que não capitular neste âmbito, admitindo, em Dezembro, que só marcaria viagens, depois de recebida a lista de prioridades ao nível da política externa elaborada pelo governo ³⁷⁶.

Feita a revisão constitucional, a crise que vinha minando o executivo da AD agrava-se e leva à demissão das lideranças do PSD e CDS. Perante o afastamento de Pinto Balsemão e Freitas do Amaral, Eanes decide convocar eleições legislativas antecipadas para 25 de Abril de 1983, que haviam de ser ganhas pelo PS, com pouco mais de um terço dos votos. Perante a necessidade de assinatura de novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, a solução encontrada pelos dois maiores partidos é formarem um governo conjunto – Bloco Central – chefiado por Soares que toma posse a 9 de Junho ³⁷⁷. A nova ascensão de Soares teria um impacto crucial nas relações luso-africanas que se começaria a notar logo a partir de finais de 1983. Até lá, todavia, a

375 Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade**. Vol. I. Barcarena: Editorial Presença, pp. 227-229; Reis, A. (1994) **Portugal. 20 Anos de Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 116-117; Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, pp. 192-193; Amaral, D. F. (2008) **A Transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 250-251.

376 Expresso de 18 de Dezembro de 1982, p. 3.

377 Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade**. Vol. I. Barcarena: Editorial Presença, pp. 229-236.

forma como se processa a deslocação de Eanes à Guiné-Bissau, em finais de 1982, e do Presidente Samora Machel a Portugal, em Outubro de 1983, dão-nos a ideia de que o relacionamento positivo conquistado nos anos anteriores se manteria. Em Bissau, Eanes é recebido em “clima de festa” e fala, como habitualmente, dos “laços estreitos de amizade e de um passado comum” que ligam os dois países e do “desenvolvimento de um efectivo diálogo Norte/Sul”. Nino Vieira realçaria que a segunda visita do Presidente português ao país era o “testemunho inequívoco do entendimento, da amizade e da cooperação frutuosa existentes entre os nossos dois países e povos” e garantiria o fornecimento de armamento ligeiro português³⁷⁸. Na recepção a Machel, Eanes elogiaria a “longa amizade” e o “bom entendimento” que uniam os dois países, alertando, todavia, para o facto de não ter sido “fácil o caminho que tornou possível este nosso reencontro fraterno”. O Presidente moçambicano referir-se-ia aos “laços fortes de amizade e solidariedade que unem o povo português e o povo moçambicano”³⁷⁹.

Não obstante, a orientação da política externa do novo governo, em que Jaime Gama, do PS, assumiria as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, mais preocupado com a adesão à CEE que se aproximava e marcado pela idiossincrasia particular de Soares no que a África dizia respeito, faria com que, pelo menos no que a Angola e a Moçambique dizia respeito, um certo retrocesso na aproximação lusa se materializasse. Isto, apesar dos recados que Eanes ia deixando, como fez, por exemplo, aquando da referida visita de Samora Machel – “[Em Portugal], como Vossa Excelência sabe, Senhor Presidente, tanto em termos das posições partidárias como em termos da legitimidade eleitoral, os objectivos de relacionamento fraterno, de estreita cooperação e de integral respeito pelas soberanias dos Estados africanos que se exprimem oficialmente na língua portuguesa não estão em dúvida ou em debate”³⁸⁰. Apesar disto, do lado africano, aumentavam as desconfianças em relação à movimentação de elementos da UNITA e RENAMO (a Resistência Nacional Moçambicana,

378 Eanes, A. R. (1983) **Viagem presidencial à República da Guiné-Bissau e à República Democrática e Popular da Argélia: discursos oficiais**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, pp. 7, 13-15; Expresso de 4 de Dezembro de 1982, pp. 1-2 e de 10 de Dezembro de 1982, pp. 1-3.

379 Eanes, A. R. e Machel, S. (1983) **Viagem a Portugal do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel: discursos proferidos durante a visita do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, a Portugal, 8 a 11 de Outubro de 1983**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, pp. 7 e 16.

380 Eanes, A. R. e Machel, S. (1983) **Viagem a Portugal do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel: discursos proferidos durante a visita do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, a Portugal, 8 a 11 de Outubro de 1983**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, p. 8.

anteriormente conhecida por R.N.M.) na proximidade de S. Bento e das Necessidades. O relacionamento nacional com Angola e Moçambique passaria por um momento difícil, no entanto não tão complicado como aquele que se tinha vivido em 1976 (com o regime do MPLA) ou 1979 (com as autoridades moçambicanas). A atitude pragmática de Cavaco Silva, o primeiro-ministro do PSD que assumiria funções em 1985, voltaria a encaminhar as relações luso-africanas para a via da proximidade³⁸¹.

Assim, a actuação das autoridades portuguesas que foram definindo a orientação da política externa portuguesa entre os anos de 1976 e 1982 acabou por se traduzir num resultado positivo, no médio e longo prazo, no âmbito do relacionamento português com as suas ex-colónias africanas. Como tivemos oportunidade de fazer notar, o Presidente Eanes empenhou-se muito, apoiado, sobretudo, nas concepções do major Melo Antunes e utilizando as prerrogativas e ambiguidades do texto constitucional, no processo de aproximação luso-africana. O avanço progressivo no sentido de simplificação, desanuviamento e, depois, mesmo, aproximação considerável, em relação aos países saídos do Império Português em 1974-1975, não foi, todavia, obra exclusiva do Presidente da República. Muitas foram as iniciativas diplomáticas lançadas pelas Necessidades e S. Bento, em conjugação, ou não, com as acções de Belém, que obtiveram resultados bastante satisfatórios na aproximação luso-africana. Coadunando-se, ou subordinando-se, mesmo, no caso dos governos de iniciativa presidencial, actuaram na política africana os executivos liderados por Nobre da Costa, Mota Pinto, Maria de Lourdes Pintassilgo e Pinto Balsemão. Esta junção de esforços (dos executivos referidos e da Presidência da República) traduziu-se em iniciativas concretas que contribuíram de forma significativa para o relacionamento luso-africano. A visita presidencial à Guiné-Bissau, a recepção do Presidente de Cabo Verde, a participação no funeral de Agostinho Neto e o apoio à participação portuguesa na conferência dos Não Alinhados em Cuba, em 1979, e as deslocações de Eanes a Angola e Moçambique, em 1981-1982 e de Pinto Balsemão a Moçambique em 1982 foram passos importantes e

381 MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 108-109 e 113-116; Figueiredo, A. (1986) "Portugal and Africa". In Maxwell, K. (editor) **Portugal in the 1980's. Dilemmas of Democratic Consolidation**. Westport: Greenwood Press, pp.101-107; Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994**. Braamfontein: South African Institute of International Affairs, pp. 50-58 e 61-70; MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito: pp. 266-267, 269-271, 273-276 e 277-281; MacQueen, N. (2003) Re-defining the "African Vocation": Portugal's Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, pp. 192 e 194-195.

significativos para o melhoramento do relacionamento luso-português tomados de forma concertada pelo Presidente da República e os executivos respectivos. Importantes medidas foram, igualmente, tomadas quando Eanes agia de forma concertada com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, ainda que o primeiro-ministro respectivo não fosse favorável ao caminho que Belém e as Necessidades procuravam trilhar. Exemplos deste tipo de actuação positiva para o relacionamento português com os novos países africanos foram postos em prática no I e II Governos Constitucionais, liderados por Soares que, como sabemos, estava longe de ser um entusiasta da aproximação luso-africana tal como preconizada por Eanes. Na vigência do I Governo Constitucional, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, contra a opinião de Soares, concordou com a sugestão presidencial de ser incumbido um enviado de demonstrar o apoio português às autoridades de Luanda depois do golpe de Nito Alves, situação que muito sensibilizou Agostinho Neto. No ano seguinte, já na vigência do II Governo Constitucional, o novo encarregado da pasta dos Negócios Estrangeiros enviou uma equipa do Ministério para aproveitar a Cimeira de Bissau para assinar um Acordo de Cooperação Geral com Angola.

A situação supra retratada não quer significar que quando Belém e S. Bento actuavam de forma desarmónica, fazendo surgir o conflito e as referências às “diplomacias paralelas”, os resultados no âmbito do relacionamento luso-africano fossem piores. Foi o executivo liderado por Sá Carneiro, com um contributo muito pessoal do próprio primeiro-ministro, que tomou a decisão de encerrar o contencioso financeiro com Moçambique. Esta situação foi, como tivemos oportunidade de referir, encarada com óbvio agrado no Maputo e as suas autoridades agiram, depois, sempre no sentido de não privilegiar a relação com a Presidência da República em detrimento do governo português. É neste tipo de atitude que podemos inserir a importante iniciativa de Samora Machael, na preparação da visita de Eanes, de enviar Aquino de Bragança a Lisboa, no sentido de estabelecer profícuo contacto com os membros do executivo de Balsemão, garantindo-lhes que Moçambique não desejava imiscuir-se nem contribuir para o conflito entre Belém e S. Bento referente à condução da política externa portuguesa em relação a África. Balsemão seria, no ano seguinte, recebido no Maputo, como assinalámos, com “honras de Chefe de Estado”. Tinham sido, desta forma, dois grandes críticos da actuação de Eanes no plano externo – Sá Carneiro e Freitas do Amaral – que arquitectaram o melhor momento de aproximação em relação à República

Popular de Moçambique desde 1975. Significa isto que as iniciativas governamentais, quando estavam de acordo com os interesses africanos, eram bem recebidas nas ex-colónias, independentemente de terem sido, ou não, preparadas em conjugação com a Presidência da República. O conflito, em sentido amplo, envolvendo, portanto, os momentos de desvanecimento e aproximação, que marca todo o período sobre que nos debruçamos (1976-1982) no prisma das relações externas, entre Belém e S. Bento, não influenciou de forma negativa na aproximação luso-africana.

Esta conclusão é confirmada pelos resultados positivos alcançados pelas iniciativas diplomáticas que dependiam em primeiro lugar de Belém e, por vezes, eram tomadas em desacordo com S. Bento. As conversações com Luís Cabral, a Cimeira de Bissau, a visita a Cabo Verde, a série de enviados ao Maputo e a Luanda, de que o mais importante foi Fonseca de Almeida no seguimento do golpe nitista em Angola, são tudo exemplos de práticas que contribuíram para o desanuviamento do relacionamento luso-africano e que tiveram origem na Presidência da República. A tese defendida por Soares é, mesmo a contrária. Asseverou, no livro de entrevistas de Maria João Avillez, que “os africanos de expressão portuguesa começavam a perceber que o Estado português funcionava a duas vozes – Presidente e Governo – e que podiam tirar partido, a favor deles, dessa ambiguidade”³⁸². O estudo a que procedemos não nos permite sustentar a asserção, na medida em que se centrou, quase exclusivamente, nas iniciativas vistas do lado português. Ainda assim, é crível que as autoridades africanas vissem a existência de dois pólos distintos em Lisboa como benéfica, na medida em que podiam encontrar apoio num deles quando se encontrassem em dificuldades com o outro. E esta abertura foi utilizada, por exemplo, nos contactos que, a partir dos alvares de 1978, começaram a ser efectuados entre delegações patrocinadas por Eanes e as autoridades do MPLA, no sentido de se preparar a futura Cimeira de Bissau. Desta forma, os conflitos institucionais que foram sendo travados entre Belém e S. Bento e, por vezes, as Necessidades, naquilo que se referia à condução da política externa não parecem ter afectado, pelo menos de forma negativa, o relacionamento luso-africano que, a par com alguns momentos de impasse ou contracção, mesmo, foi caminhando no sentido do desanuviamento e aproximação nos anos de 1976 a 1982.

No essencial, penso que podemos encontrar três diferentes concepções de política externa em relação à antiga África portuguesa no período a que nos vimos

382 Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 64.

referindo, correlacionadas com a política de integração europeia que foi sendo, apesar de momentos de menor investimento, prosseguida genericamente pelas autoridades nacionais. A primeira, preconizada, sobretudo, por Soares, reconhecia que o “complexo colonial” poderia demorar a resolver e, assim, apostava na integração europeia. O programa de governo que apresenta no Parlamento direccionava-se, exactamente, neste sentido e, embora fizesse referência ao “complexo contencioso” com Angola e Moçambique que cumpria resolver no “curto prazo”, apontava para um relacionamento comercial com os países africanos de expressão portuguesa no médio/longo prazo, com a entrada de Portugal na CEE e a assinatura pelos regimes africanos da Convenção de Lomé. A procura de relações próximas com os novos países africanos não era, então, considerada uma prioridade, podendo acontecer mais tarde, quando os “complexos anti-colonizador” e o “radicalismo pós-revolucionário” se tivessem suavizado. Desta forma, Soares teria preferido orientar a diplomacia estatal para a adesão às Comunidades Europeias e estabelecido uma “diplomacia de partido” – em que se inserem as deslocações de Alegre e António Macedo a Luanda, por exemplo – relativamente ao espaço africano, com o objectivo, provavelmente, de ir amenizando o relacionamento, ainda que de uma forma mais lenta. Eanes e o conjunto dos militares que em torno dele e do Conselho da Revolução gravitavam, que, como bem refere Augusto de Carvalho, “forjaram-se na África. Entenderam Portugal em África e fizeram o 25 de Abril, em grande parte, por causa de África”³⁸³, tinham ideias diferentes no que concernia ao relacionamento português com as ex-colónias. Preconizavam, como foi referido, a integração europeia e a fidelidade à Aliança Atlântica. Consideravam, contudo, que a nossa posição seria tão mais forte no eixo ocidental quanto melhor fosse o relacionamento luso-africano. Estribados nas concepções do *terceiromundismo mitigado* preconizado por Melo Antunes, defendiam a “vocação africana de Portugal”, os “laços históricos e culturais comuns e de amizade” com os países africanos e a predisposição nacional para servir de ponte diplomática entre o “Norte e o Sul”, ou a Europa e África. A argumentação deste sector pretoriano absorvia, assim, traços do *luso-tropicalismo*, adoptado, de alguma forma, pelo regime anterior como justificação das diferenças do colonialismo português. O “humanismo”, “universalismo” “plasticidade” e “tolerância” da colonização nacional continuavam a ser verdadeiros e estendiam-se, até, ao próprio entendimento da guerra (1961-1974), percebida, neste

383 Expresso de 3 de Junho de 1978, p. 1-R.

sector, como novo momento “multicultural”, no qual foram levadas a cabo “acções de promoção humana e de valorização do território que constituem, para os novos países, importante factor de desenvolvimento”³⁸⁴. A acção posterior, sobretudo através da Presidência da República, transportava esta marca. Os governos de iniciativa presidencial, por causa da própria lógica da legitimidade do poder que exerciam, mas, pelo menos no caso de Pintasilgo, também por convicção, abraçaram as concepções *meloantunistas* e procuraram, no mínimo, não obstar à movimentação de Belém. Maria de Lourdes Pintasilgo, a primeira-ministra escolhida por Eanes para o semestre de transição de 1979, ia, mesmo, um pouco mais longe na prossecução deste “terceiro-mundismo português” e admitia, até, a proximidade económica entre Portugal e os “países do Sul”, a união da Europa, incluindo a de Leste, contra a “política de blocos” e o falhanço “modelo de sociedade” do hemisfério Norte.

Entre estas duas concepções acerca de como deveriam ser formatadas as relações luso-africanas cremos encontrar uma terceira, que é possível chamar de “pragmática”, e que preconizava a integração europeia como a “prioridade das prioridades” da política externa nacional, eventualmente acompanhada, no caso dos governos AD, da fidelidade à Aliança Atlântica, mas que desejava, na medida em que isso contribuísse para a satisfação dos interesses nacionais e africanos, prosseguir a política de aproximação em relação às ex-colónias. No fundo, abandonava as referências à “vocação africana” do nosso país e às “simbioses da nossa cultura” encontradas nos novos países africanos e, mantinha, da posição do *terceiromundismo mitigado*, a concepção de que a posição de Portugal no seio da NATO e das Comunidades Europeias sairia reforçada se o nosso país funcionasse como “interlocutor privilegiado” junto, sobretudo, dos regimes do MPLA e FRELIMO. Não se pretendia a aproximação luso-africana sem mais, mas o seu contributo para outros prismas mais fundamentais da actuação externa do Estado português. O executivo de Francisco Sá Carneiro seria o estruturador desta corrente, que havia de continuar a ser prosseguida nos dois governos seguintes, de Pinto Balsemão, embora com uma maior integração da Presidência da República nas respectivas iniciativas diplomáticas. Duas personalidades anteriores ao primeiro governo da AD podem ser relacionadas com uma primeira tentativa de prossecução desta aproximação “pragmática” – Medeiros Ferreira e Victor de Sá Machado, ministros dos Negócios

384 Eanes, A. R. (1976) **Responder às esperanças de todos os portugueses: discurso em 25 de Novembro de 1976**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, p. 6.

Estrangeiros no I e II Governos Constitucionais, respectivamente. A oposição que encontraram no primeiro-ministro, Mário Soares, e a dinâmica de Belém no momento, impediram-nos, todavia, de, através das Necessidades, implementar o pensamento preconizado. Estavam sozinhos e tiveram que se limitar a seguir o passo da Presidência da República que, como vimos, nesse momento marcava a “agenda africana”.

Este tipo de considerações faz-nos sentir que, apesar de tudo, existia algum consenso no seio das principais instituições de poder portuguesas relativamente ao processo de aproximação luso-africano. Apesar da rejeição do “terceiro-mundismo”, feita até por Eanes, como vimos, e por todos os executivos, com exclusão do de Maria de Lourdes Pintasilgo, e do tipo de relacionamento preconizado por Mário Soares, que apontava para um desanuviamento no médio/longo prazo e em que não faria sentido investir, em força, os recursos estatais, a verdade é que ninguém avançou, ao nível da esfera governativa, a prossecução de uma política de rompimento total dos laços que ligavam Portugal ao antigo espaço colonial ou de afastamento permanente. Como refere Rui Ramos, “o Portugal imperial renascia assim das cinzas da descolonização como um pacífico agente de comunicações inter-culturais, o «pioneiro do diálogo norte-sul»”³⁸⁵. No mesmo sentido aponta Valentim Alexandre quando refere que “o mito da «vocação ecuménica» ou da relação especial com os povos do Ultramar marca fortemente a consciência que a nação tem de si própria”³⁸⁶. Para além das razões jurídicas e políticas que faziam com que considerassem a condução da política externa como sua prerrogativa, os membros dos executivos que auferiam, neste campo, de visões antagónicas em relação à de Eanes, de partilha do poder na área, como Sá Carneiro, Soares, Freitas do Amaral, Pinto Balsemão, entre outros, não desejavam, igualmente, perder a prerrogativa de orientação da diplomacia africana, já que se consubstanciava num ponto importante, como tivemos oportunidade de ver, da tal “consciência nacional”. Finalmente, uma conclusão deste tipo permite-nos avançar para a desconstrução de uma ideia muito prevalecente, e quase caricatural, nos anos de 1976 a 1982, de que o “terceiromundismo” prosseguido na Presidência da República era diametralmente diferente daquilo que preconizava a “orientação europeísta”. Afinal, o *meloantunismo*, ou *terceiromundismo mitigado* que procurámos caracterizar, para além

385 Ramos, R. (2007) «O Império que Nunca Existiu». A Cultura da Descolonização em Portugal. C.1960-C.1980. **Revista de História das Ideias**, Vol. 28, p. 477.

386 Alexandre, V. (1995) A África no Imaginário Político Português (sécs. XIX-XX). **Penélope**. N.º 15, p. 51.

da defesa da integração europeia e atlântica (NATO) de Portugal, também só preconizava colocar o nosso país como o «pioneiro do diálogo norte-sul».

Bibliografia e Fontes.

Imprensa Escrita:

Semanário “Expresso” – Abril de 1976 a Dezembro de 1982.

Semanário “O Jornal” – Julho a Dezembro de 1979.

Legislação:

Constituição da República Portuguesa

Lei Constitucional nº. 1/82, de 30 de Setembro

Lei nº. 6/74, de 24 de Julho

Lei nº. 7/74, de 27 de Julho

Lei nº. 29/82, de 11 de Dezembro (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas)

Programas do Governo:

Programa do I Governo Constitucional

Programa do II Governo Constitucional

Programa do III Governo Constitucional

Programa do IV Governo Constitucional

Programa do V Governo Constitucional

Programa do VI Governo Constitucional

Programa do VII Governo Constitucional

Programa do VIII Governo Constitucional

Outros Documentos:

Carta das Nações Unidas

Programa do Movimento das Forças Armadas

Tratados e Acordos Internacionais – Movimentos de Libertação:

Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique celebrado em Lusaka em 7 de Setembro de 1974

Acordo entre o Estado Português e os Movimentos de Libertação Nacional de Angola, FNLA, MPLA e UNITA

Protocolo de Acordo entre o Governo português e o movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe

Texto da Declaração Portugal – PAIGC

Tratados e Acordos Internacionais – Angola (organizados por data):

Acordo de Transporte Aéreo entre Portugal e a República Popular de Angola, Luanda, 04/08/1977 (Aprovado pela Lei nº 32/81).

Acordo Geral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, Bissau, 26/06/1978 (Aprovado para ratificação pela Lei nº 6/1979).

Acordo Comercial entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular de Angola, Luanda, 20/01/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 27/79).

Acordo Especial de Cooperação no Sector Eléctrico entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular de Angola, Luanda, 17/02/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 30/79).

Acordo Especial de Cooperação no Domínio dos Transportes Marítimos entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, Luanda, 28/04/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 144/79).

Acordo entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola sobre a Marinha Mercante, Luanda, 28/04/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 71/79).

Acordo Cultural entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular de Angola, Lisboa, 20/07/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 144-B/79).

Acordo de Cooperação no Domínio da Saúde entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, Luanda, 26/03/1982 (Aprovado pelo Decreto do Governo nº 39/84).

Acordo de Cooperação Económica entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, Luanda, 26/03/1982 (Aprovado pelo Decreto nº 82/82).

Tratados e Acordos Internacionais – Cabo Verde (organizados por data):

Acordo Relativo a Um Subsídio não Reembolsável a Conceder pela República Portuguesa à República de Cabo Verde (Aprovado pelo Decreto nº 524-B/76).

Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e a República de Cabo Verde, Praia, 05/07/1975 (Aprovado pelo Decreto-Lei nº 110/76).

Acordo Relativo a Assistência Técnica entre Portugal e Cabo Verde no Domínio da Meteorologia, Lisboa, 01/01/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 524-C/76).

Acordo Relativo a Assistência Técnica entre Portugal e Cabo Verde - Aeroporto Internacional de Amílcar Cabral, Lisboa, 01/01/1976 (Aprovado pelo Decreto-Lei nº 524-N/76).

Acordo Relativo a Transporte Aéreo entre Portugal e Cabo Verde, Lisboa, 16/02/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 524-D/76).

Acordo Judiciário entre Portugal e a República de Cabo Verde, Lisboa, 16/02/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 524-O/76).

Acordo Geral sobre Migração entre Portugal e Cabo Verde, Lisboa, 16/02/1976 (Aprovado pelo Decreto-Lei nº 524-G/76).

Acordo de Cooperação nos Domínios do Desenvolvimento Marítimo, Cartografia e Segurança da Navegação entre a República de Portugal e a República de Cabo Verde, Lisboa, 16/02/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 524-E/76).

Acordo Especial entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde Regulador do Estatuto de Pessoas e Regime dos Seus Bens, Praia, 15/04/1976 (Aprovado pelo Decreto-Lei nº 524-I/76).

Acordo entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde sobre Funcionários Públicos, Praia, 15/04/1976 (Aprovado pelo Decreto-Lei nº 524-M/76).

Acordo entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde sobre a Concessão de um Empréstimo Reembolsável, Praia, 15/04/1976 (Aprovado pelo Decreto-Lei nº 524-F/76).

Acordo entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde Respeitante a Obras e Investimentos Iniciados na Vigência do Plano de Fomento em Cabo Verde, Praia, 15/04/1976 (Aprovado pelo Decreto-Lei nº 524-I/76).

Acordo entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde relativo à Congel - Companhia de Pesca e Congelação de Cabo Verde, S. A. R. L, Praia, 15/04/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 524-A/76).

Acordo entre a República de Portugal e a República de Cabo Verde sobre a Transferência do Departamento do Banco Nacional Ultramarino em Cabo Verde, Praia, 15/04/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 524-H/76).

Acordo entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa sobre o Banco de Fomento Nacional, Praia, 15/04/1976 (Aprovado pelo Decreto-Lei nº 524-L/76).

Protocolo Adicional ao Acordo Judiciário entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 04/11/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 56/77).

Acordo no Domínio da Saúde entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde, Lisboa, 04/11/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 24/77).

Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e da Formação Profissional entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde, Lisboa, 04/11/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 23/77).

Acordo Especial sobre Telecomunicações entre a República de Portugal e a República de Cabo Verde, Lisboa, 21/01/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 48/77).

Acordo de Cooperação Consular entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 21/01/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 47/77).

Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 21/01/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 50/77).

Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre Portugal e a República de Cabo Verde, Praia, 05/07/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 78/77).

Acordo de Cooperação no Domínio dos Transportes Marítimos entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Caracas, 06/12/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 119/79).

Protocolo sobre o Regime de Taxas de Fretes a Praticar entre os Portos da República Portuguesa e da República de Cabo Verde, Lisboa, 26/01/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 48/79).

Protocolo Respeitante ao Acesso de Nacionais Cabo-Verdianos aos Centros de Formação Profissional Portugueses entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 26/01/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 61/79).

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Praia, 26/01/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 31/80).

Acordo de Cooperação Técnica e de Intercâmbio no Domínio da Comunicação Social entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 26/01/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 47/79).

Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 26/11/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 44/79).

Protocolo Adicional n.º 2 ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 30/11/1979 (Aprovado pelo Decreto do Governo n.º 46/84).

Protocolo Adicional ao Acordo no Domínio da Saúde entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 30/11/1979 (Aprovado pelo Decreto n.º 129/80).

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 30/11/1979 (Aprovado pelo Decreto n.º 99/80).

Acordo de Cooperação no Domínio da Pesca entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Portuguesa, Praia, 20/04/1980 (Aprovado pelo Decreto n.º 117/80).

Acordo Comercial entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Praia, 20/04/1980 (Aprovado pelo Decreto n.º 128/80).

Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde e Acordo Administrativo Geral Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção sobre Segurança Social, Lisboa, 17/12/1981 (Aprovado pelo Decreto n.º 45/85).

II Protocolo Adicional ao Acordo Judiciário entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 03/03/1982 (Aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 4/91; ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 2/91).

Acordo sobre Cobrança de Alimentos entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Lisboa, 03/03/1982 (Aprovado pelo Decreto do Governo n.º 45/84).

Acordo sobre a Permanência ao Serviço e Readmissão de Nacionais de Uma das Partes Que Se Encontram a Exercer ou Tenham Exercido Funções no Âmbito da Administração Pública da Outra Parte entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, Praia, 07/10/1982 (Aprovado pelo Decreto do Governo n.º 43/84).

Tratados e Acordos Internacionais – Guiné-Bissau (organizados

por data):

Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre a República da Guiné-Bissau e Portugal, Lisboa, 11/06/1975 (Aprovado pelo Decreto nº 75/76).

Acordo de Empréstimo, sob a forma de crédito ligado, a conceder pelo Governo Português ao Governo da República da Guiné-Bissau, Lisboa, 15/06/1975 (Aprovado pelo Decreto nº 77/76).

Acordo relativo a Serviços Aéreos entre Portugal e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 22/06/1975 (Aprovado pelo Decreto nº 74/76).

Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 22/06/1975 (Aprovado pelo Decreto nº 76/76).

Acordo Regulador do Estatuto de Pessoas e Regime dos Seus Bens, Lisboa, 21/06/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 18/77).

Acordo Especial entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau sobre Funcionários, Lisboa, 21/06/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 5/77).

Acordo Especial entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau Relativo às Instituições de Previdência, Lisboa, 21/06/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 5/77).

Acordo Especial entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau Relativo aos Interesses Empresariais, Lisboa, 21/06/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 7/77).

Acordo Especial entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau Relativas às Pensões Devidas por Serviços Prestados às Forças Armadas Portuguesas, Lisboa, 21/06/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 17/77).

Acordo entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau sobre a concessão de um empréstimo reembolsável de 90000 contos, Lisboa, 21/06/1976 (Aprovado pela Lei nº 17/77).

Acordo entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau sobre a concessão de um empréstimo reembolsável de 140000 contos, Lisboa, 21/06/1976 (Aprovado pela Lei nº 18/77).

Acordo entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau sobre a Transferência do Departamento do Banco Nacional Ultramarino na Guiné-Bissau, Lisboa, 21/06/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 6/77).

Acordo entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau Relativo aos Créditos do Banco de Fomento Nacional na Guiné-Bissau, Lisboa, 21/06/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 4/77).

Acordo Especial sobre Telecomunicações entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 14/01/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 63/77).

Acordo Especial entre Portugal e a Guiné-Bissau Relativo aos Objectos contra Reembolso a Permutar entre os Dois Países, Lisboa, 14/01/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 60/77).

Acordo Especial entre Portugal e a Guiné-Bissau para a Permuta de Encomendas Postais entre os Dois Países, Lisboa, 14/01/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 64/77).

Acordo Especial entre Portugal e a Guiné-Bissau para a Aplicação da Tarifa Postal Interna aos Objectos de Correspondência a Permutar entre os Dois Países, Lisboa, 14/01/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 59/77).

Acordo de Cooperação no Domínio dos Serviços Postais e de Telecomunicações entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 14/01/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 62/77).

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e a Guiné-Bissau, Lisboa, 20/05/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 108/77).

Acordo de Cooperação no Domínio da Pesca entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 20/05/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 109/77).

Acordo de Cooperação nos Domínios do Desenvolvimento Marítimo, Cartografia e Segurança da Navegação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 27/05/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 162/77).

Acordo entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau destinado a financiar acções de cooperação no campo do ensino respeitante ao ano de 1976-1977, Lisboa, 15/07/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 116/78).

Acordo entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau destinado a financiar acções de cooperação no campo do ensino respeitante ao ano de 1975-1976, Lisboa, 15/07/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 113/78).

Acordo Relativo à Cooperação e Assistência Técnica entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau no Domínio da Aviação Civil, Lisboa, 13/01/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 40/78).

Acordo no Domínio da Saúde entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 13/01/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 36/78).

Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e Formação Profissional entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 13/01/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 38/78).

Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 13/01/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 144-A/79).

Acordo Comercial entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Guiné-Bissau, Lisboa, 13/01/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 62/78).

Acordo Relativo à Cooperação no Domínio dos Portos entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau, Bissau, 21/04/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 63/79).

Protocolo Adicional n.º 2 ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 19/02/1979 (Aprovado pelo Decreto do Governo nº 47/84).

Acordo Geral sobre Migração entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau, Bissau, 24/02/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 115/81).

Acordo de Cooperação Técnica e de Intercâmbio no Domínio da Comunicação Social entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, Bissau, 24/02/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 113/81).

Acordo de Cooperação Consular entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, Bissau, 24/02/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 114/81).

Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, Lisboa, 13/05/1980 (Aprovado pelo Decreto nº 143-B/80).

Acordo Especial de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau no Domínio da Assistência aos Diminuídos de Guerra, Lisboa, 13/05/1980 (Aprovado pelo Decreto nº 82/81).

Protocolo Adicional n.º 3 ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre a República da Guiné-Bissau e a República Portuguesa, Bissau, 22/07/1980 (Aprovado pelo Decreto n.º 6/91).

Acordo Relativo à Assistência Técnica entre Portugal e a República da Guiné-Bissau no Domínio da Meteorologia, Bissau, 28/10/1982 (Aprovado pelo Decreto do Governo nº 22/83).

Tratados e Acordos Internacionais – Moçambique (organizados por data):

Acordo de Transporte Aéreo entre o Governo de Portugal e o Governo da República Popular de Moçambique, Maputo, 28/01/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 73/77).

Acordo Especial de Cooperação no Domínio do Sector Eléctrico entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique, Maputo, 20/02/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 87/79).

Acordo no Domínio da Saúde entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique, Maputo, 25/05/1981 (Aprovado pelo Decreto do Governo nº 35/84).

Acordo de Cooperação Económica entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique, Maputo, 25/05/1981 (Aprovado pelo Decreto nº 62/82).

Acordo Comercial entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular de Moçambique, Maputo, 25/05/1981 (Aprovado pelo Decreto nº 109/81).

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Económica entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique, Maputo, 30/06/1982 (Aprovado pelo Decreto do Governo nº 14/83).

Acordo de Cooperação no Domínio da Comunicação Social e respectivo Acordo Rectificativo entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique, Maputo, 30/06/1982 (Aprovado pelo Decreto n.º 41/90).

Tratados e Acordos Internacionais – São Tomé e Príncipe (organizados por data):

Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre Portugal e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, S.Tomé, 12/07/1975 (Aprovado pelo Decreto n.º 68/76).

Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Lisboa, 03/12/1975 (Aprovado pelo Decreto n.º 82/76).

Acordo Judiciário entre Portugal e S. Tomé e Príncipe, Lisboa, 23/03/1976 (Aprovado pelo Decreto n.º 550-M/76).

Acordo Especial entre Portugal e S. Tomé e Príncipe Relativo aos Objectos Contra-Reembolso a Permuntar entre os Dois Países, Lisboa, 23/03/1976 (Aprovado pelo Decreto n.º 550-G/76).

Acordo Especial entre Portugal e S. Tomé e Príncipe para a Aplicação da Tarifa Postal Interna aos Objectos de Correspondência a Permutar entre os Dois Países, Lisboa, 23/03/1976 (Aprovado pelo Decreto n.º 550-O/76).

Acordo Especial de Cooperação entre a República de Portugal e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe sobre a Constituição de uma Instituição de Previdência Social em S. Tomé e Príncipe, Lisboa, 23/03/1976 (Aprovado pelo Decreto n.º 550-Q/76).

Acordo entre Portugal e S. Tomé e Príncipe sobre o Funcionalismo Público, Lisboa, 23/03/1976 (Aprovado pelo Decreto n.º 550-N/76).

Acordo entre a República Portuguesa e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe sobre a Transferência do Departamento do Banco Nacional Ultramarino em S. Tomé e Príncipe, Lisboa, 23/03/1976 (Aprovado pelo Decreto n.º 550-L/76).

Acordo entre a República de Portugal e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe acerca da Indústria de Seguros, Lisboa, 23/03/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 550-P/76).

Acordo entre a República de Portugal e a República de S. Tomé e Príncipe sobre o Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 23/03/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 550-J/76).

Acordo de Transporte Aéreo entre Portugal e S. Tomé e Príncipe, Lisboa, 23/03/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 550-I/76).

Acordo de Telecomunicações entre a República de Portugal e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Lisboa, 23/03/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 550-H/76).

Acordo no Domínio da Saúde entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Lisboa, 22/10/1976 (Aprovado pelo Decreto nº 25/77).

Acordo de Transportes Marítimos entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, S.Tomé, 17/07/1977 (Aprovado pelo Decreto nº 123/79).

Acordo Geral sobre Migração entre a República Portuguesa e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, S.Tomé, 17/07/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 34/79).

Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, S.Tomé, 17/07/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 154/78).

Acordo Comercial entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, S.Tomé, 17/07/1978 (Aprovado pelo Decreto nº 35/79).

Acordo de Cooperação no Domínio da Pesca entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Lisboa, 25/10/1979 (Aprovado pelo Decreto do Governo nº 48/84).

Acordo de Assistência Técnica e de Cooperação no Domínio da Comunicação Social entre a República Portuguesa e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Lisboa, 25/10/1979 (Aprovado pelo Decreto nº 53/81).

Discursos, Memórias, Entrevistas e Textos dos principais intervenientes:

Amaral, D. F. (2008) **A Transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)**. Lisboa: Círculo de Leitores.

Amaral, D. F. (1984) **A revisão constitucional de 1982: textos e projectos**. Lisboa: Inst. Democracia e Liberdade.

Amaral, D. F. (1982) **Uma política de defesa nacional: intervenção do Vice primeiro-ministro e Ministro da Defesa Nacional, Professor Diogo Freitas do Amaral, no debate do programa do VIII Governo, Assembleia da República, 16 de Setembro de 1981**. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional: Direcção Geral da Divulgação.

Amaral, D. F. (1980) **A política externa portuguesa: intervenção no debate parlamentar do programa do VI Governo Constitucional, em 15 de Janeiro de 1980, do Vice Primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral**. Lisboa: Dir. Geral da Divulgação

Amaral, D. F. (1976) **As Forças Armadas no contexto da Nação**. Lisboa: Departamento de Opinião Pública do CDS.

Amaral, D. F. (1975) **A resposta é muito simples**. Vila Nova de Famalicão.

Antunes, E. M. (1975) **Pela democratização efectiva das relações internacionais. Discurso pronunciado pelo MNE de Portugal, major Melo Antunes no debate geral da 30.^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9 de Outubro de 1975**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Avillez, M. J. (1996) **Soares – Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores.

Avillez, M. J. (1996) **Soares – Ditadura e Revolução**. Lisboa: Círculo de Leitores.

Balsemão, F. P. (1981) **Programa do VIII Governo: texto do programa, intervenções do Primeiro-Ministro, Dr. Pinto Balsemão na apresentação do**

programa do Governo à Assembleia da República e no encerramento dos debates. Lisboa: Dir.-Geral da Divulgação.

Balsemão, F. P. (1981) **Programa do VII Governo: texto de programa. Discursos do Primeiro-ministro, Dr. Pinto Balsemão, na apresentação do programa à Assembleia da República e no encerramento dos debates.** Lisboa: Dir.-Geral da Divulgação.

Balsemão, F. P. (1981) **Seis meses do VII Governo: um projecto nacional, uma política para o executar.** Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Carneiro, F. S. (1981-1982) **Textos.** Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia.

Carneiro, F. S. (1980) **Programa do VI Governo: texto do programa; Discursos do Primeiro-ministro, Dr. Sá Carneiro, na apresentação e no encerramento dos debates e relativos à moção de confiança.** Lisboa: Sec. de Estado da Comunicação Social.

Carneiro, F. S. (1979) **Uma Constituição para os anos 80: contributo para um projecto de revisão.** Lisboa: Dom Quixote.

Carneiro, F. S. (1978) **Impasse.** Lisboa: Edições Macroplan.

Cruzeiro, M. M. (2004) **Melo Antunes – O Sonhador Pragmático.** Cruz Quebrada: Editorial Notícias.

Eanes, A. R. e Martinho, H. (1986) **Discursos.** Lisboa: Partido Renovador Democrático.

Eanes, A. R. (1985) **Discursos do Presidente da República General Ramalho Eanes: 1a parte, 1o mandato 1976-1980.** Lisboa: P. R. - C. D. I.

Eanes, A. R. e Seko, M. S. (1984) **Visita a Portugal do Presidente do Zaire: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente do Zaire a Portugal: 12 de Dezembro de 1983.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1983) **Viagem presidencial à República da Guiné-Bissau e à República Democrática e Popular da Argélia: discursos oficiais.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1983) **Comunicação ao país por Sua Excelência o Presidente da República, general Ramalho Eanes, em 5 de Novembro de 1982.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. e Machel, S. (1983) **Viagem a Portugal do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel: discursos proferidos durante a visita do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, a Portugal, 8 a 11 de Outubro de 1983.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. e Losonczy, P. (1982) **O Presidente do Conselho Presidencial da República Popular da Hungria visita Portugal: discursos oficiais do Presidente Ramalho Eanes e do Presidente Pal Losonczy.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1982) **Visita presidencial a Angola: discursos proferidos durante a visita oficial que o Presidente da República, General Ramalho Eanes, fez a Angola 16 a 19 de Abril de 1982.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1982) **Remodelação do VIII Governo: discurso do Presidente da República proferido na cerimónia de posse dos novos membros do VIII Governo Constitucional.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1982) **Mensagem de Ano Novo dirigida aos portugueses pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes em 1 de Janeiro de 1982.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A.R. (1982) **Visita do Presidente da República Italiana a Portugal: discursos oficiais proferidos durante a estada, em Portugal, do Presidente Sandro Pertini, 22 a 25 de Outubro de 1981.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. et al. (1981) **A esperança de Abril: discursos do Presidente da República General Ramalho Eanes, e do Presidente da Assembleia da República, Dr. Ribeiro de Almeida, nas celebrações do 25 de Abril; Mensagem do Conselho da Revolução aos portugueses.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. e Balsemão, F. P. (1981) **Acto de posse do VIII Governo: discursos proferidos pelos senhores Presidente da República, General Ramalho Eanes e Primeiro-Ministro, Dr. Pinto Balsemão, no Palácio da Ajuda em 4 de Setembro de 1981.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1981) **Democracia portuguesa: conferência do Presidente da República, General Ramalho Eanes, no Clube de Imprensa.** Lisboa: Com. Inst. do Clube de Imprensa.

Eanes, A. R. (1981) **Comemoração do 25 de Abril: mensagem do Comandante Supremo das Forças Armadas; discurso do Presidente da República ao agraciar personalidades com a ordem da liberdade, e na Assembleia da República.** Lisboa: Direcção-Geral da Informação.

Eanes, A. R. (1981) **Diálogo e cooperação: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa General Ramalho Eanes à República de Cabo Verde, de 15 a 20 de Abril de 1980.** Lisboa: Direcção-Geral da Informação.

Eanes, A. R. e Carter, J. (1981) **Incrementar a paz, a liberdade e a prosperidade : discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente dos Estados Unidos da América, Jimmy Carter, a Portugal em 20 de Julho de 1980.** Lisboa: Direcção-Geral da Informação.

Eanes, A. R. (1981) **Prosseguir uma acção conjunta: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes à Noruega de 3 a 6 de Junho de 1980.** Lisboa: Direcção-Geral da Informação.

Eanes, A. R. (1981) **Reforçar e multiplicar laços de colaboração: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Federal da Alemanha a Portugal em 14 de Julho de 1980.** Lisboa: Direcção-Geral da Informação.

Eanes, A. R. e Almeida, L. R. (1981) **Na investidura do Presidente da República: discursos proferidos na Assembleia da República, em 14 de Janeiro de 1981, pelo Presidente da Assembleia da República, Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, e pelo Presidente da República reeleito, General António Ramalho Eanes.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. e Balsemão, F. P. (1981) **Posse do VII Governo Constitucional: discursos proferidos pelos senhores Presidente da República, General Ramalho Eanes, e Primeiro-ministro, Dr. Pinto Balsemão, no Palácio da Ajuda, em 9 de Janeiro de 1981.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1980) **Serei candidato em Novembro: discurso do Presidente Eanes em resposta ao Grupo de Personalidades que em 4 de Setembro de 1980 apelaram para a sua recandidatura.** Lisboa: Comissão Nacional de Apoio à Reelection do Presidente Eanes, 1980.

Eanes, A. R. (1980) **Comemorar o 25 de Novembro não é rotina: discurso e mensagem do General Ramalho Eanes, Presidente da República e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, proferidos em 25 de Novembro de 1979.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1980) **Mensagens de Natal e Ano Novo: dirigidas pelo Presidente da República aos emigrantes ausentes de Portugal, em 24 de Dezembro de 1979 e a todos os portugueses, em 1 de Janeiro de 1980.** Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1980.

Eanes, A. R. (1980) **Cooperação e solidariedade: discursos oficiais relativos à visita que o General Ramalho Eanes, Presidente da República Portuguesa, fez a França, de 8 a 11 de Outubro de 1979.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. e Carneiro, F. S. (1980) **Posse do VI Governo Constitucional. Discursos proferidos pelos senhores Presidente da República General ramalho Eanes e Primeiro-Ministro, dr. Sá Carneiro, no Palácio da Ajuda em 3 de Janeiro de 1980.** Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1980) **Não aceito a subversão do regime democrático: Eanes ao JN: entrevista de José Luís de Abreu publicado no "JN" em 23 de Outubro.** Lisboa: Renascença Gráfica.

Eanes, A. R. (1979) **Resolver os verdadeiros problemas da nação/comunicação do Presidente da República António Ramalho Eanes.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R., Pereira, A. e Pinto, C. M. (1979) **Firmar laços de colaboração: discursos e comunicado final relativos à visita que o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, fez a Portugal, de 23 a 27 de Janeiro de 1979.** Lisboa: Ministério da Comunicação Social.

Eanes, A. R. e Pintassilgo, M. L. (1979) **Na posse do V Governo Constitucional: discursos.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1979) **Posse do vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas: discurso do Presidente da República General Ramalho Eanes, na posse do General Altino de Magalhães: Lisboa, 9 de Julho de 1979.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1979) **Melhorar a cooperação com todas as nações: discursos oficiais proferidos aquando da visita do Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes, à Bulgária, à Hungria e à Roménia, entre 19 e 26 de Março de 1979.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1979) **Um Portugal melhor: mensagem dirigida aos portugueses, pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, no dia 1 de Janeiro de 1979.** Lisboa: Ministério da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1979) **Na posse do almirante Souto Cruz como vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas : discurso do Presidente da República, general Ramalho Eanes, no edifício do E. M. G. F. A. em 12 de Novembro de 1978.** Lisboa: Ministério da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1979) **Respeito pela vontade democrática do Povo Português: comunicado do Presidente da República ao País, em 1 de Dezembro de 1979, através da Rádio e da Televisão, sobre as eleições intercalares para a Assembleia da República.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. e Pinto, C. M. (1979) **Na posse do IV Governo Constitucional: discursos proferidos pelos senhores Presidente da República, General Ramalho Eanes, e Primeiro-Ministro, Professor Mota Pinto, no Palácio da Ajuda, em 22 de Novembro de 1978.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1979) **Assumir sem hesitação o futuro imediato: comunicação feita ao país pelo Presidente da República em 13 de Julho de 1979, através da rádio e da televisão.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1979) **Na posse do chefe de Estado-Maior da Armada: discurso do Presidente da República, general Ramalho Eanes, no Ministério da Marinha, em 9 de Outubro de 1978.** Lisboa: Ministério da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1979) **Estreitar as relações de Portugal com o mundo: textos oficiais relativos às visitas do Presidente da República Portuguesa ao Brasil,**

Venezuela e Estados Unidos da América, incluindo as palavras proferidas aquando da sua passagem pela República de Cabo Verde 21 de Maio a 3 de Junho de 1978. Lisboa: Ministério da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1979) **Participar na construção de uma Europa forte e democrática: discursos oficiais proferidos durante a visita que o Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, fez ao Parlamento Europeu, ao Conselho da Europa e ao Reino Unido, de 13 a 17 de Novembro de 1978.** Lisboa: Ministério da Comunicação Social.

Eanes, A. R. et al (1979) **Celebrar a liberdade da Pátria: mensagem às Forças Armadas pelo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas; mensagem do conselho da Revolução ao povo português; Discursos na Assembleia da República do Presidente da Assembleia e do Presidente da República, Lisboa, 25 de Abril de 1979.** Lisboa: Direcção-Geral da Informação.

Eanes, A. R. (1979) **Servir a vontade política expressa pelo povo: discurso proferido através da rádio e da televisão, em 12 de Setembro de 1979.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1978) **Comemorando o 3o aniversário do 25 de Novembro: discurso do Presidente da República General Ramalho Eanes.** Lisboa: Ministério da Comunicação Social.

Eanes, A. R. e Tito, J. B. (1978) **Visita do Presidente Tito a Portugal: discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes, e pelo Presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, em 18 de Outubro de 1977.** Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Eanes, A. R. e Fernandes, V. G. (1978) **Celebrar o 25 de Abril: discursos proferidos em 25 de Abril de 1978, na Assembleia da República, pelo Presidente daquela Assembleia, Dr. Vasco da Gama Fernandes, e pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes.** Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1978) **Na posse do Chefe do Estado-Maior do Exército: discurso do Presidente da República, General Ramalho Eanes, proferido no Estado-Maior do Exército, em 4 de Abril de 1978.** Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1978) **Dias decisivos para o futuro: comunicação do Presidente da República, General Ramalho Eanes**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1978) **Palavras de confiança: comunicação feita ao país pelo Presidente da República através da rádio e da televisão, em 22 de Setembro de 1978**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1978) **Posse do III Governo Constitucional**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1978) **Mensagem aos portugueses (1 de Janeiro de 1978)**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1978) **Resumo da comunicação proferida por Sua Excelência o Presidente da República, General Ramalho Eanes, ao País, em 1 de Agosto de 1978**. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Eanes, A. R. (1978) **Desfazer muitos equívocos: conferência de imprensa do Presidente da República, General Ramalho Eanes, no Palácio da Ajuda, em 24 de Agosto de 1978**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978.

Eanes, A. R. (1978) **No 2o aniversário do 25 de Novembro: discurso proferido em Tancos pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, ao comemorar-se aquela efeméride**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1977) **A democracia e a crise nacional: discurso na abertura da II sessão Legislativa da Assembleia da República, em 15 de Outubro de 1977**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1977) **Mensagem do Presidente da República aos portugueses: 1 de Janeiro de 1977**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1977) **Visita do Presidente da República a Espanha**. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Eanes, A. R. (1977) **Evocando o 25 de Abril: discursos proferidos pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes, e mensagem ao povo das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, nas comemorações do 3o aniversário do 25 de Abril**. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação.

Eanes, A. R. (1976) **Responder às esperanças de todos os portugueses: discurso em 25 de Novembro de 1976.** Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Ferreira, J. M. (1977) **Discurso pronunciado na ocasião da tomada de posse do Secretário-Geral, Embaixador Albano Nogueira.** Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ferreira, J. M. (1976) **Elementos para uma política externa do Portugal democrático.** Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Machado, V. S. (1986) **Portugal e África.** Lisboa: Inst. Democracia e Liberdade.

Pintassilgo, M. L. (1985) **Dimensões da Mudança.** Porto: Afrontamento.

Pintassilgo, M. L. (1980) **Sulcos do Nosso Querer Comum: Recortes De Entrevistas Concedidas Durante o V Governo Constitucional.** Porto: Afrontamento (Prefácio de Eduardo Lourenço).

Pintasilgo, M. L. (1979) **Programa do V Governo Constitucional: programa do governo e discurso do Primeiro-ministro, Eng. Maria de Lurdes Pintassilgo.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação.

Pinto, C. M. (1986) **Servir Portugal: textos escolhidos.** Lisboa: D. Quixote

Pinto, C. M. (1979) **Que todos saibam assumir as suas responsabilidades: balanço de meio ano de governo: discurso proferido pelo Primeiro-Ministro, prof. Mota Pinto.** Lisboa: Direcção Geral da Divulgação.

Pinto, C. M. (1979) **Os problemas são muitos, os sacrifícios são grandes, mas a esperança é maior: discurso proferido pelo Primeiro – Ministro Mota Pinto em 22 de Janeiro de 1979.** Lisboa: Min. Comunicação Social.

Pinto, C. M. (1979) **Servir Portugal: discursos e intervenções do Primeiro-Ministro, prof. Mota Pinto, na tomada de posse do IV Governo na Assembleia da República.** Lisboa: Min. da Comunicação Social.

PORTUGAL, Governo (1976) **Programa do Governo: texto integral do programa apresentado à apreciação da Assembleia da República: intervenções do Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, em 2 e 11 de Agosto de 1976, aquando do**

início e do encerramento do debate na Assembleia da República. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Rosa, J. (1978) **Diálogos com Sá Carneiro.** Lisboa: Alfaómega.

Santos, A. A. (1975) **15 Meses no Governo ao Serviço da Descolonização.** Lisboa: Representações Literárias ASA.

Silva, A. C. (2004) **Autobiografia política II.** Lisboa: Círculo de Leitores.

Silva, A. C. (2002) **Autobiografia política I.** Lisboa: Círculo de Leitores.

Soares, M. (2001) **Português e europeu.** Lisboa: Círculo de Leitores.

Soares, M. (1979) **O futuro será o Socialismo Democrático.** Mem Martins: Europa-América.

Soares, M. (1979) **PS, fronteira da liberdade.** Lisboa: Portugal Socialista, 1979.

Soares, M. (1978) **Encarar o futuro com esperança. Comunicação ao País pelo Primeiro-ministro, Dr. Mário Soares, em 10 de Maio de 1978, através da R.T.P. e da R.D.P.** Lisboa: S.E.C.S., Direcção-Geral da Divulgação.

Soares, M. (1977) **Relatório do Secretário-Geral ao II Congresso Nacional do P. S. na legalidade.** Lisboa: Editorial Império.

Soares, M. (1976) **A Europa connosco.** Lisboa: Perspectivas e Realidades.

Soares, M. (1976) **Portugal: Que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin.** Lisboa: Perspectivas & Realidades.

Soares, M. (1975) **Democratização e Descolonização – 10 Meses no Governo Provisório.** Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Soares, M. (1974) **Nova política externa portuguesa.** Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Spínola, A. (1974) **Portugal e o Futuro.** Lisboa: Arcádia.

Bibliografia Crítica:

Alexandre, V. (1995) A África no Imaginário Político Português (sécs. XIX-XX). **Penélope**. N.º 15, pp. 39-52.

Almeida, M. V. (2002) “O *Atlântico Pardo*. Antropologia, pós-colonialismo e o caso «lusófono»”. In Bastos, C., Almeida, M.V. e Feldman-Bianco, B. (coordenação) **Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-37.

Almeida, P. R. (1985) **Dicionário Político de Mário Soares**. Lisboa: Editorial Caminho.

Alexandre, V. (1995) A África no Imaginário Político Português (sécs. XIX-XX). **Penélope**. N.º 15, pp. 39-52.

Amaral, D. F. (1989) “A Constituição e as Forças Armadas”. In Coelho, M. B. (coordenação) **Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-87**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 647-661.

Antunes, J. F. (1990) **O Factor Africano**. Venda Nova: Bertrand Editora.

Araújo, A. (2010) Função Presidencial e Política Externa. **Relações Internacionais**. N.º 28, Dezembro de 2010, pp. 61-79.

Avillez, M. J. (2010) **Francisco Sá Carneiro – Solidão e Poder**. Lisboa: Oficina do Livro.

Berger, M. T. (2004) After the Third World? History, destiny and the fate of Third Worldism. **Third World Quarterly**, Vol. 25, No. 1, pp. 9-39.

Canotilho, J. J. e Moreira, V. (1978) **Constituição da República portuguesa Anotada**. Coimbra: Coimbra Editora.

Canotilho, J. J. (1977) **Direito constitucional**. Coimbra: Almedina.

Carrilho, M. (2000) “Forças Armadas e Democracia”. In Pinto, A.C. (Coordenação) **Portugal Contemporâneo**. Madrid: Sequitur, pp. 143-159.

Castelo, C. (1999) **O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento.

Correia, P. P. (1984) “O Processo de Descolonização de Angola do «25 Abril» ao «Alvor»”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 353-358.

Costa, A. (1989) “A Constituição e as Relações Externas”. In Coelho, M. B. (coordenação) **Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-87**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 675-682.

Coutinho, R. (1984) “Notas sobre a Descolonização de Angola”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 359-366.

Cravinho, J. G. (2005) Les Relations Post-Coloniales Portugaises. **Pôle Sud**. Nº. 22, Maio de 2005, pp. 89-100.

Cravinho, J. G. (2002) **A Reforma da Cooperação Portuguesa**. Documento de Trabalho do ICP (Não Publicado).

Crespo, V. (1984) “Descolonização de Moçambique”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 319-337.

Fabião, C. (1984) “A Descolonização na Guiné-Bissau. Spínola: a Figura Marcante”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 305-311.

Fernandes, A. J. (1978) **Portugal e o Terceiro Mundo**. Amadora: Livraria Bertrand.

Fernandes; C. R. (1980) **Portugal, a Europa e o Terceiro Mundo**. Lisboa: Pórtico

Ferreira, J. M. (2001) (Coordenação) **Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático/ II Curso Livre de História Contemporânea**. Lisboa: Colibri.

Ferreira, J. M. (2001) “Os Militares e a Evolução Política Interna e Externa (1974-1982)”. In Brito, J. M. B. (Coordenação) **O País em Revolução**. Lisboa: Editorial Notícias.

Ferreira, J. M. (1992) **O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX**. Lisboa: Estampa.

Ferreira, J. M. (1989) “Um Corpo perante o Estado: Militares e Instituições Políticas”. In Coelho, M. B. (coordenação) **Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-87**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 427-451.

Ferreira, J. M. (1988) **Posição de Portugal no Mundo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ferreira, J. M. (1985) **Portugal em transe: notas de política internacional e política de defesa**. Aveiro: Pandora.

Ferreira, J. M. (1984) O 25 de Abril no Contexto Internacional. **Relações Internacionais**. N.º. 2, Junho de 2004, pp. 143-158.

Ferreira, J. M. (1984) “Descolonização e Política Externa Portuguesa”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 391-396.

Ferreira, J. M. (1981) **Do Código Genético no Estado Democrático**. Lisboa: Contexto.

Ferreira, J. M. (1980) Aspectos internacionais da Revolução Portuguesa. **Prospectivas: Revista Social-Democrata de Intervenção e Formação Cultural**, N.º 2, pp. 8-13.

Ferreira, J. M. (1989) “Partidos Políticos, Parceiros Sociais e o Desafio da CEE”. In Coelho, M. B. (coordenação) **Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-87**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 485-501.

Figueiredo, A. (1986) “Portugal and Africa”. In Maxwell, K. (editor) **Portugal in the 1980's. Dilemmas of Democratic Consolidation**. Westport: Greenwood Press.

Gildea, R., Mark, J. e Pas, N. (2011) European Radicals and the “Third World”. *Imagined Solidarities and Radical Networks, 1958-73*. **Cultural and Social History**, Vol. 8, Issue 4, pp. 449-472.

Gomes, F. M. (2006) **Memórias de uma Guerra Inacabada. Portugal, os Estados Unidos e o Processo de Descolonização Angolano**. Lisboa: Edições Colibri.

Guerra, J. P. (2009) **Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas**. Lisboa: Oficina do Livro (Apresentação de Melo Antunes).

Gupta, A. (1992) The Song of the Nonaligned World: Transnational Identities and the Reinscription of Space in Late Capitalism. **Cultural Antropology**, Vol. 7, N.º. 1, Space, Identity, and the Politics of Difference (Feb. 1992), pp. 63-79.

Harsgor, M. (1980) Aftereffects of an Exemplary Decolonization?. **Journal of Contemporary History**, Vol. 15, No. 1, Imperial Hangovers, pp. 143-167.

Leitão, N. A. (2007) **Estado Novo, Democracia e Europa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Lourenço, E. (1989) “A Galáxia Ideológica no Pós-25 de Abril e as suas Raízes Culturais”. In Coelho, M. B. (coordenação) **Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-87**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 71-77.

MacDonald, S. B. (1993) **European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy Under The Second Republic, 1974-1992**. New Brunswick: Transaction Publishers.

MacQueen, N. (2003) A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guiné-Bissau. **International Peacemaking**. Vol. 10, N.º 2, pp. 1-26.

MacQueen, N. (2003) Re-defining the “African Vocation”: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis. **Journal of Contemporary European Studies**. Vol 11, No. 2, November 2003, pp. 181-199.

MacQueen, N. (2002) An Ill Wind? Rethinking the Angolan Crisis and the Portuguese Revolution, 1974-1976. **Itinerario – European Journal of Overseas History**. Vol. 26, N.º 2, pp. 22-44.

MacQueen, N. (1998) **A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito.

MacQueen, N. (1985) Portugal and Africa: The Politics of Re-Engagement. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 23, N.º 1, pp. 31-51.

Magone, J. M. (2004) **The Developing Place of Portugal in the European Union**. New Brunswick: Transaction Publishers.

Maxwell, K. (1999) **A Construção da Democracia Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença.

Maxwell, K. (ed.) (1991) **Portuguese Defense and Foreign Policy Since Democratization**. Lisboa: Centro Camões.

Miller, J. C. (1975) The Politics of Decolonization in Portuguese Africa. **African Affairs**. Vol. 74, N.º. 295, Abril 1975, pp. 135-147.

Miranda, J. (1978) **A Constituição de 1976. Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais**. Lisboa: Livraria Petrony.

Miranda, J. (1978) **Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Miranda, J. (1978) “A competência do Governo na Constituição de 1976”. In Miranda, J. (coord.) **Estudos sobre a Constituição**. Lisboa: Petrony.

Nash, A. (2002) Third Worldism. **African Sociological Review**, Vol. 7, No. 1, pp. 94-116.

Neves, O. (directão) (1977) **Diário de uma Revolução. 25 de Abril de 1974 30 de Setembro de 1974**. Lisboa: Mil Dias Editora.

Newitt, M. (1981) **Portugal in Africa. The Last Hundred Years**. London: C. Hurst & Co.

Oliveira, C. (1993) **Do Isolamento à Abertura. A Descolonização e a Política Externa Portuguesa**. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Oliveira, J. E. C. (2005) **Memórias de África**. Lisboa: IPAD/MNE.

Pereira, A. M. (1981) **O Pensamento de Sá Carneiro em Política Externa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Pintassilgo, M. L. (1984) “Principais Reflexos da Descolonização nas Relações Externas de Portugal”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 397-404.

Pinto, A. C. (2001) **O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975**. Lisboa: Livros Horizonte.

Pinto, J. F. (2005) **Do Império Colonial à Comunidade dos Países de língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades**. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Pinto, J. N. (2008) **Jogos Africanos**. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Pires, F. L. (1989) “O Sistema de Governo: sua Dinâmica”. In Coelho, M. B. (coordenação) **Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-87**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 291-319

Plantier, C. e Rama, M. S. (1976) **Melo Antunes: Tempo de Ser Firme**. Lisboa: Liber.

PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995) **Portugal. Dez Anos de Política de Cooperação**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ramos, R. (2007) «O Império que Nunca Existiu». A Cultura da Descolonização em Portugal. C.1960-C.1980. **Revista de História das Ideias**, Vol. 28, pp. 429-478.

Raimundo, A. (2010) **Between Europeanisation and Domestic Influences: Portugal's Post-colonial Relations with Angola**. Paper prepared for the Fifth Pan-European Conference on EU Politics of the ECPR-SEGU, Porto, 23-26 June 2010.

Rato, V. (2008) “A Revolução de Abril na Política Externa”. In Almeida, J. M. e Ramos, R. (coordenação) **Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Séc. XIX-XX**. Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.

Reis, A. (1994) **Portugal. 20 Anos de Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores.

Reis, B. (2011) **Decolonization and Normalization during the Cold War. A Portuguese *Südpolitik* for Angola and Mozambique (1974-1981)**. Paper (Não Publicado).

Santos, B. S. (2002) Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-identity. **Luso-Brazilian Review**, Vol. 39, N.º2, pp. 9-43.

Sousa, M. R. (1978) “O Sistema de Governo Português”. In Miranda, J. (coord.) **Estudos sobre a Constituição**. Lisboa: Petrony.

Sousa, V. (1984) “Parâmetros para a Política Externa portuguesa em África após a Descolonização e de Acordo com o Espírito do 25 de Abril”. In **Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois**. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian. Pp. 383-386.

Teixeira, N. S. (2005) Entre a África e Europa: a Política Externa Portuguesa 1890-2000. In Pinto, A. C. (Coordenação) **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote.

Teixeira, N. S. (2004) O 25 de Abril e a política Externa Portuguesa. **Relações Internacionais**. N.º. 1, Março de 2004, pp. 5-12.

Teles, J. M. G. (1999) “A Revolução e a Política Externa”. **In Política Externa e Política de Defesa do Portugal Contemporâneo. II Curso Livre de História Contemporânea.** Lisboa: Edições Colibri. Pp. 29-36.

Telo, A. J. (2008) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade. Vol. II.** Barcarena: Editorial Presença.

Telo, A. J. (2007) **História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade. Vol. I.** Barcarena: Editorial Presença.

Thomaz, O. R. (2002) “Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”. In Bastos, C., Almeida, M.V. e Feldman-Bianco, B. (coordenação) **Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 39-63.

Venâncio, M. M. e Chan, S. (1996) **Portuguese Diplomacy in Southern Africa, 1974-1994.** Braamfontein: South African Institute of International Affairs.